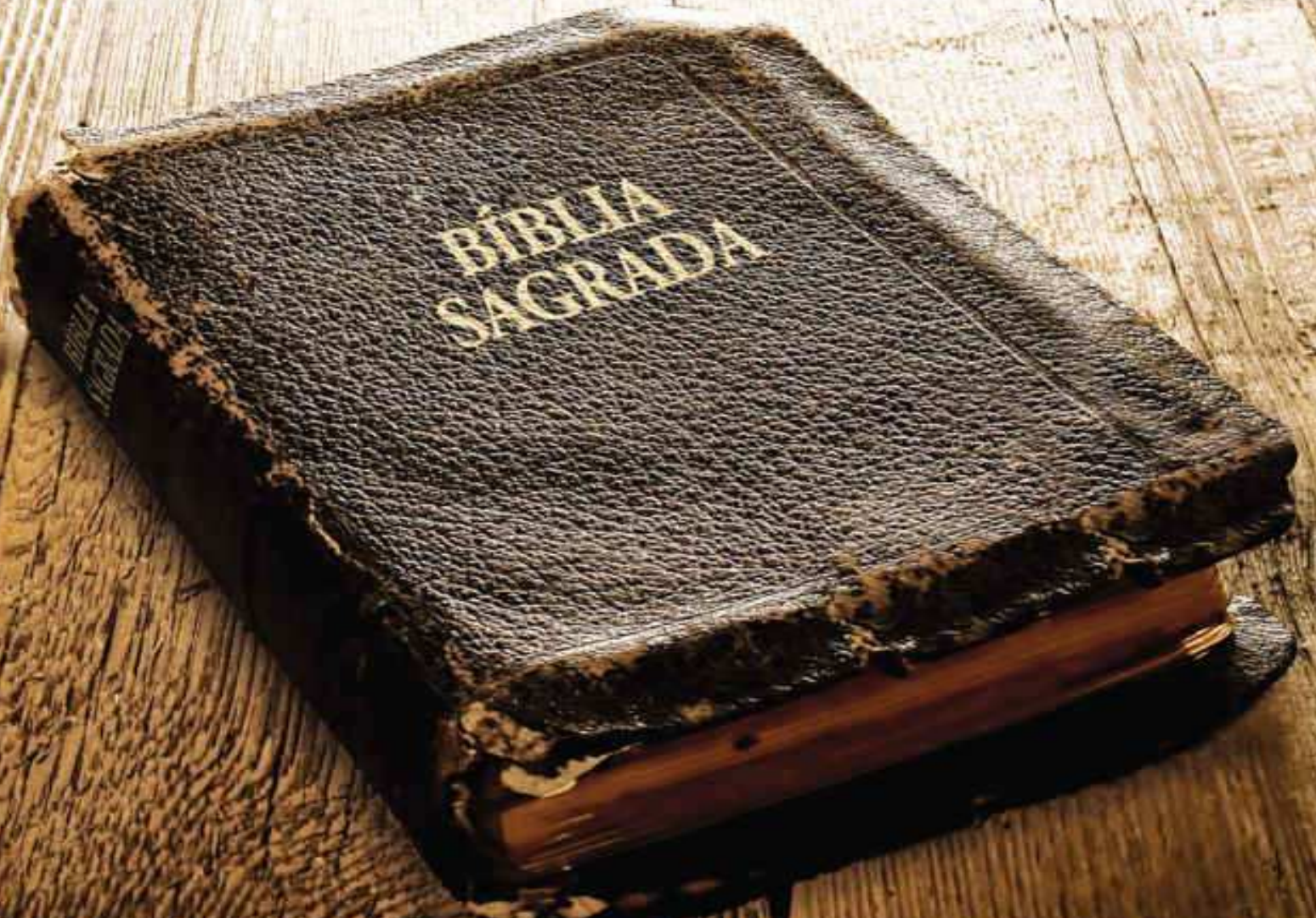




# A Razão da Nossa Fé

Assim cremos, assim vivemos



[WWW.EBD-ESCOLA.COM.BR](http://WWW.EBD-ESCOLA.COM.BR)

Esequias Soares

*Arazão  
da nossa fé*

Assim cremos, assim vivemos

Esequias Soares

# *Arazão da nossa fé*

Assim cremos, assim vivemos

Esequias Soares

1ª edição



Rio de Janeiro  
2017

Todos os direitos reservados. Copyright © 2017 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina.

**Capa:** Wagner de Almeida

**Projeto gráfico e editoração:** Paulo Sérgio Primati

**Ilustrações:** Filipe Soares

**Revisão:** Lettera Editorial

**Produção de ePub:** [Cumbuca Studio](#)

CDD: 230- Cristianismo e Teologia Cristã

ISBN: 978-85-263-1463-4

ISBN digital: 978-85-263-1483-2

As citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida, edição de 1995, da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação em contrário.

Para maiores informações sobre livros, revistas, periódicos e os últimos lançamentos da CPAD, visite nosso

site:<http://www.cpad.com.br>.

SAC — Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800-021-7373

Casa Publicadora das Assembleias de Deus  
Av. Brasil, 34.401 – Bangu – Rio de Janeiro – RJ  
CEP 21.852-002

1ª edição: Maio/2017

676s	Soares, Esequias.
CDD230	A razão de nossa fé: assim cremos, assim vivemos / Esequias Soares.

--- Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

160p. : il.; 21cm.

Bibliografia: p. 158-160.

ISBN 978-85-263-1463-4

Assunto. II. Título.

# SUMÁRIO

Abreviaturas

Introdução

## Capítulo 1: INSPIRAÇÃO DIVINA E AUTORIDADE DA BÍBLIA

Cânon e inspiração

Credibilidade dos textos bíblicos

A Versão dos Setenta

A tradução para outras línguas tem a aprovação divina

## Capítulo 2: DEUS E A CRIAÇÃO

A primeira declaração dos credos

O Deus das Escrituras

A paternidade e a onipotência de Deus.

Bíblia x ciência

## Capítulo 3: SOBRE A DOCTRINA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

As declarações escriturísticas

Os apologistas.

Tertuliano de Cartago

Orígenes

Atanásio

Os pais capadócius

Agostinho de Hipona

O credo de Atanásio ou Atanasiano

## Capítulo 4: SOBRE O SENHOR JESUS CRISTO

O Jesus das Escrituras

O Jesus dos credos

## Capítulo 5: SOBRE O ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo nas Escrituras Sagradas

História da doutrina pneumatológica

## Capítulo 6: A PECAMINOSIDADE HUMANA

Como a Bíblia descreve o pecado

Consequências do pecado

As teorias

## Capítulo 7: A NECESSIDADE DO NOVO NASCIMENTO

Religião

O novo nascimento

## Capítulo 8: A IGREJA DE CRISTO

A igreja

As ordenanças

## Capítulo 9: A NECESSIDADE E A POSSIBILIDADE DE TERMOS UMA VIDA SANTA

Santidade como atributo divino

Definindo os termos

A necessidade de uma vida santa

Modos de santificação

## Capítulo 10: AS MANIFESTAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO

O batismo no Espírito Santo

Defendendo a doutrina pentecostal

Os dons do Espírito Santo

## Capítulo 11: A SEGUNDA VINDA DE CRISTO

Sinais que precederão a segunda vinda de Cristo

Cristo voltará

## Capítulo 12: O MUNDO VINDOURO

O milênio

O destino dos injustos

A ressurreição dos mortos

O juízo final

O destino dos justos.

A nova Jerusalém

## Capítulo 13: A FAMÍLIA

O conceito de família

Princípios básicos

**Referências Bibliográficas**

# ABREVIATURAS

**ARA** Versão de João Ferreira de Almeida, Edição Revista e Atualizada no Brasil. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2016.

**ARC** Versão de João Ferreira de Almeida, Edição Revista e Corrigida. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

**NTLH** Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

**NVI** Nova Versão Internacional. São Paulo, SP: Vida, 2000.

**NVT** Nova Versão Transformadora. São Paulo, SP: Mundo Cristão, 2016.

**TB** Tradução Brasileira. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

ANTIGO TESTAMENTO		NOVO TESTAMENTO	
<b>Gn</b>	Gênesis	<b>Mt</b>	Mateus
<b>Êx</b>	Êxodo	<b>Mc</b>	Marcos
<b>Lv</b>	Levítico	<b>Lc</b>	Lucas
<b>Nm</b>	Números	<b>Jo</b>	João
<b>Dt</b>	Deuteronômio	<b>At</b>	Atos
<b>Js</b>	Josué	<b>Rm</b>	Romanos
<b>Jz</b>	Juízes	<b>1 Co</b>	1 Coríntios
<b>Rt</b>	Rute	<b>2 Co</b>	2 Coríntios
<b>1 Sm</b>	1 Samuel	<b>Gl</b>	Gálatas
<b>2 Sm</b>	2 Samuel	<b>Ef</b>	Efésios
<b>1 Rs</b>	1 Reis	<b>Fp</b>	Filipenses
<b>2 Rs</b>	2 Reis	<b>Cl</b>	Colossenses
<b>1 Cr</b>	1 Crônicas	<b>1 Ts</b>	1 Tessalonicenses
<b>2 Cr</b>	2 Crônicas	<b>2 Ts</b>	2 Tessalonicenses
<b>Ed</b>	Esdras	<b>1 Tm</b>	1 Timóteo

<b>Ne</b>	Neemias	<b>2 Tm</b>	2 Timóteo
<b>Et</b>	Ester	<b>Tt</b>	Tito
<b>Jó</b>	Jó	<b>Fm</b>	Filemon
<b>Sl</b>	Salmos	<b>Hb</b>	Hebreus
<b>Pv</b>	Provérbios	<b>Tg</b>	Tiago
<b>Ec</b>	Eclesiastes	<b>1 Pe</b>	1 Pedro
<b>Ct</b>	Cantares	<b>2 Pe</b>	2 Pedro
<b>Is</b>	Isaías	<b>1 Jo</b>	1 João
<b>Jr</b>	Jeremias	<b>2 Jo</b>	2 João
<b>Lm</b>	Lamentações de Jeremias	<b>3 Jo</b>	3 João
<b>Ez</b>	Ezequiel	<b>Jd</b>	Judas
<b>Dn</b>	Daniel	<b>Ap</b>	Apocalipse
<b>Os</b>	Oseias		
<b>Jl</b>	Joel		
<b>Am</b>	Amós		
<b>Ob</b>	Obadias		
<b>Jn</b>	Jonas		
<b>Mq</b>	Miqueias		
<b>Na</b>	Naum		
<b>Hc</b>	Habacuque		
<b>Sf</b>	Sofonias		
<b>Ag</b>	Ageu		
<b>Zc</b>	Zacarias		
<b>Ml</b>	Malaquias		

# INTRODUÇÃO

Os credos e as confissões de fé têm sempre as suas explicações complementares e adicionais para tornar o documento cada vez mais claro. Esses documentos, como disse McGrath (2005), são “interpretações precisas e autorizadas das Escrituras”. Isso significa que se trata de doutrinas oficiais de uma igreja ou denominação, que norteiam a vida religiosa de seus membros.

Temos o nosso *Cremos* desde 1969, mas esse documento já existia em forma embrionária logo no princípio de nossa jornada, conforme pesquisa do historiador das Assembleias de Deus, Israel de Araujo. O jornal *Mensageiro da Paz* publicou na edição de março de 2017 o seguinte: “O *Cremos* era o único documento oficial doutrinário, mas, a partir de agora, o texto passa a ser um extrato da *Declaração de Fé*, que são as interpretações autorizadas das Escrituras e os ensinamentos oficiais das Assembleias de Deus no Brasil” (p. 7). Na verdade, esse texto foi durante todo esse tempo o único documento oficial que expressava os pontos básicos da nossa fé, a única fonte que mostrava para a sociedade aquilo em que cremos.

O *Cremos* foi submetido a algumas revisões durante esses anos e, por último, a uma revisão rigorosa e criteriosa, com acréscimos e cortes. O texto foi ampliado de 14 para 16 artigos de fé; uns foram adaptados, e outros, que tratavam de um mesmo assunto, foram mesclados. Foram incluídos três novos

artigos, um sobre o Espírito Santo, outro sobre a Igreja e, finalmente, um sobre a família; houve também a inclusão de alguns pontos doutrinários, ampliando alguns artigos já existentes como o Criador de todas as coisas.

O *Cremos*, mesmo na sua forma original, serviu como um guia doutrinário básico para a nossa denominação. No entanto, a exigência da atualidade pedia algo mais. Com a promulgação da *Declaração de Fé* na 43ª Assembleia Geral da CGADB como o conjunto de crenças e práticas oficiais da nossa denominação, o *Cremos* continua mantendo a sua importância como uma síntese de nossa doutrina, uma visão geral daquilo em que nós cremos e daquilo que praticamos. A *Declaração de Fé* é uma coletânea de crenças e práticas da Igreja, estruturadas de forma simples e sistemática, que mostra para a sociedade aquilo que nós cremos. Trata-se de um documento de extraordinária importância na vida da Igreja, pois serve como sumário doutrinário da Bíblia para ajudar irmãos e irmãs na compreensão das Escrituras. A Declaração de Fé serve também para proteger a Igreja contra as falsas doutrinas.

Nenhum tema de uma confissão de fé se esgota em si mesma. Essa é a razão de um estudo mais detalhado de cada artigo de fé. O livro *A razão da nossa fé – Assim cremos, assim vivemos*, que o leitor tem em mãos é um comentário bíblico, teológico e histórico de cada ponto doutrinário do *Cremos*, que visa a uma compreensão mais ampla das nossas crenças e práticas.

# CAPÍTULO 1

## Inspiração divina e a autoridade da Bíblia

**A** Bíblia está traduzida atualmente para 2.935 línguas, segundo dados da Sociedade Bíblica do Brasil (*A Bíblia no Brasil*, nº 252 – agosto a outubro de 2016, Ano 68, p. 16). Todas essas versões transmitem a mesma mensagem dos antigos escritores bíblicos. Os oráculos divinos entregues a eles foram preservados e estão disponíveis para toda a humanidade. Sua inspiração divina e sua autoridade fazem dela um livro *sui generis*.

# CÂNON E INSPIRAÇÃO

As palavras “cânon” e “inspiração”, às vezes, significam a mesma coisa. O termo *kanōn* se origina do vocábulo hebraico *qāneh*, “cana”, que se usava como “cana de medir” (Ez 40.3, 5; 41.8) e originalmente quer dizer “vara de medir”. Na literatura clássica, significa “regra, norma, padrão”. Aparece no Novo Testamento com o sentido de regra moral (Gl 6.16). É também traduzido por “medida” (2 Co 10.13, 15). Nos três primeiros séculos do cristianismo, o termo se referia ao conteúdo normativo, doutrinário e ético da fé cristã. A partir do quarto século, os pais da Igreja aplicaram as palavras “cânon” e “canônico” aos livros sagrados, para reconhecer sua autoridade como textos inspirados por Deus e instrumentos normativos para a vida e a conduta dos cristãos, portanto separados de outras literaturas. Eles constituíram a partir de então uma “lista de livros com autoridade divina”, uma biblioteca que é a nossa medida, a nossa regra de fé e prática. O cânon é, assim, a lista de livros já definidos e reconhecidos como divinos para a vida e a conduta do cristão. Cada um dos livros era reconhecido como inspirado por Deus desde a sua origem, mas a coleção desses escritos sagrados só aconteceu posteriormente.

A inspiração divina é chamada de teopneustia, que significa “inspiração divina da Bíblia” (*Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa*) e “inspiração divina das Escrituras – teoria segundo a qual Deus inspirou aos autores bíblicos todas as palavras e todas as ideias” (*Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire). O *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, de Michaelis, repete as mesmas palavras de Laudelino Freire. O termo “teopneustia” vem da Bíblia: “Toda Escritura divinamente inspirada é proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir,

para instruir em justiça” (1 Tm 3.16) ou “Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil” (ARA). A palavra grega aqui traduzida por “inspirada por Deus” ou “divinamente inspirada” é *theopneustos*, que vem de *theos*, “Deus”, e *pneō*, “respirar”. Isso significa que a Bíblia é respirada ou soprada por Deus. A construção grega nesse versículo permite ambas as traduções, mas a tradução da Almeida Atualizada é mais precisa, uma vez que a partícula grega *kai* vem entre os dois adjetivos “divinamente inspirada” e “proveitosa”; também expressa melhor a intenção do Espírito Santo, pois afirma duas verdades sobre a Bíblia: a Escritura é divinamente inspirada e proveitosa. A ausência do artigo antes de *grafē* em *pasa grafē teopneustos kai ōfélimos*<sup>1</sup> não deixa claro se a construção é atributiva, “Escritura divinamente inspirada”, ou predicativa, “[a] Escritura é divinamente inspirada”.

O termo grego *pasa*, feminino de *pas*, “todo, tudo, cada”, afirma que a inspiração das Escrituras é plena, total, por isso afirmamos a nossa fé na inspiração plenária da Bíblia. Mas essa crença não se fundamenta apenas nisso, e o contexto do Novo Testamento nos deixa à vontade nesse sentido. É verdade que no período apostólico a Bíblia da Igreja era o Antigo Testamento (Lc 24.44). O termo “Escrituras”, ou “Escritura” no singular, aparece inúmeras vezes no Novo Testamento como referência específica ao Antigo Testamento ou a parte dele e entre elas podemos citar (Mt 21.42; Mc 12.10/Sl 118.22, 23; Mt 26.56; Mc 15.28/Is 53.12; Lc 4.21/Is 61.1, 2; Lc 24.27).

A expressão “Toda Escritura” (2 Tm 3.16) não se restringe apenas ao Antigo Testamento; diz respeito também aos escritos apostólicos, ou seja, ao Novo

Testamento. A Bíblia inteira é divinamente inspirada, pois a autoridade dos profetas e apóstolos é a mesma. Ambos os grupos de escritores bíblicos aparecem alternadamente: “para que vos lembreis das palavras que primeiramente foram ditas pelos santos profetas e do mandamento do Senhor e Salvador, mediante os vossos apóstolos” (2 Pe 3.2). Mais adiante, o apóstolo Pedro coloca as epístolas paulinas no mesmo nível nas Escrituras do Antigo Testamento: “Falando disto, como em todas as suas epístolas, entre as quais há pontos difíceis de entender, que os indoutos e inconstantes torcem e igualmente as outras Escrituras, para sua própria perdição” (2 Pe 3.16). O apóstolo Paulo considerava os escritos apostólicos no mesmo nível das Escrituras dos judeus: “Porque diz a Escritura: Não ligarás a boca ao boi que debulha. E: Digno é o obreiro do seu salário” (1 Tm 5.18). Há aqui duas citações. A primeira vem da lei de Moisés: “Não atarás a boca ao boi, quando trilhar” (Dt 25.4); e a segunda não aparece em parte alguma do Antigo Testamento, mas nos evangelhos: “porque digno é o operário do seu alimento” (Mt 10.10); “pois digno é o obreiro de seu salário” (Lc 10.7). A construção grega revela que o apóstolo está citando o evangelho de Lucas.<sup>2</sup> Ambas as frases são chamadas de “Escritura”. Outras vezes Paulo ousa dizer que seus escritos são de origem divina (1 Co 7.40; 2 Co 13.3; 1 Ts 4.8).

Assim, a frase “Toda Escritura é inspirada por Deus” se refere à Bíblia inteira, aos seus 66 livros. A inspiração da Bíblia é especial e única. Não existe na Bíblia um livro mais inspirado e outro menos inspirado. Todos têm o mesmo grau de inspiração e autoridade.

A inspiração plenária se refere à totalidade dos 66 livros bíblicos, e a inspiração verbal significa que cada palavra foi inspirada pelo Espírito Santo (1 Co 2.13). Não somente as palavras, mas também as ideias são de origem

divina: “porque a profecia nunca foi produzida por vontade de homem algum, mas os homens santos de Deus falaram inspirados pelo Espírito Santo” (1 Pe 1.21). A palavra grega usada aqui para “inspirados” é o verbo *pherō*, que significa também “mover, movimentar”. Os escritores bíblicos são homens santos que foram movidos pelo Espírito Santo para falarem da parte de Deus.

A inspiração verbal não elimina a individualidade de cada autor humano. Qualquer leitor da Bíblia consegue ver sem muito esforço a diferença de linguagem e de estilo em cada livro. Essa diversidade se revela ao comparar um profeta com outro profeta do Antigo Testamento, ou um apóstolo com outro apóstolo do Novo Testamento. Quem ler os profetas Isaías, Jeremias, Ezequiel, Daniel, Oseias, Amós ou os apóstolos Pedro, João e Paulo pode observar com clareza meridiana a peculiaridade na estrutura de raciocínio de cada um deles, no seu grau de instrução, no seu convívio, no seu gênio e contexto sociopolítico e religioso. Assim, a Bíblia revela o aspecto natural da individualidade e o aspecto sobrenatural da inspiração.

# CREDIBILIDADE DOS TEXTOS BÍBLICOS

A quantidade enorme de manuscritos antigos, o grande número de versões em outras línguas e as citações da patrística nos primeiros séculos do cristianismo falam por si como prova da autenticidade dos livros da Bíblia. É assunto que nem mesmo os céticos questionam. Nenhuma obra da Antiguidade apresenta hoje tantos manuscritos hebraicos, gregos, latinos e em outras línguas. Temos hoje em todo o mundo mais de 25 mil manuscritos bíblicos produzidos antes do advento da imprensa no século XV. Em segundo lugar, vem a *Iliada*, de Homero, com apenas 457 papiros e 188 manuscritos, perfazendo um total de 645 exemplares. Nenhuma obra da Antiguidade é mais bem confirmada que a Bíblia.

De todas as obras literárias produzidas na Antiguidade, o manuscrito mais antigo que sobreviveu apresenta um intervalo de 750 anos entre o tal manuscrito e a possível data de sua autoria. É uma obra de História, de Plínio, o Jovem, historiador romano que viveu entre 61 e 113 d.C. Restaram apenas sete manuscritos, e o mais antigo deles é datado de 850 d. C. Todos os demais, com exceção de Suetônio, também historiador romano, com 950 anos de intervalo o manuscrito mais antigo e a possível data de sua autoria, apresentam um intervalo superior a mil anos. É o caso de Platão, *Tetralogias*, sete cópias; e Heródoto, *História*, oito cópias, entre outros que não são citados aqui por absoluta falta de espaço (MCDOWELL, 2013, pp. 141, 142).

As descobertas dos rolos do mar Morto revelam a credibilidade e a fidelidade dos textos hebraicos do Antigo Testamento. Com exceção do livro de Ester, todos os outros livros do Antigo Testamento estão representados

nesses 800 manuscritos. As 11 cavernas de Uaid Qumran trouxeram à tona cerca 200 manuscritos bíblicos, descobertos entre 1947 e 1964, sem contar outros manuscritos não bíblicos. O primeiro grupo desses manuscritos é datado entre 250 a.C. e 68 d.C., com manuscritos escritos ainda na grafia paleo-hebraica, ou seja, o hebraico arcaico. Julio Trebolle Barrera faz menção de alguns deles: quatro de Levítico, dois de Gênesis, Êxodo e Deuteronômio, um de Números e um de Jó (BARRERA, 1999, p. 263). O segundo grupo é datado entre 70 e 132 d.C., período entre a destruição de Jerusalém e a Revolta de Bar-Cochbar, em Yavne, ou Jâmnia.

Muitos desses manuscritos não foram produzidos pelos essênios; muitos deles vieram da Babilônia e do Egito. Trata-se, portanto, de textos procedentes de várias épocas e de vários lugares. Quando o alfabeto paleo-hebraico foi substituído pelo alfabeto quadrático, os escribas tiveram de fazer adaptações. O rolo do profeta Isaías, por exemplo, é datado do ano 100 a.C. É exatamente o mesmo texto da Bíblia Hebraica, exceto por uma diferença de apenas 17 letras no capítulo 53.

As inúmeras profecias são exclusividade das Escrituras Sagradas e provas visíveis de sua inspiração e autenticidade. Muitas delas já se cumpriram em relação a muitos povos, tanto na Antiguidade como na atualidade. Um exemplo é a queda de Babilônia: “E Babilônia, o ornamento dos reinos, a glória e a soberba dos caldeus, será como Sodoma e Gomorra quando Deus as transtornou. Nunca mais será habitada, nem reedificada de geração em geração” (Is 13.19, 20). Essa profecia foi proferida quando a Babilônia estava no apogeu de sua glória. Hoje, no entanto, essa Palavra se cumpre diante de nossos olhos.

A Bíblia anunciou de antemão a dispersão dos judeus, mas profetizou seu

retorno à terra de seus antepassados. Depois de cerca de 1.800 anos na diáspora, os filhos de Israel retornam para sua terra, e em um só dia nasceu uma nação (Is 66.8). Essa Palavra diz respeito à fundação do Estado de Israel logo após a derrocada do nazismo.

Não é possível enumerar todas as profecias aqui. Mas destacamos as profecias sobre reis, como Ciro, rei da Pérsia, e Alexandre, o Grande, em Isaías 44.28; 45.1 e Daniel 8.21, 22, além das profecias messiânicas cumpridas em Jesus, desde o seu nascimento de uma virgem, em Belém, conforme Isaías 7.14 e Miqueias 5.2, até a sua ascensão, registrada em Salmos 24.7-10. Tudo isso faz da Bíblia um livro *sui generis*, que não se assemelha a nenhum outro e está acima de qualquer outro já produzido no mundo. A Bíblia declara a si mesma como a infalível Palavra de Deus: “a palavra de nosso Deus subsiste eternamente” (Is 40.8) e em fraseologia similar: “mas a palavra do Senhor permanece para sempre” (1 Pe 1.25). É o único livro que se apresenta como a revelação escrita do verdadeiro Deus e com um propósito definido: a redenção humana.

# A VERSÃO DOS SETENTA

A Septuaginta é a primeira tradução do Antigo Testamento hebraico para o grego. O termo “Septuaginta” vem do latim e significa literalmente “septuagésimo”, tendo sido usado pela primeira vez por Eusébio de Cesareia em *História Eclesiástica*. Agostinho de Hipona foi o primeiro a chamá-la de a “Versão dos Setenta”, em *A Cidade de Deus*. O termo “Septuaginta” é uma forma abreviada da expressão latina *interpretatio Septuaginta virorum*, “a tradução pelos setenta homens”, similar à forma grega *katá tou hebdomēkonta*, “conforme os setenta”, ou *hoi hebdomēkonta*, “os setenta”, todos usados por escritores cristãos do segundo século para referir-se ao Antigo Testamento Grego. Hoje é conhecido também pelo nome de “Versão dos Setenta, Versão de Alexandria” e identificado pelos algarismos romanos “LXX”.

A tradução do Pentateuco do hebraico para o grego aconteceu na metade do século III a.C., por 72 eruditos judeus enviados de Jerusalém para Alexandria; nos séculos seguintes, os outros livros do Antigo Testamento foram traduzidos. Foi um empreendimento cultural sem precedentes na história da civilização ocidental, pois a revelação divina saía do confinamento judaico para se tornar universal. Era o pensamento religioso semita à disposição do Ocidente numa língua indo-europeia.

Sua influência nos escritores do Novo Testamento foi determinante, servindo de ponte linguística e teológica entre o hebraico do Antigo Testamento e o grego do Novo. Tanto os apóstolos como os antigos escritores cristãos encontraram na Septuaginta uma fonte de conceitos e termos teológicos para expressar o conteúdo e o pensamento cristão. Ela foi usada pelas gerações de

judeus helenistas em todas as partes do mundo antigo. Foi a Bíblia adotada pelos cristãos de língua grega, como disse Agostinho no século V: “A Igreja recebeu a versão dos Setenta como se fora única e dela se servem os gregos cristãos, cuja maioria ignora se há alguma outra. Dessa versão dos Setenta fez-se a versão para o latim; é a usada nas igrejas latinas. Serve, ainda, como fonte importante para o estudo da história da Bíblia Hebraica” (*A Cidade de Deus*, livro 18.43).

# A TRADUÇÃO PARA OUTRAS LÍNGUAS TEM A APROVAÇÃO DIVINA

O projeto de tradução das Escrituras dos judeus para a língua grega num período em que nem mesmo o cânon estava fixado mostra ser a Bíblia um livro traduzível por natureza, sendo ao mesmo tempo o prenúncio de milhares de línguas para as quais a Palavra de Deus seria traduzida – as primícias de uma grande ceifa de versões em todo o mundo. A Bíblia completa está traduzida em 563 idiomas, o Novo Testamento em 1.334 línguas, e as porções bíblicas em 1.038 línguas. O total é de 2.935 línguas. São dados publicados pela revista *A Bíblia no Brasil* citada acima.

É a vontade de Deus que a sua Palavra seja conhecida por todos os povos e nações na sua própria língua. Essa aprovação divina é reconhecida pelo uso do grego na redação do Novo Testamento e pelas inúmeras citações diretas da Septuaginta. Isso mostra que não importa a língua, mas o conteúdo da mensagem. A Septuaginta “no transcorrer dos anos veio a ser o Antigo Testamento por excelência dos cristãos no vasto império romano. Quando a LXX foi acrescentada à coleção de livros do Novo Testamento era o surgimento de um novo livro, a Bíblia Cristã” (SOARES, 2009, p. 56).

---

<sup>1</sup> Pa/sa graph. qeo,pneustoj kai. wvfe,limoj.

<sup>2</sup> Compare ἄξιος γὰρ ὁ ἐργάτης τοῦ μισθοῦ αὐτοῦ (Lc 10.7) com ἄξιος ὁ ἐργάτης τοῦ μισθοῦ αὐτοῦ (1 Tm 5.18).

# CAPÍTULO 2

## *Deus e a criação*

O enfoque do presente capítulo é a unicidade do Deus Pai Todo-poderoso e Criador do universo. A declaração de fé dos ateus é “Deus não existe”, o oposto da confissão cristã. A Bíblia não é uma apologia à existência de Deus; não há nela a preocupação em comprovar que Deus existe. A existência de Deus é um fato consumado, uma verdade primária que não necessita ser provada, pois Ele transcende à existência. O conhecimento humano sobre a existência do Criador está na própria intuição e razão no interior das pessoas (Rm 1.20, 21; 2.14, 15). A Bíblia é a única fonte confiável e confirma a experiência humana.

# A PRIMEIRA DECLARAÇÃO DOS CREDOS

Os principais credos ecumênicos apresentam características especiais existentes em Deus. O Credo dos Apóstolos declara: “Creio em Deus Pai Todo-poderoso, Criador do céu e da terra”; da mesma forma o Credo Niceno afirma: “Cremos em um só Deus, Pai Onipotente, Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis”; e o Credo Niceno-Constantinopolitano reafirma a fórmula nicena: “Cremos em um só Deus, o Pai Todo-poderoso, Criador do céu e da terra, de todas as coisas, visíveis e invisíveis”. Alguns dos antigos credos locais dos primeiros cinco séculos da história da Igreja serviram como a base dessas formulações ecumênicas. Todas essas declarações a respeito de Deus afirmam que Ele é um, exceto o Credo dos Apóstolos, que é Pai Onipotente ou Todo-Poderoso e Criador de todas as coisas. Trata-se da revelação bíblica posta de maneira sistemática. Há nas Escrituras provas abundantes que fundamentam essas declarações dos credos. Muitos outros credos regionais dos cinco primeiros séculos dizem a mesma coisa, empregando, às vezes, fraseologia similar. São informações importantes, pois falam que o nosso Deus é único, que é Pai, que é o Todo-poderoso e Criador de tudo o que há no Universo. Tais declarações nada mais são do que interpretações precisas das Escrituras que serviram para proteger a fé cristã do politeísmo e da idolatria dos gentios e os cristãos das heresias. Isso se reveste de uma importância especial na época, quando os gnósticos ganhavam espaço no seio da Igreja.

O gnosticismo atingiu o apogeu entre 130 e 170 d.C., mas o movimento já existia antes. O termo “gnosticismo” vem do grego *gnōsis*, que significa

“conhecimento”. Trata-se, grosso modo, de um enxerto das filosofias pagãs nas doutrinas vitais do cristianismo. Sua marca registrada era o sincretismo. Suas ideias sobre a identidade de Jesus eram estranhas ao Novo Testamento e as ideias sobre Deus eram ainda mais exóticas. A escola gnóstica de Valentino (aproximadamente 130-170 d.C.) ensinava a existência de inúmeros seres eternos que viviam em perfeita harmonia, sendo o Pai do Universo um deles. Nesse modelo gnóstico, um dos seres eternos, Sofia, “sabedoria” em grego, teria destruído essa harmonia ao criar mundos para si, na tentativa de imitar o pai do Universo, e o resultado foi sua expulsão do reino divino. Essa tentativa resultou no demiurgo, do grego *demiurgos*, “artesão”, um deus criador inferior que aparece no diálogo de Platão intitulado *Timeu*. Para os gnósticos, o demiurgo criou o mundo físico. Outra linha de pensamento gnóstica era de Marcião, falecido em 165 d.C. Ele ensinava que o Deus do Antigo Testamento era inferior e até mesmo defeituoso; e dizia ainda que não era esse o mesmo Deus do Novo Testamento. Na sua mensagem, pregava que Jesus revelou um Deus até então desconhecido, por isso todos os cristãos deviam rejeitar tanto o Antigo Testamento quanto o seu Deus. Assim, a declaração “Creio em Deus Pai Todo-poderoso Criador do céu e da terra” é um ato de adoração a Deus a quem damos crédito. A ideia aqui diz respeito “àquele que governa tudo, que controla tudo”, para enfatizar o poder e a soberania de Deus em governar todo o universo. Isso neutralizava o pensamento marcionita que ensinava ser o universo criado e governado por demiurgos, e não pelo grande Deus Javé de Israel, revelado no Antigo Testamento. Paul Tillich, teólogo luterano e filósofo, diz o seguinte sobre as palavras iniciais do Credo dos Apóstolos, o que, sem dúvida, vale também para os outros: “Deveríamos pronunciar essas

palavras com grande reverência, porque, por meio dessa confissão, o cristianismo se separou da interpretação dualista da realidade presente no paganismo... O primeiro artigo do Credo é a grande muralha que o cristianismo ergueu contra o paganismo. Sem essa separação a cristologia seria mais do que um dos poderes cósmicos entre outros, embora, talvez, o maior deles” (TILLICH, 2004, p. 41).

# O DEUS DAS ESCRITURAS

O Deus da Bíblia é o mesmo Deus dos credos. A diferença está apenas na forma de apresentação, não na essência divina. A Bíblia é a Palavra de Deus para todos os seres humanos; o credo é a resposta do homem a Deus. Assim, os credos em sua forma embrionária estão presentes na Bíblia: “Ouve, Israel, o SENHOR nosso Deus é único SENHOR” (Dt 6.4). Deus é um em essência ou natureza, subsistindo por Si mesmo; só o SENHOR é Deus: “Eu sou o SENHOR, e não há outro; fora de mim não há deus...” (Is 45.5). Nosso Senhor Jesus Cristo ensinou o monoteísmo como parte do primeiro de todos os mandamentos: “... Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor” (Mc 12.29); “... com verdade disseste que há um só Deus, e que não há outro além dele” (Mc 12.32); “E a vida eterna é esta: que conheçam a ti só por único Deus verdadeiro...” (Jo 17.3).

O apóstolo Paulo declara: “Todavia para nós há um só Deus” (1 Co 8.6); “Ora o medianeiro não é de um só, mas Deus é um” (Gl 3.20); “Um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, e por todos e em todos” (Ef 4.6). “Porque há um só Deus” (1 Tm 2.5). Foi o Senhor Jesus quem revelou Deus aos seres humanos por meio da Bíblia: Mt 11.27; Jo 1.18).

O Deus que Jesus revelou é o Deus de Israel e isso ele deixou claro ao pronunciar o primeiro e grande mandamento: “E Jesus respondeu-lhe: O primeiro de todos os mandamentos é: “Ouve, Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor. Amarás, pois, ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento, e de todas as tuas forças; este é o primeiro mandamento” (Mc 12.29, 30). Essa é uma das várias declarações do Novo Testamento que ensina ser o cristianismo monoteísta. A declaração

aqui é reveladora porque não deixa dúvida de que o Deus dos cristãos é o mesmo Deus de Israel, pois Jesus citou as palavras diretamente do Antigo Testamento (Dt 6.4-6).

# A PATERNIDADE E A ONIPOTÊNCIA DE DEUS

Assim como os antigos credos sintetizam o ensino bíblico sobre a unidade de Deus e o monoteísmo, da mesma forma eles o fazem sobre a paternidade de Deus. Há abundantes declarações na Escrituras sobre a paternidade de Deus.

A figura do pai numa família é conhecida e compreensível em todas as civilizações desde a Antiguidade. Aplicada a Deus, torna-se um recurso extraordinário. Em primeiro lugar, porque mostra a doutrina de Deus não é abstrata (Dt 1.31; Ml 1.6). E não somente isso, pois são os pais que geram os filhos e são responsáveis por seu bem-estar, sustento, alimentação, vestimentas, saúde, educação e segurança. Essa manifestação de afeto e carinho acontece de maneira natural e ao mesmo tempo misteriosa. É a melhor e a mais perfeita maneira de ilustrar e explicar o grande amor de Deus pelo ser humano.

A quem se refere à expressão “Deus Pai Todo-poderoso” ou fraseologia similar nos antigos credos? Os antigos intérpretes e exegetas tomaram essas palavras desde muito cedo em relação especial à santíssima Trindade: “o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo” (1 Pe 1.3); “porque a este o Pai, Deus, o selou” (Jo 6.27). Mas Deus como Pai na Bíblia tem significado mais abrangente. O título “Pai” no Antigo Testamento se refere aos filhos de Israel, denota relação mediante aliança, concerto (Jr 31.9; Ml 2.10), de maneira coletiva, a Israel no todo (Êx 4.22; Os 11.1), às pessoas como seus filhos (Is 1.2; 30.1; 45.11; Jr 3.22) e ao Ungido Rei, o Messias (2 Sm 7.14; Sl 2.7; 89.27). No Novo Testamento, é frequente a frase “o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo” (Rm 15.6; 2 Co 1.3; 11.31; Ef 1.3) e fraseologia similar

(Cl 1.3), e também “nosso Deus e Pai” ou “Pai nosso” (1 Co 8.6; 1 Ts 3.11, 13; 2 Ts 2.16), principalmente nas introduções das epístolas paulinas (1 Co 1.3; Gl 1.4; Ef 1.2; Fp 1.2; Cl 1.2).

Jesus nos tornou filhos de Deus por adoção, razão pela qual temos a liberdade e o direito de chamá-lo de Pai (Mt 6.13; Jo 1.12). A palavra aramaica *abba*, “aba”, ou, literalmente, “papai”, demonstra uma relação de intimidade dos crentes em Jesus com Deus (Rm 8.15; Gl 4.6). A ideia de que Deus é o Pai de todos os seres humanos é bíblicamente válida por causa da criação (At 17.28, 29; Ef 4.6), mas isso não implica relação pessoal ou espiritual. No evangelho de João, o termo grego *patēr*, “pai”, aparece 136 vezes, e 120 delas se referem a Deus. Nos evangelhos sinópticos, essa referência a Deus é bem menor, mas permanece a mesma ideia.

O título de “Pai” se diferencia dos demais títulos e funções de Deus porque nunca se aplica a Jesus nem ao Espírito Santo. Há uma vasta lista de atributos, títulos, funções e obras de Deus Pai presentes no Filho e no Espírito Santo, mas o título de Pai é exclusivo ao Deus Pai. Alguém pode argumentar sobre a profecia messiânica que emprega as palavras “Pai da Eternidade” (Is 9.6). O bispo Sabélio costumava citar palavra profética para fundamentar a crença unicista de que Pai é Filho e Filho é Pai. Mas o que a Bíblia ensina aqui é que o Messias, como rei, “o principado está sobre os seus ombros”, é pai do seu povo (Is 22.21), e não o Deus-Pai. O Filho é Deus igual ao Pai (Jo 5.17, 18; 10.30), mas não é o Pai, senão “o Filho do Pai” (2 Jo 3).

Ser todo-poderoso é o mesmo que ser onipotente (Sl 91.1). Esse atributo é exclusividade divina, no Deus trino e uno. Os credos começam reconhecendo esse atributo no Deus Pai: “Creio em Deus Pai Todo-poderoso”. A expressão

“Todo-poderoso” é um dos nomes de Deus no Antigo Testamento (Gn 17.1; Êx 6.3), e a ideia nos antigos credos é de poder fazer todas as coisas, tudo o que deseja (Is 46.10). A onipotência *ad extra* está limitada somente pela natureza ou essência do próprio Deus e por nada externo a ele; por exemplo, “Deus não pode mentir” (Tt 1.2). Isso não deve ser interpretado como limite de seu poder; antes, trata-se da sua essência, pois ele mesmo é a Verdade. Os cristãos reconhecem que Deus pode todas as coisas: “Porque para Deus nada é impossível” (Lc 1.37).

# BÍBLIA X CIÊNCIA

Não é verdade que a ciência contradiz a Bíblia e vice-versa. É necessário saber o que realmente é ciência e se os pressupostos científicos são realmente científicos. Se o resultado dessa investigação for positivo, resta ainda saber se o pensamento teológico é realmente bíblico ou se não está fundamentado numa falsa interpretação das Escrituras. Um exemplo clássico disso são as descobertas científicas de Galileu Galilei, que contrariavam a interpretação da Igreja Católica, e não a Bíblia, pois o papa achava que apenas o Sol e a Lua se moviam, e não a terra, com base na interpretação dada à passagem do dia longo de Josué (Js 10.12-14).

Os cientistas já investigaram diversas áreas do saber humano: astronomia e cosmologia, biologia e genética, paleontologia e geologia, métodos de datação geofísica e hidrodinâmica. Por que um número considerável deles rejeita completamente o evolucionismo? Muitas coisas no currículo escolar na área de ciências naturais precisam ser revistas, segundo um número considerável de cientistas.

Toda a criação louva a Deus – seres espirituais, racionais e irracionais e toda a natureza (Sl 148.2-12). Os ateus não adoram nem louvam a Deus; acham que não precisam dele e não participam da adoração a Deus. A existência de Deus é um fato; trata-se de uma verdade primária que não precisa ser provada. Seria insulto à inteligência humana dizer a alguém que um relógio simplesmente apareceu do nada, como resultado do acaso. O Salmo 19 mostra que o Universo, por si só, comprova a existência de Deus (Sl 19.1-6). As coisas visíveis de Deus são claramente vistas como recursos que Deus deixou para que o ser humano reconheça a existência do Criador: “para que eles

fique inescusáveis” (Rm 1.20). Será que eles pensam que, negando a existência do Criador, escaparão da condenação eterna? Se for isso, estão enganados. A única salvação é o Senhor Jesus Cristo (Jo 14.6; At 16.31).

# CAPÍTULO 3

## Sobre a doutrina da *Santíssima* *Trindade*

**A** Trindade é a união de três Pessoas – o Pai, o Filho e o Espírito Santo – em uma só Divindade, sendo iguais, eternas e da mesma substância, embora distintas, sendo Deus cada uma dessas Pessoas. Essa doutrina é um mistério porque vai além da razão, mas não contra a razão, como disse acertadamente Norman Geisler: “É conhecida apenas pela revelação divina, portanto não é assunto da teologia natural, mas da revelação” (GEISLER, 2001, p. 834). A Bíblia declara textualmente que existe um só Deus verdadeiro e, ao mesmo tempo, afirma com a mesma clareza e de maneira direta que Jesus é Deus, mostrando nele todos os títulos divinos, com seus atributos, funções e obras de Deus. E, com o Espírito Santo não é diferente; a Bíblia revela a sua divindade plena. Houve no passado quem defendesse o triteísmo, mas a Igreja nunca reconheceu tal ensino; antes, refutou e combateu essa ideia. O mistério consiste também no fato de o Deus dos cristãos revelado nas Escrituras ser trino e uno sem comprometer o monoteísmo judaico-cristão.

# AS DECLARAÇÕES ESCRITURÍSTICAS

A Trindade é uma doutrina com sólidos fundamentos bíblicos e, mesmo sem conhecer essa terminologia, os cristãos do período apostólico reconheciam essa verdade. Essa doutrina está implícita no Antigo Testamento, pois há declarações que indicam claramente a pluralidade na unidade de Deus (Gn 1.26; 3.22; 11.6, 7; Is 6.8). Apesar da ênfase da doutrina monoteísta como o *shemá*: “Ouve, Israel, o SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR” (Dt 6.4) reafirmada pelo Senhor Jesus (Mc 12.29), o Antigo Testamento mostra que a unidade de Deus não é absoluta. O Novo Testamento revela que essa pluralidade se restringe ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo (Mt 28.19; 1 Co 12.4-6; 2 Co 13.13; Ef 4.4-6; 1 Pe 1.2).

Há ainda várias passagens tripartidas no Novo Testamento que revelam a Trindade (Lc 24.49; Rm 1.1-4; 5.1-5; 14.17, 18; 15.16, 30; 1 Co 6.11; 2 Co 1.20, 21; Gl 3.11-14; Ef 1.17; 2.18-22; 3.3-7, 14-17; 1 Ts 5.18). Além das declarações bíblicas apresentadas aqui, há outras evidências contundentes que fundamentam essa doutrina. Cada uma dessas Pessoas é chamada individualmente de Deus e Senhor. O Deus do cristianismo é um (Gl 3.20), mas as Escrituras ensinam também que o Pai é Deus, o Filho é Deus e o Espírito Santo é Deus. A Bíblia aplica o nome “Deus” ao Pai sozinho (Fp 2.11), da mesma forma ao Filho (Jo 1.1) e ao Espírito Santo (At 5.3, 4); e, na maioria das vezes, com referência à Trindade (Dt 6.4). Isso também ocorre com o Tetragrama (as quatro consoantes do nome divino YHWH), que se aplica ao Pai sozinho (Sl 110.1), ao Filho (Is 40.3; Mt 3.3) e ao Espírito Santo (Ez 8.1,3). No entanto, aplica-se também à Trindade (Sl 83.18). Salta à vista de qualquer leitor da Bíblia a divindade plena e absoluta de cada uma dessas

Pessoas. Foi assim que o Espírito revelou a unidade na Trindade.

As palavras de Jesus sobre a sua própria identidade e as suas ações revelam a sua deidade absoluta. O mesmo pode ser dito sobre as obras e as declarações a respeito do Espírito Santo. O Deus revelado nos evangelhos é trino e uno. A maneira como essa verdade é revelada em Mateus, Marcos, Lucas e João era perfeitamente compreendida pela geração apostólica. Por essa razão, não havia questionamento sobre a trindade de Deus. Quando o Senhor Jesus apaziguou a tempestade, seus discípulos questionaram: “Quem é este que até o vento e o mar lhe obedecem?” (Mc 4.41). Eles sabiam que somente Deus possui esse poder (Sl 65.7; 89.9).

O ensino do Senhor Jesus e de seus apóstolos expressava a fé em um só Deus, mas ao mesmo tempo eles ensinavam a deidade absoluta do Pai, do Filho e do Espírito Santo. A Bíblia revela a trindade de Deus sem necessitar de definições teológicas, e o destinatário imediato de cada texto bíblico compreendia com clareza meridiana a unidade na Trindade e a Trindade na unidade.

Não havia ainda necessidade na época de uma confissão de fé elaborada, pois essa linguagem era suficiente para a compreensão dos primeiros cristãos. Até mesmo os opositores da fé cristã, às vezes, entendiam esse discurso. Jesus disse certa vez: “Meu Pai trabalha até agora, e eu trabalho também” (Jo 5.17). Os judeus incrédulos entenderam essa mensagem e por essa razão procuraram matar a Jesus, porque “dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus” (Jo 5.18). Esse modo de pensar dos apóstolos era compreensível aos primeiros cristãos e não havia necessidade de explicações adicionais. Não há evidência no Novo Testamento de alguém questionando essa verdade.

A expansão do cristianismo no vasto império romano era geográfica e

intelectual (Rm 15.19; Cl 1.6). A pregação do evangelho passou a se defrontar com as diversas tradições gregas e romanas (At 16.21; 17.18-22). Mas a maneira de pensar desses movimentos culturais e intelectuais exigia formulações teológicas precisas e racionais na comunicação da verdade cristã, somando-se a isso o surgimento de seitas e heresias como ebionitas, gnósticos, monarquianistas e arianistas, entre outros. E a simples repetição de passagens bíblicas já não era mais suficiente. Isso exigia da liderança da Igreja definições teológicas racionais.

# OS APOLOGISTAS

No que diz respeito à Trindade, os pais da Igreja nos séculos 2 e 3 não tinham uma ideia clara sobre a doutrina, exceto Tertuliano. O conceito trinitariano de Orígenes mostrou-se insatisfatório. Havia muitos conceitos diversificados sobre o Logos,<sup>3</sup> e a doutrina do Espírito Santo nem sequer entrou nos debates antes de Niceia.

Os primeiros pais da Igreja que antecederam o Concílio de Niceia sabiam pelos escritos do Novo Testamento e pela experiência das igrejas, a maioria fundada pelos apóstolos ou por alguém vinculado a eles ou mesmo seus sucessores, que os primeiros cristãos cultuavam a Jesus e reconheciam o senhorio de Cristo e do Espírito Santo. Suas explicações não eram muito claras, pois os primeiros escritores cristãos após o período apostólico não tinham uma compreensão mais avançada sobre a essência divina.

Os apologistas e os escritores do século II não discutem a Trindade em seus escritos, embora a fórmula Pai, Filho e Espírito Santo, de forma vaga e imprecisa, apareça com frequência. Justino, o Mártir (100-165), diz que o ministro de culto “louva e glorifica ao Pai do universo através do nome de seu Filho e do Espírito Santo, e pronuncia uma longa ação de graças” (*Apologia* 65.3). Atenágoras de Atenas, numa apologia em favor dos cristãos acusados de ateísmo, dirigida ao imperador Marco Aurélio em 177, apresenta as primeiras articulações teológicas da Trindade: “Quem não se surpreenderá ao ouvir chamar de ateus indivíduos que admitem um Deus Pai, um Deus Filho e um Espírito Santo, que mostram seu poder na unidade e sua distinção na ordem?” (*Petição em Favor dos Cristãos*, I.10).

Irineu de Lião, falecido no ano 202, foi discípulo de Policarpo de Smirna, por sua vez discípulo do apóstolo João. A *regula fidei*, “regra de fé”, o credo usado na Igreja de Lião (uma cidade na atual França) no tempo de Irineu, diz o seguinte: “Com efeito, a Igreja espalhada pelo mundo inteiro até os confins da terra recebeu dos apóstolos e seus discípulos a fé em um só Deus, Pai onipotente, que fez o céu e a terra, o mar e tudo quanto nele existe; em um só Jesus Cristo, Filho de Deus, encarnado para a nossa salvação; e no Espírito Santo” (*Contra as heresias*, livro I 10.1). Mais adiante, ele declara: “Sua Palavra e sua Sabedoria, seu Filho e seu Espírito, estão sempre junto dele... Sua Sabedoria, isto é, o Espírito, estava com ele antes que o mundo fosse feito” (*Contra as heresias*, livro IV 20.1, 3). Irineu diz ainda em outra obra: “Sem o Espírito Santo é impossível ver o Verbo de Deus e sem o Filho ninguém pode aproximar-se do Pai, porque o Filho é o conhecimento do Pai e o conhecimento do Filho se obtém por meio do Espírito Santo. Mas o Filho, segundo a vontade do Pai, ministra e dispensa o Espírito a quem quer, conforme, como o Pai quer” (*Demonstración de la Predicación Apostólica*, 7).

Justino, o Mártir, e Irineu de Lião evitam afirmar de maneira explícita que o Espírito Santo é Deus, mas reconhecem a sua divindade, como se vê nos exemplos citados. Nenhum deles escreveu sobre o Espírito Santo, mas este é mencionado com frequência ao lado do Pai e do Filho. Nessas construções trinitárias, o Espírito Santo aparece no mesmo nível do Pai e do Filho e com qualificações divinas plenas, sem, contudo, afirmar de maneira direta que ele é Deus. O que é comum a todos os pais da Igreja, nesse período, é a crença na trindade de Deus. Todos eles defendiam uma fé trinitariana, ainda que o

conceito desse trinitarianismo não seja satisfatório.

# TERTULIANO DE CARTAGO

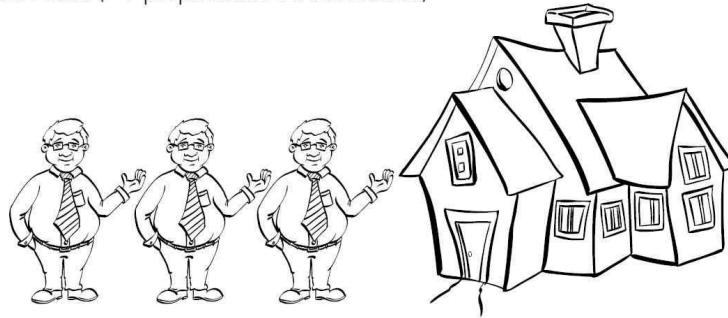
Tertuliano de Cartago, uma cidade do norte da África (155-224), advogado romano de formação intelectual estoica convertido ao cristianismo, tornou-se conhecido como o “Pai do cristianismo latino”. Ele refutou os monarquianistas modalistas, um grupo que não negava a divindade do Filho nem a do Espírito Santo, mas, sim, a distinção destas Pessoas, de modo diametralmente contrário ao ensino das igrejas desde os dias apostólicos. Seus principais representantes foram Noeto, Práxeas e Sabélio.

Noeto era natural de Esmirna e ensinava que “Cristo era o próprio Pai, e o próprio Pai nasceu, sofreu e morreu”. Cipriano (200-258 d.C.), bispo de Cartago, chamou a heresia de Noeto, num tom jocoso, de “patripassionismo” (*Epístola 73*), do latim *Pater*, “Pai”, e *passus*, de *patrior*, “sofrer”. Práxeas foi discípulo de Noeto, e a sua doutrina reacendeu no norte da África em 213, através de um dos discípulos de Práxeas, quando Tertuliano começou a sua refutação em *Contra Práxeas*, texto contendo capítulos. Tertuliano polemizou com esses monarquianistas, dizendo: “Práxeas fez duas obras do diabo em Roma: expulsou a profecia e introduziu a heresia; afugentou o Paracleto e crucificou o Pai” (*Contra Práxeas*, I). O bispo Sabélio foi o principal expoente do modalismo; ele ensinava que o Pai, o Filho e o Espírito Santo não eram três Pessoas distintas, mas apenas três aspectos do Deus único. Nos tempos do Antigo Testamento, o Pai se manifestou como Legislador. Nos tempos do Novo Testamento, este Pai era o mesmo Filho encarnado e também fazia o papel de Espírito Santo como inspirador dos profetas.

Foi no combate ao sabelianismo que Tertuliano trouxe uma formulação trinitária melhor e mais compreensível. É dele o termo “Trindade”, *trinitas* em latim. Ele “foi responsável pela criação de 509 novos substantivos, 284 novos adjetivos e 161 verbos na língua latina” (McGRATH, 2005, p. 375). Sua explicação sobre o Pai, o Filho e o Espírito Santo em uma só divindade preserva o monoteísmo sem comprometer a deidade absoluta das três Pessoas da Trindade. É a unidade na Trindade e a Trindade na unidade.

Todos são de um, por unidade de **substância**, embora ainda esteja oculto o mistério da dispensação que distribui a unidade numa Trindade, colocando em sua ordem os três, Pai, Filho e Espírito Santo; *três contudo, não em essência, mas em grau; não em substância, mas em forma, não em poder, mas em aparência, pois eles são de uma só substância e de uma só essência e de um poder só, já que é de um só Deus que esses graus e formas e aspectos são reconhecidos com o nome de Pai, Filho e Espírito Santo (Contra Práxeas, II – Grifo é nosso).*

**VÁRIAS** pessoas podem possuir **UMA** substância.  
**TRÊS** pessoas podem possuir (conjuntamente e igualmente)  
**UMA** casa (=1 propriedade ou substância)



### SUBSTÂNCIA E PESSOA NA TRINDADE

**O Pai,  
 Filho  
 e Espírito  
 Santo**

**DIFEREM EM**

- grau (*gradus*)
- forma (*forma*)
- aspecto (*species*)

**SÃO O MESMO EM**

- condição (*status*)
- substância (*substantia*)
- poder (*potestas*)

PAI, FILHO E ESPÍRITO SANTO constituem

**TRÊS PESSOAS** (*personae*) em **uma substância** (*substantia*)

Tres autem non statu sed gradu, nec substantia sed forma, nec potestate sed specie, unius autem substabtie et unius status et unius potestatis, quia unus Deus ex quo et gradus isti et formae et species in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti deputantur (*Adversus Praxean*, II).

Tertuliano apresenta aqui uma breve interpretação da natureza divina conforme revelada nas Escrituras e no testemunho das igrejas desde a era apostólica. É a primeira fórmula, trinitária que atravessou os séculos. O que ele escreveu aqui vale ainda hoje, apesar das diversas pontas soltas que precisaram ser amarradas posteriormente, mas a sua estrutura da Trindade na unidade e da unidade na Trindade é mantida em Orígenes, Atanásio, nos pais capadócijs, em Hilário de Poitiers e em Agostinho de Hipona, entre outros.

O termo mostra o esforço de Tertuliano para provar que a tríplice manifestação revelada na história salvífica é compatível com a unidade

substancial de Deus. O Pai, o Filho e o Espírito Santo são da mesma substância, mas essa essência divina é uma só; a diferença está nas formas, graus e aspectos. Ele emprega o termo latino, *unus*, ou o seu derivado, *unicus*, para o verdadeiro Deus do cristianismo. Faz isso na tentativa de afastar a ideia de triteísmo, acusação feita por seus opositores monarquianistas. Ele usa ainda outra palavra, *unitas*, derivado do verbo *unire*, que “significa a unidade interna e orgânica da natureza divina... *Unitas*, portanto, é o abstrato do termo *unus*, ou seja, ‘um por natureza’, ‘uniforme’, ‘unificado’, sem necessidade de ser reduzido à unidade aritmética” (MORESCHINI, 2008, pp. 205, 206). Assim, a unidade na Trindade e a Trindade na unidade são uma defesa do monoteísmo judaico-cristão. Essa primeira formulação trinitária foi muito útil, e as igrejas do Ocidente se valeram dela por muito tempo sem alteração do texto, apesar de suas limitações. É inegável a contribuição de Tertuliano para a época, mas muitas perguntas que ficaram sem respostas foram solucionadas no Oriente a partir de Atanásio e dos pais capadóciolos.

Tertuliano escreveu em latim. A substância, *substantia* em latim, significa em si “substância, ser, realidade de uma coisa, essência”. Isso quer dizer “coisa subjacente, material ou espiritual, de coisas, aquilo que existe” (MULLER, 1993, p. 290). O seu equivalente grego é *hipóstase* ou *ousía*. Hipóstase é a “forma de existir”; o termo vem de duas palavras gregas: *hypo*, “sob”, e *istathai*, “ficar”. E *ousía* significa “essência, ser”. A essência é a “qualidade do ser, o qual faz o ser precisamente o que ele é. Exemplo: a

essência de Pedro, Paulo e João é sua humanidade; a essência de Deus é deidade ou divindade” (MULLER, 1993, pp. 105, 106). Mas a palavra latina usada para “essência” nessa declaração de Tertuliano é *status*, “condição, qualidade”. Todos esses termos filosóficos aparecem nas controvérsias cristológicas, trinitárias e pneumatológicas, e a grande dificuldade de compreensão está na falta de precisão na definição dessas palavras. O que Tertuliano chama aqui de “graus, formas e aspectos”, ele passa a chamar de *persona*, “Pessoa”, ou *personae*, no plural, mais adiante (*Contra Práxeas*, XII), ao mostrar a unidade na Trindade no relato da Criação (Gn 1.26, 3.22).

Tertuliano foi o primeiro a usar o termo “Pessoa” para os membros da Trindade. Uma substância e três Pessoas. O vocábulo “Pessoa” é inadequado para aplicar às três identidades distintas da Trindade. Os pais capadóciotes evitaram usar esse termo para identificar o Pai, o Filho e o Espírito Santo na Trindade. Em vez de falar em três Pessoas da Trindade, eles as identificavam como três hipóstases.

# ORÍGENES

Orígenes é o principal representante no Oriente, antes de Niceia. Por que não dizer que ele foi o fundador da teologia oriental? Orígenes nasceu em 185, em Alexandria, Egito, e morreu em Tiro, onde foi torturado até a morte em 254, por causa de sua fé em Jesus. Alexandria já era um grande centro cultural mesmo antes do surgimento da Igreja. O cristianismo prosperou nessa cidade, que veio a ser um dos importantes centros cristãos da Antiguidade. A escola de Alexandria foi fortemente influenciada pelo neoplatonismo, escola filosófica fundada por Amônio Saccas (175-242), de quem Orígenes foi discípulo.

Orígenes foi um grande defensor da fé cristã, mas o seu pensamento teológico, sobretudo sobre a Trindade, apresenta forte afinidade com a filosofia neoplatônica defendida por Plotino, principal expoente do neoplatonismo, discípulo de Saccas e colega de classe de Orígenes. O próprio Orígenes admite essa influência quando afirma que a ideia da existência de um Pai e de um Filho de Deus era comum também a muitos pagãos, sendo que o Espírito Santo é exclusividade dos cristãos (*Tratado sobre os Princípios*, livro I 3.1). O que Tertuliano veio chamar de *personae* da Trindade, Orígenes chamava de hipóstase. Esse termo foi consagrado posteriormente pelos pais capadócios para identificar o Pai, o Filho e o Espírito Santo individualmente. Como Tertuliano, Orígenes também discordava dos modalistas no fato de confundir as três Pessoas da Trindade.

O que é mais grave no trinitarianismo de Orígenes é a ideia da condição de inferioridade do Filho em relação ao Pai. Ele afirma que “o Filho e o Espírito

Santo também são divinos” (*Patrologia grega* 2.3.20), mas diz em outro lugar que essa divindade é “secundária” (Contra Celso 5.39) e considera o Espírito Santo criatura do Logos: “o mais honorável de todos os seres trazidos à existência pela Palavra, o principal em ordem de importância, dentre todos os seres que tiveram origem no Pai por meio de Cristo” (*In Johan* 2.10.75 *apud* KELLY, 2009, p. 95). Segundo os críticos de Orígenes, ele ensinava que “o poder do Pai é maior do que o do Filho e do Espírito Santo, e o poder do Filho é maior do que o do Espírito Santo”. Isto está numa carta endereçada a Mena, patriarca de Constantinopla (536-552). Essa informação aparece numa epístola de Jerônimo a Avito. Orígenes exerceu grande influência no Oriente por mais de 100 anos. Observe-se que o historiador da Igreja, Eusébio de Cesareia foi influenciado pelo pensamento de Orígenes. Ele mesmo fundou uma escola teológica nessa cidade de Cesareia e permaneceu lá durante 20 anos. Eusébio assimilou também essa doutrina subordinacionista de Orígenes, pois escreveu: “Como os oráculos dos hebreus classificam o Espírito Santo em terceiro lugar depois do Pai e do Logos” (*Preparatio Evangelica*, XI.21.1).

# ATANÁSIO

É comum ouvir representantes das seitas antitrinitarianas dizerem que a doutrina da Trindade é de origem pagã e foi imposta por um imperador pagão no Concílio de Niceia em 325. Esses argumentos das organizações contrárias à fé trinitária são falsos. O Concílio de Niceia não tratou da Trindade; a controvérsia foi em torno da identidade Jesus de Nazaré.

Os credos anteriores ao século IV eram de caráter local e estavam relacionados ao batismo na preparação catequética; sua autoridade procedia da igreja local de onde o documento se originou. São os chamados credos sinodais. O Credo Niceno é a primeira fórmula publicada por um concílio ecumênico e a primeira a possuir *status* de valor universal em sentido legal. O documento é resultado da chamada controvérsia ariana, que começou no ano 318 em Alexandria, no Egito. O confronto girava em torno da identidade do Senhor Jesus Cristo e a questão era sobre a sua deidade e igualdade com o Pai.

O documento aprovado em Niceia tornou-se ponto de partida, ao invés de ponto de chegada. A controvérsia prosseguiu por duas razões principais: a volta do arianismo e a indefinição sobre a identidade do Espírito Santo. O Concílio de Constantinopla em 381 reconheceu e ampliou o texto da fórmula teológica aprovada em Niceia em 325. O tema do Concílio de Niceia será analisado no capítulo seguinte.

Atanásio (300-373) foi um dos principais defensores da fé nicena nos anos que se seguiram ao Concílio de Niceia. Ele polemizou com os arianos em defesa da divindade do Filho; sua discussão era cristológica em sua obra *Contra os arianos*; e ele refutou também os tropicianos<sup>4</sup> e os

pneumatomacianos,<sup>5</sup> em defesa da divindade do Espírito Santo, em *Epístolas a Serapião sobre o Espírito Santo*. A cristologia de Atanásio estava enraizada no *homousianismo*, termo grego derivado de *homooúsios*, que significa ser da “mesma substância”, da “mesma essência”, usado no Credo Niceno ao declarar que o Filho “é consubstancial com o Pai” ou “da mesma substância do Pai”, *homooúsiōn tō patri*, em grego. Na época de Atanásio, o pensamento neoplatônico e origenista estava bem sedimentado no Oriente, de modo que essas ideias aparecem na teologia atanasiana, mas o seu conceito de Trindade era nos termos de consubstancialidade e sem o subordinacionismo de Orígenes (*Epístola a Serapião*, livro I 14.4, 28.1).

Atanásio foi claro e direto ao afirmar que o Espírito Santo é consubstancial com o Pai e com o Filho. Cirilo de Jerusalém (315-386), contemporâneo de Atanásio, refutava as heresias de sua geração em favor da Trindade (*Catequese*, XVI.3).

# OS PAIS CAPADÓCIOS

A Capadócia aparece no Novo Testamento (1 Pe 1.1). Os pais capadócius deram continuidade à defesa da ortodoxia nicena. Eles, como Atanásio, escreveram em grego. São eles Basílio de Cesareia, Gregório de Nissa e Gregório de Nazianzo. Eles contribuíram de maneira especial na formulação definitiva da Trindade. E precisaram definir os termos flutuantes *ousía* e *hipóstases* na linguagem trinitária. Empregavam o mesmo termo “hipóstase” empregado por Orígenes para designar as Pessoas da Trindade. Em vez de usar “substância divina única”, falavam em “uma *ousía* em três *hipóstases*”. A essência da doutrina deles “é que a única Divindade existe simultaneamente em três modos de ser ou hipóstases” (KELLY, 2009, p. 199). Como Atanásio, eles defendiam o *homooúsios* do Filho e do Espírito Santo. Neles está o clímax do desenvolvimento da doutrina da Trindade.

Basílio de Cesareia (330-379), cidade da Capadócia, hoje na Turquia, combateu os antigos arianos, os neoarianos, os semiarianos e os pneumatomacianos. Escreveu no ano 373 uma refutação aos argumentos do maior expoente do arianismo radical, o arianista anomoeano de nome Eunômio: *Contra Eunômio*; escreveu também *Sobre o Espírito Santo*, uma defesa a doxologia: “Glória seja ao Pai, com o Filho, juntamente com o Espírito Santo”. Como Atanásio, Basílio também colocava o Espírito Santo no mesmo nível do Pai e do Filho na fórmula batismal de Mateus 28.19. Evitando termos filosóficos, procurava usar uma linguagem próxima da linguagem bíblica. Ele não emprega o termo *homooúsios*, mas defende a

Trindade em outras palavras: “Como o Pai é um e um é o Filho, assim também é um o Espírito Santo” (*Tratado sobre o Espírito Santo*, 18.45).

Gregório de Nissa (335-394) era o irmão mais moço de Basílio. Ele escreveu *Sobre a Trindade*, continuação da obra *Contra Eunômio*, de autoria de seu irmão. Gregório de Nissa refutou a doutrina triteísta do heresiarca Ablábio na obra *Sobre Não Três Deuses*. Ablábio considerava o Pai, o Filho e o Espírito Santo três Deuses. Gregório de Nissa, como os seus companheiros, defendia a ideia de “que a unidade da *ousía*, ou Divindade, procede da unidade da ação divina desvendada na revelação” (KELLY, 2009, p. 201). Do rico epistolário de Basílio, contendo 366 epístolas, na de número 189, Gregório de Nissa, seu irmão, escreve: “Uma atividade individual do Pai, do Filho e do Espírito Santo, em nenhum aspecto diferente para qualquer que seja a Pessoa, somos obrigados a inferir uma unidade de natureza a partir da identidade de atividade; pois o Pai, o Filho e o Espírito Santo cooperam na santificação, na vivificação, na consolação, e assim por diante”.

Gregório de Nazianzo (329-389) combateu os mesmos opositores de seus companheiros Basílio e seu irmão Gregório de Nissa: Eunômio e os pneumatomacianos. Escreveu com elegância e clareza sobre a Trindade e, especialmente, sobre o Espírito Santo, por meio de epístolas, poemas e sermões. *As Orações Teológicas* ou *Discursos Teológicos* são numerados de 27 a 31, que correspondem respectivamente da primeira à quinta Oração. Para ele, a divindade existe indivisa em Pessoas divididas (*Discurso* 31.14). Gregório de Nazianzo dizia que o Pai se distingue por

não ter sido gerado, *agennēsía*, “ingênito, não-gerado”; o Filho, por ter sido gerado, e o Espírito Santo por ser enviado, procedente (*Discursos*, 31.8). Ele defende a doutrina da Trindade com muita propriedade e vigor e ao mesmo tempo responde aos sabelianistas e aos triteístas (*Discurso* 31.9).

Gregório de Nazianzo defendia a ideia de que as Escrituras aplicavam todos os títulos e atributos pertencentes a Deus Filho e ao Espírito Santo. E não somente isso, mas também chamou a atenção para o fato de que a palavra “santo” aplicada ao Espírito não era resultado de nenhuma fonte externa, mas era algo próprio de sua natureza. Segundo Paul Tillich, foi Gregório de Nazianzo quem criou a fórmula definitiva da doutrina da Trindade (TILLICH, 2004, p. 92). Mas esses teólogos capadóciolos deixaram ainda uma ponta solta, a questão da *filioque*, a dupla processão do Espírito Santo.

# AGOSTINHO DE HIPONA

Agostinho (354-432) é reconhecido como um dos maiores gênios teológicos de todos os tempos. Hipona era uma cidade do norte da África. J. D. N. Kelly disse que Agostinho “deu à tradição ocidental sua expressão madura final” (KELLY, 2009, p. 205). Ele escreveu entre 399 e 419 *De Trinitate*, “Sobre a Trindade”, obra contendo 15 capítulos produzidos em 16 anos, 209 sobre o tema no qual meditou a vida inteira. Agostinho respondia às indagações sobre o assunto que as pessoas lhes traziam. No livro I, capítulo 7, de *A Trindade*, citando alguns exemplos, ele explica o significado das palavras de Jesus: “o Pai é maior do que eu” (Jo 14.28), e no capítulo seguinte, ele esclarece as palavras do apóstolo Paulo sobre a sujeição do Filho ao Pai (1 Co 15.28).

O bispo de Hipona resgata a fórmula básica de Tertuliano sobre a unidade na Trindade e a Trindade na unidade. Nos livros I-IV, ele defende a sua consubstancialidade com base nas Escrituras. A doutrina das relações das Pessoas da Trindade, umas das características peculiaridade de Agostinho aparece nos livros V-VIII. Em seguida, nos livros IX-XIV, ele argumenta que se pode conhecer algo da natureza divina pela compreensão da verdade e pelo conhecimento do sumo bem pelo amor à justiça. O livro XV é a conclusão de seu pensamento.

Agostinho preserva a consubstancialidade do Filho e do Espírito Santo com o Pai e a unidade nas três hipóstases: “O Pai, o Filho e o Espírito Santo perfazem uma unidade divina pela inseparável igualdade de uma única e mesma substância” (*Trindade*, livro I 4.7). A expressão grega usual nos pais

capadócius é *mían ousían, treis hypostáseis*,<sup>6</sup> “uma ousía, três hipóstases”, mas Agostinho não via diferença entre *ousía* e *hipóstase*. Assim preferia o uso de uma substância, três Pessoas, mesmo reconhecendo a limitação da linguagem humana para descrever a revelação (*Trindade*, livro V 9.10b).

Na doutrina de Agostinho o subordinacionismo fica descartado e a unidade da santíssima Trindade em três Pessoas distintas é mantida: “Não são, portanto, três deuses, mas um só Deus, embora o Pai tenha gerado o Filho, e assim, o Filho não é o que é o Pai. O Filho foi gerado pelo Pai, e assim, o Pai não é o que o Filho é. E o Espírito Santo não é o Pai nem o Filho, mas somente o Espírito do Pai e do Filho e pertence à unidade da Trindade” (*Trindade*, livro I 4.7b). Isso foi estruturado em forma de credo posteriormente, no chamado Credo de Atanásio. Esse credo é agostiniano “de ponta a ponta” (KELLY, 2009, p. 206). Isso se evidencia ainda mais em sua obra (*A Doutrina Cristã*, I.5).

O trinitarismo de Agostinho apresenta algumas dificuldades como tem acontecido também nos demais pais da Igreja que escreveram antes dele. Alguns desses pontos são comentados por um intelectual russo da igreja Ortodoxa, que analisa também as principais ideias trinitárias e pneumatológicas da patrística. Seu nome é Sergui Bulgákov.<sup>7</sup> Ele analisa também o trinitarismo de Agostinho. O Oriente e o Ocidente sempre tiveram as suas diferenças: “A teologia do Ocidente, no século IV, segue seu próprio caminho, paralelo ao Oriente, ainda que independente deste. Por outro lado, suas relações, a causa de uns conhecimentos linguísticos insuficientes e de

razões históricas gerais, foram remotas. Por essa razão não é de estranhar que seus caminhos divirjam justamente a partir do século IV” (BULGÁKOV, 2014, p. 85).

As críticas a Agostinho são várias, entre elas o fato de o bispo de Hipona não proceder a partir da Trindade das hipóstases como os capadócijs, senão da unidade da *ousía*, ou essência. Paul Tillich diz que Agostinho “interessou-se muito mais pela unidade de Deus do que pelas diferentes *hipostáseis*, pelas três *personae*, em Deus. Ele é um desses responsáveis pela inclinação contemporânea para aplicar o termo *persona* a Deus, em vez de aplicá-lo individualmente ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo” (TILLICH, 2004, p. 129). Bulgákov afirma que “a unidade da Santíssima Trindade nas três hipóstases está garantida justamente por essa unidade de substância” (2014, p. 85).

A outra crítica é ao fato de Agostinho considerar a Trindade como o amor; trata-se de uma análise que ele faz entre a Trindade e a vida pessoal humana: “Estão as três realidades (*amans, quod amatur et amor*), ‘aquele que ama, o que é amado e amor’” (*Trindade*, livro VIII 10.14). Bulgákov diz que essa ideia original de Agostinho é completamente estranha à teologia oriental: “Esta imagem trinitária do amor, aplicada à Santíssima Trindade, a complica mais introduzindo nela o elemento mente, pois em Agostinho a Trindade é análoga à memória, inteligência e vontade” (2014, p. 88). Ele “emprega o conceito da Trindade para descrever Deus analogicamente como Pessoa. Sendo Pessoa, portanto, unidade, todos os atos de Deus para fora (*ad*

*extra*) são sempre atos da Trindade toda, até mesmo a encarnação” (TILLICH, 2004, p. 129). Essa talvez seja a contribuição mais original de Agostinho.

Sobre o sujeito das teofanias registradas no Antigo Testamento, segundo Agostinho, elas podem ser atribuídas às vezes ao Pai, ora ao Filho e também ao Espírito Santo, ou ainda aos três (*Trindade*, livro II caps. 14-34). Bulgákov (2014) argumenta que teólogos orientais como Gregório de Nazianzo se negam a aceitar nessas teofanias hipóstases separadas, mas como manifestações do único Deus que está na santíssima Trindade.

Agostinho diz que as diferenças não estão em seu ser, mas nas relações que se expressam nos nomes de cada Pessoa. Bulgákov apresenta nas suas observações a questão da *filioque*, a qual Agostinho parece ser favorável. O termo vem do latim e significa “e do Filho”, com respeito à processão do Espírito Santo. As igrejas orientais sustentam que esse termo, que aparece no Credo Niceno-Constantinopolitano e no Credo de Atanásio, não é autêntico, mas uma glosa inserida posteriormente no texto que resultou no primeiro Cisma da Igreja, ruptura do Oriente com o Ocidente em 1054.

# O CREDO DE ATANÁSIO OU ATANASIANO

O Credo de Atanásio contém 44 artigos de fé, e a sua data é cerca do ano 500. É também conhecido como *Quicumque*, “quem quer que seja, todo aquele”, expressão latina com a qual o Credo começa: *Quicumque vult salvus esse*, “Todo aquele que quer ser salvo”. Os antigos manuscritos e fragmentos que vão do século 7 ao 9, dos quais Kelly enumera 14 (KELLY, 1964, p. 16), apresentam títulos variados e entre eles: *Fides sancti Athanasii episcopi Alexandriae*, “A fé do santo Atanásio bispo de Alexandria”. O texto foi redigido por um autor anônimo no sul da França por volta do ano 500. O nome de Atanásio está vinculado à obra porque ela expressa o pensamento que Atanásio manifestou durante a sua vida em defesa da fé nicena. Citamos aqui apenas os seis primeiros artigos.

**1** Todo aquele que quer ser salvo, antes de tudo, deve professar a fé cristã.<sup>8</sup> **2** A qual é preciso que cada um guarde perfeita e inviolada ou terá com certeza de perecer para sempre. **3** A fé cristã é esta: que adoremos um Deus em trindade, e trindade em unidade. **4** Não confundimos as Pessoas, nem separamos a substância. **5** Pois existe uma única Pessoa do Pai, outra do Filho, e outra do Espírito Santo. **6** Mas a deidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo é toda uma só: glória é igual e a majestade é coeterna.

Os credos ecumênicos são trinitários na sua forma, estrutura e conteúdo, mas o Credo de Atanásio emprega o termo Trindade de maneira direta: “que adoremos um Deus em Trindade, e Trindade em unidade (artigo 3); “nessa

Trindade, não existe primeiro nem último” (artigo 25); “tanto a unidade na Trindade como a Trindade na unidade deve ser adorada” (artigo 27); “quem quiser ser salvo, deve pensar assim a respeito da Trindade” (artigo 28).

Esse Credo é o mais longo de todos os credos ecumênicos. A estrutura do texto está dividida em cinco partes: **a)** introdução (artigos 1, 2); **b)** definição e exposição da doutrina da Trindade (artigos 3-27); **c)** afirmação de que todo aquele que quiser ser salvo precisa aceitar a visão de um Deus trino e uno conforme definição do Credo (artigos 28, 29); **d)** fala sobre a encarnação do Verbo, enfatizando particularmente o ensino da Igreja sobre Jesus como perfeitamente divino e perfeitamente humano (artigos 30-37); **e)** reafirmação do ensino dos credos anteriores, como o Credo dos Apóstolos e o Credo Niceno-Constantinopolitano dos apóstolos. Em resumo, retoma a linguagem do Credo Niceno-Constantinopolitano sobre a esperança cristã (artigos 30-43) e finaliza reafirmando a introdução: “Esta é a fé universal: a menos que um homem creia fiel e firmemente, não pode ser salvo” (artigo 44).

Os artigos 3-6 parecem uma contradição quando falam em não confundir as Pessoas e ao mesmo tempo defendem essa ideia, concluindo que o Pai, o Filho e o Espírito Santo possuem uma mesma deidade. Isso é uma resposta aos sabelianistas, que confundem as Pessoas, e aos arianistas, que separam as Pessoas. Na atualidade, a resposta se dirige aos movimentos Voz da Verdade e Tabernáculo da Fé, entre outros, que também confundem as Pessoas; e também às testemunhas de Jeová, que separam a substância.

---

<sup>3</sup> O termo grego *logos* é, em si mesmo, de cunho filosófico e se traduz de diversas maneiras como “palavra, razão, pensamento, expressão”. Heráclito (540-475 a.C.), um dos filósofos pré-socráticos, dizia que o Logos era “um

princípio divino que governava o universo e impedia que o mundo, em constante mutação, se tornasse o caos”. O apóstolo João mostra aos gregos que o Logos é Deus e é pessoal, aparecendo em nossas versões da Bíblia como o “Verbo” (Jo 1.1), o Senhor Jesus Cristo (Jo 1.14).

<sup>4</sup> Os tropicianos eram uma seita do Egito; o nome vem de *tropos*, “figura”. Atanásio assim o denominou por causa da exegese figurada deles. Eles diziam ser o Espírito Santo um anjo e uma criatura.

<sup>5</sup> Os pneumatomacianos surgiram depois dos tropicianos. O termo *pneumatomachoi*, de *pneuma*, “espírito”, e *machomai*, “falar mal, contra”, eram os “opositores do Espírito”. O nome foi dado por Atanásio ao grupo religioso liderado por Eustáquio de Sebaste (300-380), que não aceitava a divindade do Espírito Santo.

<sup>6</sup> Mi,an ouvsi,an, trei/j u`posta,seij.

<sup>7</sup> Sergui Bulgákov (1871-1944), cristão ortodoxo reconhecido como um dos grandes teólogos russos do século 20, além de filósofo e economista. Lecionou em Livny, Rússia, e em Paris e foi autor de diversos livros. Em sua obra sobre o Espírito Santo, escrita originalmente em russo e intitulada *The Comforter*, em inglês e *El Paráclito* em espanhol, ele apresenta uma análise histórica da pneumatologia, envolvendo também a doutrina da Trindade.

<sup>8</sup> O termo “cristã” em “fé cristã”, *fides catholica*, em latim (artigos 1, 3, 44) é a versão dada aqui. O vocábulo grego *kaqoliko,j* (*katholikós*) “universal, geral”, de onde vem a palavra latina *catholica*, significa literalmente, “de acordo com o todo”, pois o substantivo é composto de *katá* e de (*holos*). A preposição grega, *katá*, significa também, “conforme, de acordo, segundo”, e a palavra *holos*, “todo, inteiro, completo”. Foi Inácio, bispo de Antioquia (70–110), que empregou o termo para designar a Igreja com o sentido de “geral, universal”. Mas, o sentido exato do termo perdeu-se com o tempo e hoje tem outro significado. A expressão, *fides catholica*, não diz respeito à Igreja Católica Romana de hoje.

# CAPÍTULO 4

## Sobre o *Senhor* *Jesus Cristo*

O tema sobre a verdadeira identidade de Jesus de Nazaré é algo palpitante e ao mesmo tempo oportuno. São milhões de seres humanos que ainda não conhecem o verdadeiro Jesus dos evangelhos. Muitas pesquisas criteriosas foram realizadas sobre a vida e a obra de Jesus ao longo dos séculos; no entanto, Ele continua sendo a personagem mais controversa e mais importante da História. Jesus é tema de filmes, músicas, livros, poesias, pinturas e teatros como ninguém. Sua história está traduzida em 2.935 línguas. Ele revelou seu poder sobre o reino das trevas, sobre Satanás e sobre o inferno (Mc 5.7-13); sobre as enfermidades e sobre a morte (Mt 10.8); sobre o pecado e sobre a natureza (Jo 8.46; Mt 8.26, 27). Seus discípulos chegaram a perguntar: “Que homem é este?” (Mt 8.27). O próprio Jesus perguntou certa vez: “Quem dizem os homens ser o Filho do homem?” (Mt 16.13). A resposta certa depende da revelação divina “porque não foi carne e sangue quem to revelou, mas meu Pai, que está no céu” (Mt 16.17); “E ninguém pode dizer que Jesus é o Senhor, senão pelo Espírito Santo Santo” (1 Co 12.3).

Desde os primeiros séculos do cristianismo, houve tentativa de resposta para essa pergunta, mas, sem a revelação divina, ninguém é capaz de acertar. Os grandes heresiarcas do passado fracassaram como os gnósticos: Simão de Samaria, Saturnino, Basisides, Cerinto, Marcião e Valentino, entre outros; os monarquianistas: dinâmicos como Teódoto de Bizâncio, “o Curtido”, e Paulo de Samosata; modalistas, Noeto, Práxeas e Sabélio; Ário, Apolinário, os monofisitas Eutique e Jacó Baradeus. Os discípulos deles ainda estão por aí. O Espírito Santo já havia falado de antemão por meio do ministério do apóstolo Paulo a respeito dos pregadores de um Jesus estranho aos evangelhos (2 Co 11.4).

# O JESUS DAS ESCRITURAS

## A sua divindade

A Bíblia afirma textualmente e com todas as letras que Jesus é o verdadeiro Deus, o mesmo Deus Javé de Israel:

O Filho é chamado “Deus Forte” (Is 9.6); Javé, “Justiça Nossa” ou “O SENHOR, Justiça Nossa” (Jr 23.6); “e o Verbo era Deus” (Jo 1.1); “Tomé respondeu, e disse-lhe: Senhor meu, e Deus meu!” (Jo 20.28); “e dos quais é Cristo, segundo a carne, o qual é sobre todos, Deus bendito eternamente. Amém” (Rm 9.5); “Que, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus” (Fp 2.6); “enriquecidos da plenitude da inteligência, para conhecimento do mistério de Deus Cristo” (Cl 2.2); “Porque nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade” (Cl 2.9); “Aguardando a bem-aventurada esperança e o aparecimento da glória do grande Deus e nosso Senhor Jesus Cristo” (Tt 2.13); “Mas, do Filho diz: Ó Deus, o teu trono subsiste pelos séculos dos séculos, cetro de equidade é o cetro de teu reino” (Hb 1.8); “Simão Pedro, servo e apóstolo de Jesus Cristo, aos que conosco alcançaram fé igualmente preciosa pela justiça do nosso Deus e Salvador Jesus Cristo” (2 Pe 1.1); “E sabemos que já o Filho de Deus é vindo, e nos deu entendimento para conhecermos o que é verdadeiro; e no que é verdadeiro estamos, isto é, em seu Filho Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna” (1 Jo 5.20); “Eis que vem com as nuvens, e todo o olho o verá, até os mesmos que transpassaram; e todas as tribos da terra se lamentarão sobre ele. Sim. Amém. Eu sou o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim, diz o Senhor, que é, e que era, e que há de vir, o Todo-poderoso” (Ap 1.7, 8).

As Escrituras mostram diversas vezes o Senhor Jesus ao lado do Pai, revelando assim a sua divindade:

“Graça e paz de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo” (Rm 1.7); “todavia, para nós há um só Deus, o Pai, de quem é tudo e para quem nós vivemos; e um só Senhor, Jesus Cristo, pelo qual são todas as coisas, e nós por ele” (1 Co 8.6); “Mando-te diante de Deus, que todas as coisas vivifica, e de Cristo Jesus, que diante de Pôncio Pilatos deu o testemunho de boa confissão” (1 Tm 6.13); “Conjuro-te, pois, diante de Deus e do Senhor Jesus Cristo, que há de julgar os vivos e os mortos, na sua vinda e no seu Reino” (2 Tm 4.1).

O Senhor Jesus possui os mesmos nomes e títulos divinos, como Javé dos Exércitos e Criador. Jesus é o mesmo Deus Javé dos Exércitos. “Quem é esse Rei da Glória? O SENHOR dos Exércitos, ele é o Rei da Glória” (Sl 24.10). Este salmo transcende um marco nacional. É um salmo profético que fala sobre o retorno de Cristo à sua glória, na sua ascensão. É o cântico dos anjos e a festa de recepção do Filho de Deus, pois Ele voltou vitorioso ao céu. O Novo Testamento chama Jesus de “o Senhor da Glória” (1 Co 2.8). As “portas” e “entradas eternas” (Sl 24.7) se referem às portas do céu que se abriram para receber o Rei dos reis, e isso se cumpriu em Atos 1.9-11. Isaías 6.3 diz que a terra está cheia da glória de Javé dos Exércitos; entretanto, o Novo Testamento diz que esse Javé é Jesus. Compare Isaías 6.3, 10 com João 12.40,41. O v. 40 é uma citação de Isaías 6.10, e o v. 41, de Isaías 6.3. Assim, a Bíblia ensina que Jesus é o Deus-Javé dos Exércitos.

Jesus é o mesmo Javé. Jesus é chamado de Javé Justiça Nossa (Jr 23.5, 6). Os profetas Isaías e Malaquias profetizaram que João Batista seria aquele que viria ante a face de Javé (Is 40.3; Ml 3.1). Estas palavras foram citadas por Zacarias por ocasião do nascimento de João: “E tu, ó menino, serás chamado profeta do Altíssimo, porque hás de ir ante a face do Senhor, a preparar os seus caminhos” (Lc 1.76). Veja que o nome “Senhor” está no lugar de Javé,

entretanto João Batista foi o precursor de Jesus (Lc 3.28). O profeta Ezequiel chama o Messias de Javé, Deus de Israel: “E disse-me o SENHOR: Esta porta estará fechada, não se abrirá; ninguém entrará por ela, porque o SENHOR Deus de Israel entrou por ela: por isso estará fechada” (Ez 44.2). Esta profecia começou a se cumprir quando Jesus entrou em Jerusalém. Montado num jumento, Ele caminhou no sentido do monte das Oliveiras ao centro da cidade, e passou pela Porta Oriental (Ne 3.29), atualmente a Porta Dourada, a única que dá acesso direto ao pátio do templo (Mc 11.11). Esta porta, que fica no lado oriental de Jerusalém, foi lacrada no ano de 1542 por ordem do sultão Suleiman II, o Magnífico, e permanece fechada até hoje. Quem é este Javé Deus de Israel que entrou por esta porta? É Jesus, o profeta de Nazaré.

A Bíblia revela também a divindade de Jesus e a sua igualdade com o Pai nos seus atributos incomunicáveis. Jesus é eterno; Ele existe desde a eternidade “e cujas saídas são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade” (Mq 5.2); “Pai da Eternidade” (Is 9.6); “Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e eternamente” (Hb 13.8). Ele mesmo declarou ser onipotente: “É-me dado todo o poder no céu e na terra” (Mt 28.18); “Eu sou o Alfa e o Ômega, o Princípio e o Fim, diz o Senhor, que é, e que era, e que há de vir, o Todo-poderoso” (Ap 1.8). A Bíblia mostra que Jesus está “acima de todo o principado, e poder, e potestade, e domínio, e de todo o nome que se nomeia, não só neste século, mas também no vindouro” (Ef 1.21). Jesus mesmo afirmou ser onipresente: “Porque onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles” (Mt 18.20) e mais: “Eis que estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos. Amém” (Mt 28.20). Ele é onisciente, pois sabe todas as coisas: “Agora, conhecemos que sabes tudo e não precisas de que alguém te interrogue. Por isso, cremos que saístes de Deus” (Jo 16.30);

“Senhor, tu sabes tudo” (Jo 21.17); em Cristo “estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência” (Cl 2.2, 3). Jesus é o Criador do céu e da terra: “Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez” (Jo 1.3); “porque nele foram criadas todas as coisas que há nos céus e na terra, visíveis e invisíveis, sejam tronos, sejam dominações, sejam principados, sejam potestades; tudo foi criado por ele e para ele” (Cl 1.16). Além disso, Jesus transcende a criação; isso significa que ele é um ser à parte da criação, não participa dela: “E ele é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem por ele” (Cl 1.17).

## **A sua humanidade**

“Porque há um só Deus, e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem” (1 Tm 2.5). Jesus Cristo é o eterno e verdadeiro Deus e ao mesmo tempo o verdadeiro homem. Tornou-se homem para suprir a necessidade humana. O termo Emanuel é traduzido pelo próprio escritor sagrado por “DEUS CONOSCO” (Mt 1.23). Isso mostra que Deus assumiu a forma humana e como homem viveu entre nós: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade” (Jo 1.14); “E todo o espírito que confessa que Jesus não veio em carne não é de Deus...” (1 Jo 4.3). O ensino da humanidade de Cristo, no entanto, não neutraliza a sua divindade, pois Ele possui duas naturezas – a humana e a divina –, o que está claramente expresso no seu nome Emanuel.

Jesus foi revestido do corpo humano porque o pecado entrou no mundo por um homem e pela justiça de Deus tinha de ser vencido por um homem (Rm 5.12,18,19). Jesus se fez carne, fez-se homem sujeito ao pecado, embora nunca

houvesse pecado (Hb 4.15), e venceu o pecado como homem (Rm 8.3). A Bíblia mostra que todo o gênero humano está condenado; que o homem está perdido e debaixo da maldição do pecado (Sl 14.2, 3; Rm 3.23). Todos são devedores, e por isso ninguém pode pagar a dívida do outro. A Bíblia diz que somente Deus pode salvar (Is 43.11). Então, esse mesmo Deus tornou-se homem, trazendo-nos o perdão de nossos pecados e cumprindo ele mesmo a lei que promulgara (At 4.12; 1 Tm 3.16; Cl 2.14). Quando Jesus estava na terra, não se apegou às prerrogativas da divindade para vencer o diabo, mas aniquilou a Si mesmo, fazendo-se semelhante aos homens (Fp 2.5-8).

Os evangelhos revelam atributos característicos do ser humano em Jesus, como por exemplo:

- Ele nasceu de uma mulher, embora gerado pela ação sobrenatural do Espírito Santo. Seu nascimento, contudo, ou seja, o parto pelo qual ele veio ao mundo, foi normal e comum como o de qualquer ser humano (Lc 2.6-7);
- Ele cresceu em estatura e em sabedoria (Lc 2.52);
- Ele sentiu sono, fome, sede e cansaço (Mt 8.24; Jo 19.28; 4.6);
- Ele sofreu, chorou e sentiu angústia (Hb 13.12; Lc 19.41; Mt 26.37);
- Ele teve mãe humana, além de irmãos e irmãs (Mt 12.47; 13.55, 56).
- Ele morreu, embora ressuscitasse ao terceiro dia, passando pelo ardor da morte (1 Co 15.3-4);
- Ele deu provas materiais de ter um corpo humano (1 Jo 1.1; Lc 24.39-41);
- Ele foi feito semelhante aos homens, mas sem pecado (Hb 2.17; 4.15).

Assim como é pecado negar a humanidade de Cristo (1 Jo 4.2, 3; 2 Jo 7), da mesma forma é pecado negar a sua divindade (Rm 10.9), pois Jesus é tanto

humano como divino (Rm 1.3, 4; 9.5). Como homem, sentia as dores do ser humano (Hb 5.18); e, como Deus, hoje supre a necessidade da humanidade (Hb 2.17, 18).

## **O Filho de Deus**

O conceito de Pai-Filho, na divindade, não deve ser confundido com o processo de reprodução humana nem com o relacionamento pai-filho numa família natural. Os muçulmanos consideram ofensa chamar Jesus de “Filho de Deus”, pois analisam essa relação no plano humano. Eles creem que pregamos que Deus teve relações sexuais com Maria, pois assim interpretam o nosso conceito de “Filho de Deus”. Diz a religião islâmica: “Originador dos céus e da terra! Como poderia ter prole, quando nunca teve esposa, e foi Ele que criou tudo o que existe, e é Onisciente?” (Alcorão, 6.101). Nenhum cristão no mundo pensa dessa forma; essa caricatura é invenção deles. Jesus é chamado de Filho de Deus no Novo Testamento porque Ele é Deus e veio de Deus. Jesus mesmo disse: “Eu saí e vim de Deus” (Jo 8.42); “Saí do Pai e vim ao mundo; outra vez, deixo o mundo e vou para o Pai” (Jo 16.28).

## **Concepção e nascimento virginal**

O Senhor Jesus foi concebido por obra e graça do Espírito Santo no ventre da virgem Maria: “[...] lhe apareceu um anjo do Senhor, dizendo: José, filho de Davi, não temas receber a Maria, tua mulher, porque o que nela está gerado é do Espírito Santo” (Mt 1.20); “E, respondendo o anjo, disse-lhe: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra; pelo que também o Santo, que de ti há de nascer, será chamado Filho

de Deus” (Lc 1.35). A palavra profética anunciava isso desde o profeta Isaías: “Portanto o mesmo Senhor vos dará um sinal: eis que uma virgem conceberá, e dará à luz um filho, e será o seu nome Emanuel” (Is 7.14).

O substantivo hebraico para “virgem” usado nesta passagem é *‘almâ*. Isto tem dado espaço para intermináveis controvérsias, principalmente por eruditos judeus e por teólogos “cristãos” modernistas, na tentativa de neutralizar a doutrina do nascimento virginal de Jesus. Alguns afirmam que a palavra mais apropriada para “virgem” seria *betûlâ*, querendo com isso dissociar Mateus 1.23 de Isaías 7.14.

A palavra *betûlâ* aparece 51 vezes no Antigo Testamento hebraico e é traduzida 44 vezes por *parthenos* na Septuaginta. Ela pode se aplicar a uma mulher casada (Jl 1.8), o que não ocorre com o substantivo *‘almâ*, que só se aplica à mulher solteira. W. E. Vine, com base em Joel 1.8, diz que *betûlâ* nos textos aramaicos tardios era aplicada a uma mulher casada. Isso, portanto, traria muita confusão: “parece que a eleição da palavra *‘almâ* foi deliberada. Parece que é a única palavra hebraica disponível que indicaria com clareza que aquela a que ele designa não estava casada” (VINE, vol. 4, 1989, p. 248).

O substantivo *‘almâ* aparece nove vezes no Antigo Testamento hebraico (Gn 24.43; Êx 2.8; 1 Cr 15.20; Sl 46 (título, pois a palavra hebraica *‘alamôth* é plural de *‘almâ*); 68.25; Pv 30.19; Ct 1.3; 6.8; Is 7.14). Em dois lugares, a Septuaginta traduziu esse termo pelo vocábulo grego *parthenos*, que significa “virgem” (Gn 24.43; Is 7.14). A mesma Rebeca

que é chamada “virgem [*betûlá*, em hebraico] a quem varão não havia conhecido”, no v. 16 desse mesmo capítulo ela é chamada de ‘*almâ*. A Septuaginta foi traduzida por 72 judeus em Alexandria antes do nascimento de Jesus.

Com o surgimento do cristianismo, os cristãos pregavam que a concepção e o nascimento virginal de Jesus eram o cumprimento de uma profecia do Antigo Testamento. Assim começaram as disputas com os judeus: “Contra a Igreja os judeus sustentavam que Isaías 7.14 não fala de uma ‘virgem’ (*parthenos*), mas de uma ‘mulher jovem’ (*neanis*). Os cristãos respondiam acertadamente que a tradução *parthenos* provém de tradutores judeus” (BENTZEN, 1968, p. 92).

Talvez seja essa uma das razões pelas quais as autoridades judaicas resolveram revisar a Septuaginta. As versões gregas do Antigo Testamento, que vieram após o cristianismo, substituíram *parthenos* por *neanis*, “jovem”. Áquila era judeu e discípulo do rabino Akiva (morto em 132 d.C.). A outra versão é a de Teodócio, ou Teodocião, apóstata do cristianismo, que voltou ao judaísmo (final do segundo século d.C.); e finalmente a de Símaco, que era ebionita (seita judaica que negava a divindade de Cristo), preparada em 170 d.C. (FISCHER, 2013, pp. 105, 106). Até hoje os israelenses, em Israel, usam ‘*almâ* para designar “senhorita”.

Gerard Van Groningen, em sua obra *Revelação messiânica no Velho Testamento*, apresenta a seguinte conclusão: “Um exame dos materiais disponíveis a estudiosos e peritos, como indicado acima, leva-nos à

segura conclusão de que, com base no uso do termo tanto em hebraico quanto em ugarítico, o termo *'almâ* deve ser traduzido por 'virgem'. A Septuaginta dá pleno apoio a isto, e o testemunho do Novo Testamento (Mt 1.23) dá a palavra final. Isaías disse e pretendeu dizer virgem" (GRONINGEN, 1995, p. 484).

# O JESUS DOS CREDOS

## Os gnósticos e demais heresias e heresiarcas

O monarquianismo foi um movimento que surgiu depois da metade do segundo século em torno do monoteísmo cristão. Os monarquianistas se dividiam em dois grupos: os dinâmicos, que ensinavam ser Cristo Filho de Deus, mas por adoção; e os modalistas, que ensinavam ser Cristo apenas uma forma temporária da manifestação do único Deus. Tertuliano chamou de monarquianistas, do grego *monarchia*, “governo exercido por um único soberano”. Eram os opositores da doutrina do Logos os *alогоi*, aqueles que rejeitavam o Evangelho de João.

Teódoto de Bizâncio, “o curtidor”, discípulo dos *alогоi*, aceitava o evangelho de João com certa ressalva, e foi o primeiro monarquianista dinâmico de importância. Chegou a Roma em 190, mas foi excomungado em 198. Ele ensinava ser Jesus um homem e nada mais, que nasceu de uma virgem e teve uma vida santa, pois o Espírito Santo sobre ele desceu por ocasião do seu batismo no rio Jordão. Alguns dos discípulos de Teódoto rejeitavam qualquer direito divino em Jesus, mas outros afirmavam que Jesus teria se tornado divino, em certo sentido, por ocasião da sua ressurreição.

O mais famoso monarquianista dinâmico foi Paulo de Samosata, bispo de Antioquia entre 260 e 272. Ele dizia que o Logos e o Espírito Santo eram qualidades divinas, e não Pessoas; e mais: “o poder do Logos habitara em Jesus como num vaso, como nós habitamos nossas casas. A unidade que Jesus

tinha com Deus era da vontade e do amor; não de natureza” (TILLICH, 2004, p. 82). Paulo de Samosata foi considerado herege por negar a natureza divina de Cristo e terminou excomulgado em 269, depois de suas ideias serem examinadas por três sínodos.

Os monarquianistas modalistas não negavam a divindade do Filho nem a do Espírito Santo, mas, sim, a distinção destas Pessoas, o que é diametralmente oposto aos ensinamentos do Novo Testamento, que ensina a unidade composta de Deus em três Pessoas distintas. Os modalistas pregavam a unidade absoluta de Deus, coisa que nem mesmo o Antigo Testamento ensina, e para apoiar tal ensino mutilaram os textos neotestamentários. Seus principais representantes foram Noeto, Práxeas e Sabélio (ver capítulo anterior). Hipólito de Roma (170-236) rebateu essas crenças em sua obra *Refutação de todas as heresias*.

## O Concílio de Niceia

Os credos anteriores ao século 4 tiveram caráter local e estavam relacionados ao batismo na preparação catequética, cuja autoridade procedia da igreja local de onde o documento se originava; são os chamados credos sinodais. O embrião do Credo dos Apóstolos vem do final do século II; contudo, não se tornou universal antes do Concílio de Niceia.

O Credo Niceno é a primeira fórmula publicada por um concílio ecumênico e a primeira a possuir *status* de valor universal em sentido legal. O documento é resultado da chamada controvérsia ariana que começou no ano 318 em Alexandria, no Egito. O confronto girava em torno da consubstancialidade do Filho com o Pai. Ário (256-336), um presbítero do

distrito de Baucale, em Alexandria, Egito, desencadeou a maior controvérsia do cristianismo a ponto de até a política dos imperadores ter sido envolvida na questão.

A ideia dominante de Ário era norteadada pelo princípio monoteísta esboçado pelo monarquianismo dinâmico. Existe um só Deus não-gerado, dizia, um único Ser não-originado, sem nenhum começo de existência. O Filho tivera começo e teria sido criado do nada antes de o Pai haver criado o mundo. Assim, Ário se negava a reconhecer a deidade do Filho e a sua consubstancialidade com o Pai, reduzindo-o à condição de mera criatura. A palavra de ordem e o refrão cantado por ele e seus partidários era: “Houve tempo em que o Filho não existia”. É o mesmo ensino das atuais testemunhas de Jeová.

Ário foi cortado da comunhão da Igreja por Alexandre, bispo de Alexandria, e isso provocou o protesto de seus partidários. Ário se apegava a algumas passagens bíblicas que julgava favorecer sua interpretação, como (Pv 8.22 – LXX; Jo 14.28; 17.3; At 2.36; Cl 1.15; Hb 3.2). Ele pouco se ocupou do Espírito Santo, mas dizia que era também criatura. Em *Contra os arianos*, Atanásio refutou os argumentos arianistas depois do Concílio de Niceia, comentando cada passagem bíblica citada aqui.

Da lavra de Ário é a obra *Thalia*, “Banquete”, exposição de sua doutrina escrita em versos e talvez em prosa, da qual alguns fragmentos foram preservados nas obras de Atanásio. Ário escreveu ainda uma carta destinada a Eusébio de Nicomédia, na qual afirma: “Somos perseguidos porque dizemos que o Filho tem um começo, enquanto Deus é sem começo”; e outra a Alexandre, bispo de Alexandria. Posteriormente ele enviou uma confissão de

fé ao Imperador Constantino. Entre seus partidários, citamos Eusébio de Nicomédia, e principalmente Astério, o Sofista, que esteve ao lado de Ário desde o início da controvérsia e escreveu a obra *Syntagmation*, uma exposição resumida da doutrina ariana, da qual alguns fragmentos foram preservados por Atanásio em *Contra os arianos* I.5, 3; 11, 1.

A fonte da teologia de Ário não é muito clara. Ele não reivindicou originalidade para suas ideias. Mas sabe-se que Luciano, falecido em 312 numa perseguição imperial, fundou uma escola catequética em Antioquia e foi discípulo de Paulo de Samosata. Eusébio de Nicomédia é descrito como discípulo de Luciano. Segundo J. N. D. Kelly, Ário e Eusébio de Nicomédia eram “lucianistas” (KELLY, 2009, p. 174). Luciano era monarquianista dinâmico e esteve fora da comunhão da Igreja por três bispos sucessivos porque adotava a teologia de Paulo de Samosata. Os principais líderes do arianismo foram todos discípulos de Luciano. Assim, o pensamento teológico de Ário provavelmente teria vindo de Paulo de Samosata por meio de Luciano.

Essa controvérsia chamou a atenção do povo e também ganhou conotação política, considerada hoje a maior controvérsia da história da Igreja Cristã. O imperador Constantino considerava que uma igreja dividida era uma ameaça, pois esperava ser o cristianismo “o cimento do império”. Ele enviou mensageiros liderados por Ósio, bispo de Córdoba e seu conselheiro espiritual, com o propósito de uma conciliação, mas não houve resultado. Ósio explicou ao imperador a profundidade do problema, e assim Constantino convocou um concílio na cidade de Niceia, na Bitínia, região que é citada no Novo Testamento (At 16.7; 1 Pe 1.1), na Ásia Menor, hoje Isnik, Turquia. A

reunião começou em 19 de junho de 325, com a participação de 318 bispos provenientes do Oriente e do Ocidente.

Entre os participantes do Concílio, estava presente um pequeno grupo de arianistas convictos, liderados por Eusébio de Nicomédia, pois Ário não era bispo e não tinha direito de participar das deliberações. De outro lado, estava presente um pequeno grupo, liderado por Alexandre, bispo de Alexandria, acompanhado do diácono Atanásio, vindo a tornar-se, posteriormente, notável pela vigorosa defesa da ortodoxia cristã. O concílio contava ainda com uns três bispos patripassianistas e, fora essas minorias, a maior parte era formada por bispos procedentes do Ocidente, de fala latina, sem interesse no que eles chamavam de especulações teológicas, pois se davam por satisfeitos com a formulação trinitária de Tertuliano.

As fontes primárias são de testemunhas oculares: alguns fragmentos de Eustáquio de Antioquia, alguns capítulos das obras de Atanásio e a famosa carta de Eusébio de Cesareia (KELLY, 2012, p. 255). Eusébio de Nicomédia expôs na assembleia a doutrina ariana, pois tinha convicção absoluta de que, após sua apresentação, todo o concílio o apoiaria, aceitando como correto o pensamento de Ário; porém, grande foi a sua decepção quando o plenário se manifestou com indignação ao ouvir a ideia arianista de considerar o Filho de Deus como criatura. Alguns chegaram a arrebatá-lo e rasgá-lo seu discurso em pedaços em meio a gritos de “Blasfêmia! Mentira! Heresia!”. Eusébio de Cesareia, autor da proposta de formular um credo, sugeriu o Credo de Cesareia, alegando ter recebido o texto de seus predecessores. Era um credo local usado para o discipulado dos candidatos ao batismo.

A esse credo, com a aprovação do imperador e talvez por sua sugestão,

acrescentaram-se as palavras *ousía* e *homooúsios*, “substância” e “consubstancial”, aplicadas a Cristo. Assim o Credo de Cesareia foi modificado, tornando-se o conhecido Credo de Niceno, depois de ampliado em 381 no I Concílio de Constantinopla.

## Credo de Cesareia

Creemos em um só Deus, Pai Onipotente, Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis;

Em um só Senhor Jesus Cristo, Verbo de Deus, Deus de Deus, Luz de Luz, Vida de Vida, Filho Unigênito, Primogênito de toda a criação, por quem foram feitas todas as coisas; o qual foi feito carne para nossa salvação e viveu entre os homens, e sofreu, e ressuscitou ao terceiro dia, e subiu ao Pai e novamente virá em glória para julgar os vivos e os mortos.

Creemos também em um só Espírito Santo.

## Credo de Niceia

Creemos em um só Deus, Pai Onipotente, Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis.

E em um só Senhor Jesus Cristo [*Filho de Deus, o Unigênito do Pai, que é da substância do Pai*], Deus de Deus, Luz de Luz [*verdadeiro Deus de verdadeiro Deus*], gerado, não feito [*consubstancial com o Pai*], por meio de quem todas as coisas vieram a existir, as coisas que estão no céu e as coisas que estão na terra, que por nós homens e por nossa salvação [*desceu e*

*foi feito carne, e se fez homem*], sofreu, e ressuscitou ao terceiro dia, subiu aos céus, e virá para julgar os vivos e os mortos.

E [cremos] também no Espírito Santo.

Mas aqueles que dizem: “Houve um tempo quando ele não era”; e “Ele não era antes de ter nascido”; e “Ele foi feito do que não existe”, ou “Ele é de outra substância” ou “essência”, ou “O Filho de Deus é criado”, ou “mutável”, ou “alternável” – eles são condenados pela Igreja cristã e apostólica”.

As expressões em itálico entre colchetes [ ] foram acrescentadas ao Credo.

O credo aprovado em Niceia era decisivamente antiarianista. Só havia duas opções, assinar o documento ou ir para o exílio. Somente dois bispos não assinaram: Segundo de Ptolemaida e Teonas de Marmarica. Até Eusébio da Nicomédia, arianista, assinou o credo elaborado nesse concílio, alegando ter subscrito o texto com o termo *homoioúsios* “de substância semelhante”, e não *homooúsios*,<sup>9</sup> “da mesma substância”.

O propósito fundamental dos autores do texto do Credo Niceno foi rechaçar definitivamente a heresia arianista. Isso é evidente no uso do termo “da substância do Pai”, em grego, *ousías tou patrós*, ou seja, da mesma essência, do mesmo tipo do Pai, que é uma clara resposta ao pensamento central de Ário; e também no emprego da frase: “consustancial com o Pai”, em grego, *homooúsiōn tō patrí*, que significa “da mesma substância com o Pai”, qualificando a unidade de essência do Pai e do Filho. Outra evidência inconfundível é o anátema da última cláusula. A inserção desses termos no

Credo somada à inclusão do anátema foram um golpe mortal contra os arianistas, mas as controvérsias não terminaram aí.

## O período pós-Niceia

O documento aprovado em Niceia tornou-se ponto de partida ao invés de ponto de chegada. A controvérsia prosseguiu por três razões principais: a inclusão do termo *homooúsios* no texto, a indefinição sobre a identidade do Espírito Santo (assunto do capítulo seguinte) e a volta do arianismo.

Em Niceia ficou dito que o Filho é *homooúsios*, do grego, significando “da mesma essência, substância”, consubstancial com o Pai. Os opositores da fé nicena faziam duras críticas: uns acusavam o Credo de sabelianismo; outros, alegavam que o termo não é bíblico, pois não aparece nas Escrituras. Eusébio de Cesareia não esconde a sua decepção pela inclusão de *homooúsios* no documento na sua longa carta enviada aos seus subordinados da região de Cesareia que se aproveitaram do vasto significado do termo, querendo convencê-los de que não se tratava da consubstancialidade.

Muitos movimentos controvertidos surgiram nos 60 anos que se seguiram ao Concílio de Niceia, como os anomoeanos, os homoeanos e os homoiousianos, entre outros. Os anomianos, do grego *anómoios*, “diferente”, eram os arianos radicais, pois diziam que “o Filho é diferente do Pai em todos os aspectos”. Os homoeanos, do grego *hómoios*, “similar”, diziam que o relacionamento entre o Pai e o Filho era de similaridade. Seus expoentes eram arianos convictos.

Outro grupo expressivo eram os homoiousianos, do grego *homoioúsios*, “de substância semelhante”, pois diziam que o Filho era de substância semelhante ao Pai. Eram um meio-termo entre Ário e a Declaração de Niceia. Em 358, liderado por Basílio de Ancira, um sínodo reunido nessa cidade aprovou a primeira fórmula homoiousiana. O texto afirma que o Filho está muito próximo do Pai, e não entre as criaturas, mas não é da mesma substância, mas sim são duas substâncias, *ousíai*. Em Niceia ficou dito que o Filho é *homooúsios*, “da mesma essência, substância”, consubstancial com o Pai. A letra “i” no termo *homoioúsios* fazia a grande diferença. Em *homooúsios*, o Filho é consubstancial com o Pai; no entanto, em *homoioúsios* o Filho é de substância semelhante ao Pai.

## **I Concílio de Constantinopla**

O imperador Teodósio I tomou posse em 379 e no ano seguinte estabeleceu só a confissão nicena. Em novembro do ano 380, o imperador substituiu o patriarca ariano de Constantinopla, Demófilo, por Gregório de Nazianzo. Mas nenhum imperador ou bispo poderia sozinho, por autoridade própria, estabelecer normas de fé que tivessem validade para toda a Igreja. Era necessário um concílio universal, ou seja, ecumênico. A defesa da fé nicena apresentada por Atanásio e pelos pais capadóciolos foi estudada no capítulo anterior. O pensamento desses teólogos foi considerado no Concílio de Constantinopla, realizado a pedido do imperador Teodósio I com a participação de 150 bispos, entre eles Gregório de Nazianzo, Gregório de Nissa e Cirilo de Jerusalém. Esse é considerado pelo Concílio de Calcedônia,

451, o segundo grande concílio ecumênico da Igreja.

## **Credo de Niceia**

Creemos em um só Deus, Pai Onipotente, Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis.

E em um só Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, o Unigênito do Pai, que é da substância do Pai, Deus de Deus, Luz de Luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado, não feito, consubstancial com o Pai, por meio de quem todas as coisas vieram a existir, as coisas que estão no céu e as coisas que estão na terra, que por nós homens e por nossa salvação desceu e foi feito carne, e se fez homem, sofreu, e ressuscitou ao terceiro dia, subiu aos céus, e virá para julgar os vivos e os mortos.

E [cremos] também no Espírito Santo.

Mas aqueles que dizem: “Houve um tempo quando ele não era”; e “Ele não era antes de ter nascido”; e “Ele foi feito do que não existe”, ou “Ele é de outra substância” ou “essência”, ou “O Filho de Deus é criado”, ou “mutável”, ou “alternável” – eles são condenados pela Igreja cristã e apostólica”.

## **Credo Niceno-Constantinopolitano**

Creemos em um só Deus, Pai Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra, de

todas as coisas, visíveis e invisíveis.

E em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho Unigênito de Deus, gerado do Pai antes de todos os séculos, luz de luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado não feito, da mesma substância do Pai, por meio do qual todas as coisas vieram a ser; o qual, por nós, os homens e pela nossa salvação desceu dos céus e se encarnou do Espírito Santo e da Virgem Maria e se fez homem e foi por nós crucificado sob Pôncio Pilatos e padeceu e foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras, e subiu aos céus e está sentado à direita do Pai e virá de novo, com glória a julgar vivos e mortos; e o seu reino não terá fim.

E no Espírito Santo, o Senhor e Doador da vida, que procede do Pai e do Filho, que juntamente com o Pai e o Filho é adorado e glorificado, que falou por meio dos profetas.

E em uma só Igreja santa, cristã e apostólica.

Confessamos um só batismo para perdão dos pecados. Esperamos a ressurreição dos mortos e a vida do século vindouro. Amém.

Esse documento é o reconhecimento da fórmula teológica aprovada em Niceia em 325, com algumas modificações, acréscimos e cortes. A comissão revisora retirou o termo *homooúsios*, que trouxe mais problema do que solução, sem, contudo, eliminar a consubstancialidade do Filho com o Pai. Procurou seguir uma linguagem próxima da Bíblia. Introduziu no texto parte do Credo dos Apóstolos. Definiu a identidade e a obra do Espírito Santo com

Deus igual ao Pai e ao Filho, além de informações eclesiológicas e dos anátemas do Credo Niceno, que foram cortados do texto. Os debates teológicos que sacudiam a Igreja precisavam de um fim. De fato, o Concílio pôs fim a quase meio século de domínio político e teológico ariano no Ocidente. A causa ariana estava agora irremediavelmente perdida.

O Credo Niceno-Constantinopolitano é um dos mais importantes da igreja cristã. De todos os credos ecumênicos, esse é apresentado como universalmente aceito. O Credo dos Apóstolos é puramente ocidental; no entanto, o Constantinopolitano foi admitido como obrigatório no Oriente e no Ocidente a partir de 451 até a atualidade.

## O Concílio de Calcedônia

Um monge de Constantinopla chamado Êutico ou Eutique expôs a doutrina monofisita e foi condenado numa reunião do Sínodo Permanente de Constantinopla em 448. “Em termos históricos, ele é considerado fundador de uma forma extremada e praticamente docética de monofisismo, ensinando que a humanidade do Senhor havia sido totalmente absorvida por sua divindade” (KELLY, 2009, p. 250). O termo “monofisismo” vem de duas palavras gregas: *monos*, “único”, e *physis*, “natureza”. É a doutrina que defende uma única natureza de Cristo, só a divina ou a divina e a humana amalgamada. Esse era o pensamento radical ensinado pela escola alexandrina. Mas Roma e Antioquia discordavam dessa ideia.

A questão no momento girava em torno das duas naturezas de Cristo. Hilário de Poitiers (316-367) escreveu: “Em virtude das duas naturezas unidas em Um, é um sujeito que tem duas naturezas, de tal sorte que de nada carece em

nenhuma das duas. Ao nascer como Homem, não deixa de ser Deus e, porque continua a existir como Deus, não deixa de ser Homem” (*Tratado sobre a Santíssima Trindade*, 9.3). Mais adiante, ele declara: “No Senhor Jesus Cristo, deve considerar uma Pessoa que tem duas naturezas” (*Tratado sobre a Santíssima Trindade*, 9.14). Esse pensamento Tertuliano havia precocemente ensinado com mais de 200 anos de antecedência, no ano 213 para ser mais preciso: “Nós vemos claramente o duplo estado, que não nos confunde, mas é unido em uma Pessoa, Jesus, Deus e homem” (*Contra Práxeas*, XXVII). Assim, é correto afirmar que a ideia contida no *Tomo* de Leão, o Bispo de Roma, Leão I, nada tinha de original e foi decisiva para a realização do Concílio de Calcedônia, hoje um bairro de Istambul, Turquia, chamado Kadikoy.



Videmus duplicem statum, non confusum se coniunctum in una persona, Deum et hominem Iesum (*Adversus Praxean*, XXVII).

As reuniões da Calcedônia se iniciaram em 8 de outubro de 451, com mais de 500 representantes, e Roma foi representada por legados. A maioria era contra a elaboração de um novo credo e se dava por satisfeita em reafirmar a fé nicena. Mas os comissários imperiais sabiam que, para que o concílio tivesse resultados, era necessário elaborar uma fórmula assinada por todos. Ficou definido o seguinte: o Credo Niceno é solenemente aceito como padrão de ortodoxia, ao seu lado o Credo Niceno-Constantinopolitano, o reconhecimento de duas cartas de Cirilo e o *Tomo* de Leão e por fim a confissão formal, conhecido como o Credo de Calcedônia. Assim ficou definida de uma vez para sempre a doutrina das duas naturezas de Cristo, plenamente humana e perfeitamente divina, e ambas as naturezas permanecem intactas.

## **Credo de Calcedônia**

Fiéis aos santos pais, todos nós, perfeitamente unânimes, ensinamos que se deve confessar que nosso Senhor Jesus Cristo é o mesmo e único Filho, perfeito quanto à divindade e perfeito quanto à humanidade, verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, constando de alma racional e de corpo consubstancial ao Pai, segundo a divindade, e consubstancial a nós, segundo a humanidade; em todas as coisas semelhante a nós, exceto no pecado, gerado, segundo a divindade, antes dos séculos pelo Pai e, segundo a humanidade, por nós e para nossa salvação, gerado da Virgem Maria, a portadora de Deus [*Theotókos*]. Um só e mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, que se deve confessar, em duas naturezas, inconfundíveis e

imutáveis, inseparáveis e indivisíveis. A distinção de naturezas de modo algum é anulada pela união, mas, pelo contrário, as propriedades de cada natureza permanecem intactas, concorrendo para formar uma só Pessoa e subsistência; não dividido ou separado em duas Pessoas, mas um só e mesmo Filho Unigênito, Deus Verbo, Jesus Cristo Senhor, conforme os profetas outrora a seu respeito testemunharam, e o mesmo Jesus Cristo ensinou-nos e o credo dos pais transmitiu-nos.

O pensamento de Roma saiu vencedor, e o Oriente ficou desapontado com a decisão. Os delegados de Alexandria não assinaram a declaração final. A reação oriental contra a Calcedônia contribuiu para a divisão entre Oriente e Ocidente. Jacó Baradeus e seus seguidores rejeitaram a decisão desse Concílio. A igreja nacional da Síria é conhecida como jacobita. Ainda hoje o monofisismo é mantido nas igrejas cóptica, armênia, abissínia e jacobitas.

---

<sup>9</sup> O termo grego *homooúsios*, “consustancial”, significa ser da mesma substância, da mesma essência. Trata-se de um adjetivo composto por *homós*, “igual, comum, idêntico, o mesmo”, e *ousía*, “ser, realidade, essência, substância”. *Homooúsios* aparece com frequência nos escritos de Atânásio e dos pais capadóciolos para se referir à mesma essência ou substância da deidade das três Pessoas da Trindade.

# CAPÍTULO 5

## Sobre o *Espírito Santo*

“O Antigo Testamento manifestou claramente o Pai e, obscuramente, o Filho. O Novo manifestou o Filho e, obscuramente, indicou a divindade do Espírito Santo. Hoje, o Espírito habita entre nós e se dá mais claramente a conhecer” (Gregório de Nazianzo). Embora o Credo Niceno termine com as seguintes palavras: “Cremos também em um só Espírito Santo”, não há informações sobre a identidade do Espírito Santo. Segundo Gregório de Nazianzo, a revelação das três Pessoas da Trindade foi gradual. Uma vez definida a cristologia em Niceia, faltava agora definir a doutrina da terceira Pessoa da Trindade. Esse tema só foi concluído depois da segunda metade do século IV.

Segundo Stanley M. Horton, a doutrina do Espírito Santo nunca havia recebido um tratamento justo nos tratados de teologia antes do Avivamento da Rua Azusa: “Os antigos compêndios de teologia sistemática, em sua maioria, não possuem nenhum capítulo sobre pneumatologia” (HORTON, 2001, p. 9). Eruditos, durante e depois do Avivamento da Rua Azusa, empreenderam vários estudos sobre o Espírito Santo, sobre o batismo no Espírito Santo, sobre a glossolalia e sobre os dons do Espírito Santo. Obtiveram avanços

significativos. A erudição não anula o fervor espiritual da fé cristã pentecostal.

É o Senhor Jesus o centro da mensagem pregada pelas Assembleias de Deus. Ainda há entre os evangélicos quem diga que a ênfase é o Espírito Santo acima de Jesus. O Pr. George Wood, presidente da Convenção Americana das Assembleias de Deus, numa entrevista à revista *Christianity Today*, edição de 29 de junho de 2015, fala em quatro grandes erros a respeito das Assembleias de Deus: 1) a crença no Cânon aberto, 2) a ênfase do Espírito Santo acima de Jesus, 3) a prática espiritual elitista e 4) a teologia da prosperidade. Ele rebate cada ponto explicando a fé assembleiana.

# O ESPÍRITO SANTO NAS ESCRITURAS SAGRADAS

## Sua divindade

O Espírito Santo é chamado de Senhor nas Escrituras Sagradas: “Ora, o Senhor é o Espírito; e, onde está Espírito do Senhor, aí há liberdade” (2 Co 3.17 – ARA). Os nomes Deus e Espírito Santo aparecem alternadamente na Bíblia: “Porque encheu Satanás o teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo, e retivesses parte do preço da herdade? ... Não mentiste aos homens, mas a Deus” (At 5.3, 4). Veja que Deus e o Espírito Santo aqui são uma mesma divindade. Primeiro o apóstolo Pedro diz que Ananias mentiu ao Espírito Santo, e depois o mesmo Espírito é chamado de Deus. O apóstolo Paulo também emprega esse tipo de linguagem: “Não sabeis vós que sois o templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?” (1 Co 3.16). Isso vem desde o Antigo Testamento: “O Espírito do SENHOR falou por mim, e a sua palavra esteve em minha boca. Disse o Deus de Israel, a Rocha de Israel a mim me falou” (2 Sm 23.2, 3). Da mesma forma o Espírito Santo é chamado de “Javé” ou “SENHOR” nas nossas versões de Almeida. Compare ainda Juízes 15.14; 16.20 e Números 12.6; 2 Pedro 1.21.

Jesus prometeu dar aos seus discípulos “outro Consolador” (Jo 14.16). A palavra “outro” aqui corresponde ao original grego *allos*, que significa “outro”, mas da mesma natureza, da mesma espécie e da mesma qualidade. Segundo A. T. Robertson, “outro da mesma classe (*allon, não héteron*)” (ROBERTSON, vol. 5, 1990, p. 279). O termo grego para “Consolador” é

*paráklētos*, que significa “ajudador”, “alguém chamado para auxiliar”, um “advogado”. Essa mesma palavra aparece em 1 João 2.1 com este significado: “Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo, para que não pequeis: e, se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo”. Em outras palavras, Jesus dizia aos seus discípulos que estava voltando para o Pai, mas que continuaria cuidando da Igreja, pelo seu Espírito Santo, seu *Paraklētos*, um como ele, que teria o mesmo poder para preservar o seu povo.

São inúmeras as obras de Deus efetuadas pelo Espírito Santo. Ele gerou a Jesus Cristo (Lc 1.35), dá a vida eterna (Gl 6.8) e guia o seu povo (Is 63.14; Rm 8.14; Gl 5.18), pois é o Senhor da igreja (At 20.28) e o santificador dos fiéis (1 Pe 1.2). O Espírito habita nos crentes (Jo 14.17), é autor do novo nascimento (Jo 3.5, 6), dá a vida (Ez 37.14; Rm 8.11), regenera (Tt 3.5) e distribui os dons espirituais (1 Co 12.7-11).

A divindade do Espírito Santo é revelada na Bíblia, por meio de seus atributos divinos, como acontece com o Senhor Jesus Cristo. Ele é onipotente (Rm 15.19) e fonte de poder e milagres (Mt 12.28; At 2.4; 1 Co 12.9-11). A onipresença é outro atributo incomunicável de Deus presente na terceira Pessoa da Trindade, o que mostra ser ele onipresente (Sl 139.7-10). Por ser onisciente, Ele conhece todas as coisas, até as profundezas de Deus (1 Co 2.10, 11), o coração do homem (Ez 11.5; Rm 8.26, 27; 1 Co 12.10; At 5.3-9) e o futuro (Lc 2.26; Jo 16.13; At 20.23; 1 Tm 4.1; 1 Pe 1.11). Possui também o atributo da eternidade, pois é chamado de “Espírito eterno” (Hb 9.14). A palavra asseidade advém do latim *aseitatis*, que vem de dois termos – *a se* significa “por si” ou “autocausado”, ou seja, diz respeito à existência por si

mesmo e serve para designar o atributo divino segundo o qual Deus existe por si próprio. Assim como o Pai e o Filho, o Espírito Santo é autoexistente, ou seja, não depende de nada fora de si para existir. Ele sempre existiu. É o Criador do homem e do mundo (Jó 26.13; 33.4; Sl 104.30) e, também, o Salvador (Ef 1.13; 4.30; Tt 3.4, 5).

A Palavra de Deus apresenta, de igual modo, seus atributos comunicáveis, como a santidade, pois o Espírito Santo é santo (Rm 15.16; 1 Jo 2.20). Essa santidade do Espírito é única e real, absoluta e perfeita; não se trata, pois, de uma santidade cerimonial, mas de algo inerente à sua natureza. Ele é a verdade (1 Jo 5.6), é sábio (Is 11.2; Jo 14.26; Ef 1.17), bom (Ne 9.20; Sl 143.10) e verdadeiro (Jo 14.17; 15.26; 16.13; 1 Jo 5.6).

## **Sua personalidade**

A personalidade do Espírito Santo está presente em toda a Bíblia de maneira abundante e inconfundível e tem sido crença da Igreja desde o princípio. Há nele elementos constitutivos da personalidade, como o intelecto; ele penetra todas as coisas (1 Co 2.10, 11) e é inteligente (Rm 8.27). Ele tem emoção, sensibilidade (Rm 15.30; Ef 4.30) e vontade (At 16.6-11; 1 Co 12.11). As três faculdades – intelecto, emoção e vontade – caracterizam a personalidade.

Os substantivos gregos apresentam três gêneros: masculino, feminino e neutro. O termo grego *pneuma*, usado amplamente no Novo Testamento para “espírito”, é substantivo neutro. O pronome demonstrativo na frase: “aquele Espírito da verdade” (Jo 15.26; 16.13) e o pessoal, em “Ele me glorificará” (Jo 16.14) estão no masculino. Isso revela a personalidade do Espírito Santo.

Outra prova da personalidade do Espírito Santo é que ele reage a certos atos praticados pelo homem. Pedro obedeceu ao Espírito Santo (At 10.19, 21); Ananias mentiu ao Espírito Santo (At 5.3); Estêvão disse que os judeus sempre resistiram ao Espírito Santo (At 7.51); o apóstolo Paulo nos recomenda não entristecer o Espírito Santo (Ef 4.30); os fariseus blasfemaram contra o Espírito Santo (Mt 12.29-31); os cristãos são batizados em seu nome (Mt 28.19).

A Bíblia revela os atributos pessoais do Espírito Santo. Ele ensina (Jo 14.26), fala (Ap 2.7, 11, 17), guia (Rm 8.14; Gl 5.18), clama (Gl 4.6), convence (Jo 16.7, 8), testifica (Jo 15.26; Rm 8.16), escolhe obreiros (At 13.2; 20.28), julga (At 15.28), advoga (Jo 14.16; At 5.32), envia missionários (At 13.2-4), convida (Ap 22.17), intercede (Rm 8.26), impede (At 16.6, 7), se entristece (Ef 4.30) e contende (Gn 6.3).

O Espírito é do Pai (1 Co 2.12; 3.16) e do Filho (At 16.7; Gl 4.6). *Filioque* é um termo latino que significa literalmente “e do filho”, usado em teologia para indicar a dupla processão do Espírito Santo, do Pai e do Filho (Jo 15.26; 20.22). A divindade possui uma só essência ou substância indivisível, e *Pai, Filho e Espírito Santo* são três hipóstases, ou seja, “forma de existir”. Usa-se comumente na teologia o termo “Pessoa” por falta de uma palavra mais precisa na linguagem humana para descrever cada uma dessas identidades conscientes. Quando se fala a respeito do Espírito Santo como terceira Pessoa da Trindade, isso não significa terceiro numa hierarquia, mas porque aparece em terceiro lugar na fórmula batismal: “batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28.19). As três hipóstases ou Pessoas são iguais em poder, glória e majestade, e não há entre elas

primeiro e último.

# HISTÓRIA DA DOCTRINA PNEUMATOLÓGICA

## Período Pré-niceno

O capítulo 3, sobre a Santíssima Trindade, explica por que o tema pneumatológico foi deixado de lado antes do Concílio de Niceia. A discussão era centrada em Jesus e a sua identidade, e a doutrina sobre o Espírito Santo raramente entrava nos debates. São escassas as informações a respeito da identidade e das obras do Espírito Santo nos primeiros pais da Igreja.

As discussões no final do segundo século e no século seguinte giravam em torno da identidade do Logos, e isso envolvia o Espírito Santo como a terceira Pessoa da Trindade. O tema dos grupos adocionistas e modalistas era sobre Deus e o monoteísmo, e nesses debates o Espírito Santo estava presente, mas sem aprofundamento acerca de sua natureza. A cristologia ocupou praticamente os debates dos séculos 3 e 4 e quase não sobrou espaço para a pneumatologia. Não houve discussão a respeito do Espírito Santo em Niceia.

Orígenes, como visto no capítulo anterior, defendia uma Trindade influenciada pelo neoplatonismo: “O Filho é coeterno com o Pai, mas seu poder de ser é pouco inferior ao do Pai. É a mais alta das realidades geradas, mas menor do que o Pai. O mesmo se diz do Espírito Santo que age nas almas dos santos” (TILLICH, 2004, pp. 76, 77). No seu comentário sobre o evangelho de João 1.3, ele afirma que o Espírito Santo é criatura do Logos. Não há muita coisa sobre o Espírito Santo nos séculos 2 e 3, e de tudo o que existe, há problemas e, em Orígenes em especial, mais erros do que acertos.

## Depois de Niceia

As controvérsias arianas continuaram. Ário negava a eternidade do Logos, defendia sua existência antes da encarnação, como as atuais testemunhas de Jeová, mas negava que ele fosse eterno com o Pai, insistia na tese de que o Verbo havia sido criado como primeira criatura de Deus. A palavra de ordem dos arianistas era: “Houve tempo em que o Filho não existia”. Ário considerava também o Espírito Santo como criatura, embora esse tema estivesse fora das discussões na época e os debates se concentrassem no Filho. Alexandre, bispo de Alexandria, se limitava a manter a antiga afirmação de que o Espírito Santo inspirou os profetas e apóstolos. Eusébio de Cesareia emprega a exegese de Orígenes, colocando o Espírito Santo em terceira categoria, como “um terceiro poder” e como uma das coisas que vieram à existência por meio do Verbo, na interpretação origeneana sobre João 1.3 (*Preparatio Evangelica*, 11.21).

Não existia consenso sobre o Espírito Santo no Oriente nas primeiras décadas depois do Concílio de Niceia. Havia diversas interpretações. Uns diziam que as Escrituras Sagradas eram vagas sobre o assunto e por isso preferiam não se pronunciar; outros achavam que Ele era criatura; outros diziam que era um anjo; e outros, que era um espírito intercessor entre o Senhor Jesus e os anjos. Havia até triteístas entre eles.

Cirilo de Jerusalém apresenta alguns lampejos em favor da ortodoxia. Ele escreveu no ano 348 o seguinte: “O Espírito Santo é um e o mesmo; vivente e subsistente e que sempre está presente com o Pai e o Filho” (*Catequese* XVII.5). Cirilo diz ainda que o “Espírito Santo que é honrado com o Pai e o Filho e que no momento do santo batismo é simultaneamente incluído na

Trindade Santa” (*Catequese* XVI.4).

Na carta enviada a Serapião, bispo de Tmuis, cidade do Baixo Egito, Atanásio expõe o seu pensamento a respeito do Espírito Santo, afirmando que Ele partilha da mesma substância do Pai e do Filho: “O Espírito Santo é um, as criaturas são muitas e os anjos muitos. Que semelhança há entre o Espírito e as criaturas? Está claro, portanto, que o Espírito não é uma das muitas criaturas, nem tão pouco é um anjo. Mas porque ele é um, e ainda mais por que ele pertence ao Verbo que é um, ele pertence a Deus que é um, e um consubstancial com ele [*homooúision*]” (*Carta a Serapião* I.27.3). Aqui Atanásio está dando uma resposta aos tropicianos. Ele refuta os arianos, os tropicianos e os pneumatomacianos. É claro e direto ao afirmar que o Espírito Santo é consubstancial com o Pai e com o Filho. “Em 362, entretanto, por ocasião do Concílio de Alexandria, Atanásio conseguiu aceitação para a proposição de que o Espírito não é uma criatura, mas pertence à substância do Pai e do Filho, sendo inseparável dela” (KELLY, 2009, p. 195).

## **Os pais capadóccios**

Basílio de Cesareia, nos primeiros anos de sua pesquisa, era amigo e aliado de Eustáquio de Sebaste, líder dos pneumatomacianos. Contudo, depois de um exame mais preciso sobre o assunto, ele se encontrou com Eustáquio em Sebaste no ano de 372 e depois voltou a se encontrar com ele no ano seguinte, mas Eustáquio não concordou com a ideia de Basílio. Essa ruptura aconteceu em 373. Basílio a essa altura defendia a ortodoxia nicena e passou a combater os pneumatomacianos. Ele emprega cerca de 460 passagens bíblicas, sem contar as repetições, em seus escritos. O seu epistolário conta com 366

epístolas. Quem examinou todos os seus escritos afirma que “em lugar algum o Espírito Santo é chamado Deus, nem Sua consubstancialidade é afirmada explicitamente” (KELLY, 2009, pp. 196, 197). Mas, segundo Timothy P. McConnell, em sua obra *Illumination in Basil of Caesarea's Doctrines of the Holy Spirit* (2004), Basílio dispensa a filosofia e evita termos filosóficos na teologia, preferindo a linguagem próxima da Bíblia. Basílio defende a divindade do Espírito Santo sem o uso desses termos: “Glorificamos o Espírito com o Pai e o Filho porque cremos que Ele não é estranho à natureza divina” (*Epístola* 159.2); “Quanto às criaturas, recebem de outrem a santificação, mas para o Espírito a santidade é integrante de sua natureza. Por conseguinte, ele não é santificado, mas santificador... são comuns os nomes dados ao Pai, e ao Filho e ao Espírito, que recebe tais denominações em vista da intimidade entre eles, por natureza” (*Tratado sobre o Espírito Santo*, 19.48).

O pensamento de Basílio se resume em três pontos: “a) o testemunho das Escrituras acerca da grandeza e da dignidade do Espírito, e do poder e da imensidão de Sua operação; b) sua associação com o Pai e com o Filho em tudo o que Eles realizam, especialmente na obra de santificação e glorificação; c) seu relacionamento pessoal tanto com o Pai quanto com o Filho” (KELLY, 2009, p. 197). A obra *Tratado sobre o Espírito Santo* foi o último dos seus escritos e apresenta os desenvolvimentos doutrinários mais avançados que abriram o caminho para as definições do Concílio de Constantinopla em 381.

Gregório de Nissa escreveu *Sobre a Trindade*, continuação da obra

*Contra Eunômio*, da autoria de seu irmão, e *Sobre não três Deuses*, refutação ao heresiarca Ablábio, que defendia o triteísmo considerando o Pai, o Filho e o Espírito Santo como três Deuses. Ele defendia a unicidade de natureza partilhada pelas três Pessoas da Trindade e usava Salmos 33.6 com um dos fundamentos bíblicos: “Pela palavra do SENHOR foram feitos os céus; e todo o exército deles, pelo espírito da sua boca”.

Gregório de Nazianzo combateu os mesmos opositores de seus companheiros Basílio de Cesareia e Gregório de Nissa: Eunômio e os pneumatomacianos. Ele escreveu com elegância e clareza sobre a Trindade e, especialmente, sobre o Espírito Santo por meio de epístolas, poemas e sermões, sendo as *Orações* ou *Discursos Teológicos* cinco sermões, numerados de 27 a 31. Ele foi o mais ousado dos três capadócius. Diz abertamente em alto e bom som que o Espírito Santo é Deus e consubstancial: “Então o quê? O Espírito é Deus? Sim, de fato é Deus. Então ele é consubstancial? Sim, é verdade, pois ele é Deus” (Discurso 31.10). Ele afirma no quinto *Discurso Teológico*: “Se houve tempo em que Deus não existia, então houve um tempo em que o Filho não existia. Se houve um tempo no qual o Filho não existia, então houve um tempo no qual o Espírito não existia. Se um existiu desde o começo, logo os três também existiram” (*Discurso* 31.4).

Foram os pais capadócius que definiram de uma vez para sempre a doutrina da Trindade aceita e ensinada pelos principais ramos do cristianismo. Eles completaram a tarefa de Atanásio. A partir deles, ficou esclarecida a verdadeira identidade do Espírito Santo; no entanto, a processão ainda está em

aberto. Em Gregório de Nazianzo encontra-se sua extraordinária contribuição para a vitória final da fé nicena. Ele organizou os dados da revelação divina, registrados nas Escrituras, e afirmou categoricamente que o Espírito Santo é Deus. O Concílio de Constantinopla, 381, descreveu o Espírito como Deus e como “o Senhor e provedor da vida, que procede do Pai e é adorado e glorificado com o Pai e com o Filho”.

Está claro nas Escrituras que ele é o Senhor e provedor da vida: “O Senhor é o Espírito” (2 Co 3.17); “Porque a lei do Espírito de vida” (Rm 8.2); “O Espírito é o que vivifica” (Jo 6.63); “e o Espírito vivifica” (2 Co 3.6); que ele procede do Pai (Jo 15.26); “o Espírito que provém de Deus” (1 Co 2.12); e que falou pelos profetas (2 Pe 1.21).

O que parece crucial nessa declaração é o fato de o Espírito Santo ser adorado com o Pai e com o Filho. A frase “adorado e glorificado com o Pai e com o Filho” vem de Atanásio ao afirmar que o Espírito Santo: “está unido ao Filho, como está unido ao Pai, ele que é glorificado com o Pai e o Filho é chamado Deus com o Verbo, e realizando o que o Pai faz mediante o Filho” (*Carta a Serapião* I.25.2). E Basílio de Cesareia diz: “... e constrói as igrejas que confessam a sã doutrina em que o Filho é reconhecido ser da mesma substância do Pai, e o Espírito Santo é considerado e adorado com a mesma igualdade de honra” (*Epístola*, 90.2). Há uma única passagem nas Escrituras que fala diretamente sobre a adoração do Espírito Santo: “Porque a circuncisão somos nós, que servimos a Deus no Espírito, e nos gloriamos em Jesus Cristo, e não confiamos na carne” (Fp 3.3). O verbo “servir” aqui é *latreuo*, e em o sentido de prestar, culto, adorar, serviço sagrado. A construção grega aqui ficou ambígua e Agostinho de Hipona afirma que as

gerações de cristãos antes dele adoravam o Espírito Santo com base nessa passagem paulina:

O Espírito Santo não é criatura. Ele, ao qual todos os santos prestam culto, no dizer do apóstolo: *Os verdadeiros circuncidados somos nós, que servimos ao Espírito de Deus* (Fl 3,3). E em grego estão designados pelo termo *latreuontes*. Em muitos exemplares de mesmo nos latinos assim se lê: *Que servimos ao Espírito de Deus*; assim se encontra também na maioria ou quase em todos os códices gregos. Em algumas cópias latinas, porém, o texto não é: *Servimos ao Espírito de Deus*, mas: *Servimos a Deus, no Espírito* (*A Trindade*, Livro I, 13).

A cláusula grega para “somos nós, que servimos a Deus no Espírito”, em grego, *hoi pneumati theou latreuontes*, é ambígua porque a terminação –ti, no substantivo *pneuma*, “espírito”, significa tanto “no Espírito” como também “ao Espírito”, ou ainda “pelo Espírito” e também “com o Espírito”. A ausência de uma preposição em *pneumati* deixa o assunto em aberto naquilo que a gramática grega chama de caso dativo, caso locativo ou caso instrumental. Se é dativo, a frase significa “nós que adoramos/servimos/prestamos culto ao Espírito de Deus”. A. T. Robertson reconhece essa possibilidade: “Caso instrumental, ainda o caso dativo como o objeto de *latreuō* também tem bom sentido (adorando ao Espírito de Deus)” (ROBERTSON, tomo 4, 1989, p. 600).

Há absoluta igualdade dentro da Trindade e nenhuma das três Pessoas está sujeita à outra, como se houvesse uma hierarquia divina. Existe, sim, uma distinção de serviço, e o Espírito Santo representa os interesses do Pai e do Filho na vida da Igreja na terra (Jo 16.13, 14). O Espírito Santo dá

prosseguimento ao plano de salvação idealizado pelo Deus Pai e executado pelo Deus Filho. As três Pessoas estão presentes, atuando cada uma na sua esfera de atuação, em perfeita harmonia e perfeita unidade.

# CAPÍTULO 6

## A pecaminosidade humana

A definição teológica do pecado descrito na *Declaração de Fé* da Assembleia de Deus é “rebelião e desobediência, incapacidade espiritual, a falta de conformidade com a vontade de Deus em estado, disposição ou conduta e a corrupção inata do homem”. O pecado é um assunto nada agradável, mas o estudo dessa doutrina é extremamente importante por várias razões. Há uma diferença abissal entre a depravação humana e a santidade e a glória de Deus. Qualquer desvio dos padrões divinos se constitui num ato grave, que se chama pecado. A experiência humana é uma confirmação de tudo o que a Bíblia ensina sobre a realidade do pecado, do mal que existe no mundo, de como o ser humano criado em santidade à imagem de Deus veio a se corromper de modo que somente em Cristo é possível a sua restauração a Deus.

# COMO A BÍBLIA DESCREVE O PECADO

O pecado é descrito de diversas maneiras e existem dezenas de termos hebraicos e gregos na Bíblia para descrever suas causas, às vezes, sua natureza e até mesmo suas consequências. Os termos mais comuns para o pecado são o hebraico *hāttā'â* e o seu equivalente grego na Septuaginta e no Novo Testamento, hamartia. O verbo *hātā'* significa literalmente “errar o alvo” (Jz 20.16; Pv 19.2). Essa palavra é usada também no campo secular na quebra de uma lei civil (Gn 41.9; Ec 10.4), mas seu uso comum diz respeito ao pecado contra Deus (Sl 103.10; Dn 9.16). O ser humano erra o alvo e desvia-se do objetivo da vida estabelecido pelo Criador por causa de uma disposição inata que há em todas as criaturas humanas.

O pecado é a transgressão da lei de Deus: *“porque o pecado é a transgressão da lei”* (1 Jo 3.4 – ARA). O substantivo “transgressão” ou o verbo “transgredir” é de uso comum desde o Antigo Testamento. O verbo hebraico *‘avār*, literalmente “atravessar, passar”, não tem conotação moral: “E passou Abrão por aquela terra” (Gn 12.6). Mas é comum o seu uso no sentido de ir além de um limite estabelecido e é isso o que significa “transgredir um mandamento” ou “traspassar o mandado do SENHOR” (Nm 22.18; 24.13); “seus moradores, porquanto transgridem as leis, mudam os estatutos e quebram a aliança eterna” (Is 24.5); “eles traspassaram o concerto, como Adão” (Os 6.7); “porque traspassaram o meu concerto e se rebelaram contra a minha lei” (Os 8.1). A Septuaginta traduz *‘avār* em todas essas

passagens pelo verbo grego *parabaino*, “transgredir, desviar-se”. O substantivo é *parábasis*, “transgressão, violação de uma lei”. É nesse sentido que esses termos aparecem no Novo Testamento: “Por que transgridem os teus discípulos a tradição dos anciãos? Pois não lavam as mãos quando comem pão. Ele, porém, respondendo, disse-lhes: Por que transgredis vós também o mandamento de Deus pela vossa tradição?” (Mt 15.2, 3). Foi exatamente esse o pecado de Adão: o primeiro casal foi além do limite que Deus estabeleceu, não comer do fruto proibido (Gn 2.17). O profeta Oseias chama essa atitude de Adão e Eva de transgressão (Os 6.7). O apóstolo Paulo emprega o substantivo *parábasis* para identificar o pecado de Adão e Eva: “até sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão” (Rm 5.14); E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão” (1 Tm 2.14).

O termo grego para “transgressão” em 1 João 3.4 é *anomia*, que literalmente quer dizer “falta de lei, quebra da lei”; o *ánomos* é alguém para o qual não existe uma lei. A versão Almeida Atualizada e a Tradução Brasileira traduzem essa palavra por “iniquidade”.

A Septuaginta emprega com frequência o termo *anomia* para traduzir a palavra hebraica *‘awôn*, “iniquidade, perversão” (Êx 34.7), além de mais de 20 termos alusivos ao pecado. *‘Awôn* é sinônimo de pecado: “Nós pecamos como os nossos pais; cometemos iniquidade, andamos perversamente” (Sl 106.6).

Outro termo hebraico usado como “transgressão” é *pāsha*: “Qual é a

minha transgressão? Qual é o meu pecado, que tão furiosamente me tens perseguido?” (Gn 31.36). Há ainda diversos termos para designar o pecado, como *impiedade*: “Porque do céu se manifesta a ira de Deus sobre toda impiedade e injustiça dos homens que detêm a verdade em injustiça” (Rm 1.18); *maldade*: “como apresentastes os vossos membros para servirem à imundícia e à maldade para a maldade” (Rm 6.19); *perversidade*: “a vossa língua pronuncia perversidade” (Is 59.3); *engano*: “Ó filho do diabo, cheio de todo o engano” (At 13.10); *sedução*: “Seduziu-o com a multidão das suas palavras” (Pv 7.21); “a sedução das riquezas sufocam a palavra, e fica infrutífera” (Mt 13.22); *injustiça*: “Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça” (1 Jo 1.9) e *incredulidade*: “porque o fiz ignorantemente, na incredulidade” (1 Tm 1.13); “E vemos que não puderam entrar por causa da sua incredulidade” (Hb 3.19).

O pecado não se originou no Éden; surgiu primeiro na esfera angelical, quando o querubim unguido (Ez 28.12-15) se rebelou contra Deus e dessa forma foi expulso do céu juntamente com os anjos rebeldes (Is 14.12-14; Ap 12.7-9). Mas parece que muitos teólogos preferem pular essa parte. De qualquer maneira, o que aconteceu no Éden foi outra queda. Adão e Eva foram criados em total inocência e não conheciam o mal antes de desobedecerem a Deus (Gn 3.5). Não havia nenhum tipo de malícia na sua natureza ou no ambiente onde eles foram inseridos. Eles “não se envergonhavam” (Gn 2.25) e ainda não conheciam o “bem e o mal” (Gn 3.5). Em suma, além de não conhecerem nenhum tipo de culpa por nenhum tipo de pecado, também eram

inocentes com relação ao pecado. A ordem de Deus foi clara: “E ordenou o SENHOR Deus ao homem, dizendo: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gn 2.16, 17). Aqui está claro que Deus dotou o ser humano de livre-arbítrio.

A serpente perguntou primeiro se o fruto de todas as árvores do jardim estava liberado (Gn 3.1). Ao ouvir a resposta da mulher, apresentou um discurso contrário do que Deus havia dito: “Então, a serpente disse à mulher: Certamente não morrereis. Porque Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, se abrirão os vossos olhos, e sereis como Deus, sabendo o bem e o mal” (Gn 3.4, 5). Com essas astúcias, a serpente levou a mulher a desobedecer a Deus, pois despertou a curiosidade de Eva que chamou a sua atenção para o fruto proibido: “E, vendo a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento, tomou do seu fruto, e comeu, e deu também a seu marido, e ele comeu com ela” (Gn 3.6). O pecado não é causado por Deus: “Ninguém, sendo tentado, diga: De Deus sou tentado; porque Deus não pode ser tentado pelo mal e a ninguém tenta” (Tg 1.13). A tentação vem dos próprios desejos ilícitos (Tg 1.14, 15). “Porque tudo o que há no mundo, a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida, não é do Pai, mas do mundo” (1 Jo 2.16). A tentação envolve, além da indução externa, os desejos carnis pelas coisas proibidas. A serpente seduziu Eva com três elementos. Adão e Eva tinham total capacidade de rejeitar a proposta da serpente, pois Deus criou o ser humano com livre-arbítrio e liberdade de escolher entre o bem e o mal (Gn 2.16, 17). A sutileza é uma maneira refinada e sutil de mostrar algo de maneira disfarçada, quase imperceptível, que exige agudeza de espírito para ser

detectada. Essa é uma das especialidades de Satanás e foi com sutileza que Satanás levou o primeiro casal à ruína e, com ele, toda a humanidade (Rm 5.12).

A morte de Adão quando desobedeceu a Deus foi instantânea. Morte significa separação. Deus advertiu a Adão dizendo: “No dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gn 2.17). Foi o que aconteceu. A comunhão com Deus foi interrompida imediatamente, pois seus olhos foram abertos e eles logo perceberam que estavam nus, conheceram pessoalmente o mal e procuraram se esconder da presença de Deus porque sentiram medo (Gn 3.7, 8, 10). O senso de culpa foi imediato. Eles morreram espiritualmente no mesmo instante em que comeram o fruto proibido; era a ruptura da comunhão: “Porque o salário do pecado é a morte” (Rm 6.23).

# CONSEQUÊNCIAS DO PECADO

A Queda do Éden arruinou a humanidade de maneira tão profunda que transmitiu a todos os seres humanos a tendência ou inclinação para o pecado. A depravação total do gênero humano não significa ser um pecador ao extremo em último grau, totalmente insensível quanto à consciência no que diz respeito ao certo e o errado (Rm 2.15). Todo o gênero humano se corrompeu, mas a imagem de Deus no ser humano não foi perdida (Gn 9.6; Tg 3.9); ela ficou desfigurada, e a restauração só é possível em Cristo (Ef 2.10). A depravação total significa que nada há no ser humano que não tenha sido contaminado pelo pecado, da cabeça à planta do pé (Is 1.5, 6); significa natureza mental e moral corrupta (Gn 6.5, 12), coração enganoso e perverso (Jr 17.9), morto em ofensas e pecados (Ef 2.1), inimigo de Deus (Rm 8.7), escravo do pecado (Rm 6.17; 7.5). A Bíblia afirma categoricamente que “não há um justo sequer” (Rm 3.10); que “todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus” (Rm 3.23). Até um bebê recém-nascido (Sl 51.5), antes mesmo de cometer o seu primeiro pecado, já é pecador (Sl 58.3). Por causa do pecado de Adão, todas as pessoas recebem uma natureza corrompida e culpada aos olhos de Deus.

Todos os seres humanos são pecadores: “Como está escrito: Não há um justo, nem um sequer. Não há ninguém que entenda; não há ninguém que busque a Deus. Todos se extraviaram e juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só... Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus” (Rm 3.1-12, 23). Já nascemos pecadores: “Eis que em iniquidade fui formado, e em pecado me concebeu minha mãe” (Sl 51.5) e “Alienam-se os ímpios desde a madre; andam errados desde que nasceram, proferindo mentiras” (Sl 58.3). A queda do Éden trouxe a corrupção geral do

gênero humano, a natureza moral se corrompeu (Gn 6.5, 12). Essa corrupção afetou a pessoa na tua totalidade, com todas as suas faculdades – a alma, o corpo e o espírito: “Toda a cabeça está enferma, e todo o coração, fraco. Desde a planta do pé até à cabeça não há nele coisa sã, senão feridas, e inchaços, e chagas podres, não espremidas, nem ligadas, nem nenhuma delas amolecida com óleo” (Is 1.5, 6), como disse o teólogo Millard J. Erickson: “Não somos pecadores apenas porque pecamos; nós pecamos porque somos pecadores” (ERICKSON, 2015, p. 559).

O apóstolo Paulo apresenta uma breve amostra da situação espiritual dos gentios (Rm 1.21-32), mas em seguida explica que a situação dos judeus não é diferente da humanidade (Rm 1.17-23) e depois coloca no mesmo bojo judeus e gentios: “Somos nós mais excelentes? De maneira nenhuma! Pois já dantes demonstramos que, tanto judeus como gregos, todos estão debaixo do pecado” (Rm 3.9) e “Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus” (Rm 3.23). A Bíblia mostra que “o pecado de Adão nos afetou muito mais que a ele próprio” (HORTON, 1996, p. 269). Isso se baseia nas epístolas paulinas (Rm 5.12-21; 1 Co 15.21, 22). É a isso que chamamos pecado original. Mas a declaração mais surpreendente é quando o apóstolo afirma: “Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram” (Rm 5.12). Essa doutrina do pecado original não é inovação paulina; ela consta da tradição judaica, no Talmude (*Berakoth*, 61a; *Nedarim*, 32b). O ensino paulino veio da revelação de Jesus Cristo, das Escrituras do Antigo Testamento e da tradição judaica. O apóstolo Paulo desenvolveu essa doutrina. A morte é universal e nisto está a evidência incontestável da universalidade do

pecado. Depois, o apóstolo mostra que, da mesma maneira que o pecado de Adão contaminou toda a humanidade, assim também a justiça de Cristo a graça veio para todas as pessoas: “Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para justificação de vida” (Rm 5.18).

Não existe uma teoria detalhada nas Escrituras sobre o pecado original, mas os dados da revelação nos dão base para uma dedução da Bíblia. O ser humano é concebido em pecado: “em iniquidade fui formado, e em pecado me concebeu minha mãe” (Sl 51.5) e “Alienam-se os ímpios desde a madre; andam errados desde que nasceram, proferindo mentiras” (Sl 58.3). Isso mostra por que o apóstolo Paulo afirma: “Andávamos nos desejos da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como os outros também” (Ef 2.3). Por dedução, é razoável que um ser humano corrompido produza filhos igualmente corrompidos: “Quem da imundícia poderá tirar coisa pura? Ninguém!” (Jó 14.4); “Não pode a árvore boa dar maus frutos, nem a árvore má dar frutos bons” (Mt 7.18) e “Porque não há boa árvore que dê mau fruto, nem má árvore que dê bom fruto” (Lc 6.43). Os bebês recém-nascidos e as crianças, apesar de nascerem com natureza pecaminosa (Sl 58.3), ainda não conhecem experimentalmente o pecado. Elas não são responsabilizadas por seus atos antes de terem condições morais e intelectuais para discernir entre o bem e o mal, o certo e o errado (Rm 9.11). O sacrifício de Jesus proveu salvação a todas as pessoas, até mesmo às crianças que falecerem na fase da inocência.

# AS TEORIAS

Muitas teorias foram apresentadas ao longo da história na tentativa de explicar o processo de transmissão do pecado original. As três principais são o pelagianismo, o calvinismo e o arminianismo. Essas teorias apresentadas a seguir são gerais, pois em todas elas existem as tendências radicais e moderadas e cujos detalhes não são discutidos aqui por absoluta falta de espaço.

O pelagianismo é a mais antiga dessas teorias. Pelágio foi um britânico (360-420), contemporâneo de Agostinho de Hipona, que se transferiu para Roma e, depois em 409, seguiu com seu discípulo Celéstio, para Cartago, no norte da África. Segundo Pelágio, o pecado de Adão não foi transmitido a toda a humanidade, nem a morte física é resultado do pecado de Adão. Na sua teoria, cada alma é criada imediatamente por Deus, no nascimento de cada pessoa, portanto ela não pode vir ao mundo maculada pelo pecado de Adão. O pecado de Adão diz respeito só a ele e não pode ser imputado sobre o destino de sua posteridade. Pelágio enfatizava também a ideia do total livre-arbítrio. Segundo ele, os seres humanos possuem a graça, capacidade de optar livremente por Deus. Por se tratar de criaturas feitas à imagem de Deus, as pessoas têm condições morais e espirituais de fazerem o bem e evitarem o mal, salvando-se com suas próprias forças. Pelágio dizia ainda “que não existe necessidade da graça para a salvação, pois ela pode ser alcançada por meio da nossa livre-escolha, independente de auxílio externo” (GEISLER, vol. 2, 2010, p. 122). Pelágio acreditava que o pecado de Adão era apenas um mal exemplo para os seus descendentes, assim como a morte de Jesus não passava do mais eminente exemplo da vida cristã.

A princípio, a sua doutrina teve acolhida popular e não era considerada herética porque parecia um assunto ético e não teológico. A controvérsia não foi desencadeada com o próprio Pelágio, mas com Celéstio. Agostinho foi o primeiro a constatar o perigo dessa doutrina pelagiana. O bispo de Hipona via nisso uma doutrina de autorredenção disfarçada e completamente contrária ao pensamento soteriológico e cristológico. Isso porque, se as pessoas chegam à salvação se baseando simplesmente na sua natureza criada e na decisão de sua livre vontade, significa que Jesus morreu em vão.

O arminianismo ensina o contrário do pelagianismo. Jacó Armínio foi um teólogo holandês de origem reformada (1560-1609) que modificou consideravelmente a linha teológica em que havia sido criado. João Wesley, teólogo e pregador britânico (1703-1791), fez mudanças no pensamento arminiano. O pecado de Adão corrompeu a natureza humana na sua totalidade, e iniciamos a vida sem nenhuma retidão. O ser humano é incapaz de fazer a vontade de Deus e cumprir os seus mandamentos no tocante às coisas espirituais de Deus. A imagem de Deus no ser humano não foi aniquilada, mas desfigurada, por isso necessita da graça de Deus para superar isso em direção a ele. Essa graça não é irresistível; ela opera de forma suficiente “sobre todos, aguardando a sua livre-cooperação antes de se tornar salvificamente efetiva” (GEISLER, vol. 2, 2010, p. 123).

O calvinismo defende os cinco pontos aprovados no Sínodo de Dort em 1619-1620, cerca de 60 anos depois da morte de João Calvino, e muitos duvidam de que ele aprovaria todos esses pontos. São eles: **1)** depravação total, **2)** eleição incondicional, **3)** expiação limitada, **4)** graça irresistível e **5)** perseverança dos santos. Os arminianos concordam em parte com o primeiro ponto e discordam dos demais. Ninguém é coagido a ser salvo, Jesus morreu

por todos os pecadores, o pecador pode resistir à graça e é possível o crente decair da graça.

Adão é apresentado como figura de Cristo: “o qual é a figura daquele que havia de vir” (Rm 5.14). Existe só um ponto em comum entre Adão e Cristo, um é o cabeça da humanidade caída, representante da morte; o outro, o cabeça da nova eternidade, representante da vida. Fora isso, a comparação paulina é uma antítese que nos enche de gozo.

# CAPÍTULO 7

## A necessidade do *Novo Nascimento*

**A** fidelidade a uma religião nem sempre significa fidelidade a Deus. Saulo de Tarso é o exemplo clássico disso. Religiosidade e novo nascimento são distintos. Quando alguém se converte ao cristianismo, essa pessoa precisa de cuidados espirituais, de um domicílio espiritual. Assim como um membro do corpo não pode se manter separado dele, o mesmo é válido para os que foram regenerados pelo Espírito Santo. Isso significa que todos os cristãos são religiosos, muitos já eram antes, outros não, mas agora trata-se de uma nova experiência com Cristo. Todos os que são transformados e regenerados pelo Espírito Santo são religiosos, pois estes são geralmente membros de igrejas e no mínimo participam dos cultos, fazendo-se presentes na adoração coletiva. Mas nem todos religiosos são cristãos e, mesmo pertencendo a uma religião cristã, isso não significa necessariamente que sejam regenerados.

# RELIGIÃO

A palavra “religião” chegou à língua portuguesa pelo latim. Veio de *religare* ou *religere*, cuja etimologia não lança muita luz sobre o termo, no sentido em que se emprega hoje. Segundo Richard A. Muller (1993), o termo latino *religio* significa: “Religião; religião verdadeira é mais simplesmente definida por eruditos protestantes com a ideia correta do conhecimento e da honra a Deus (*recta Deum cognoscendi et colendi ratio*), envolvendo conhecimento de Deus (*cognitio Dei*), amor de Deus (*amor Dei...*) e temor de Deus (*timor Dei*), dirigindo para a honra ou a veneração (*cultus ...*) de Deus”.

Jerônimo usou o termo latino *religio* na Vulgata Latina para traduzir a palavra grega *threskéia*, “religião, culto, piedade”, que aparece quatro vezes no texto grego do Novo Testamento: “Conforme a mais severa seita da nossa religião, vivi fariseu” (At 26.5); “com pretexto de humildade e culto dos anjos” (Cl 2.18); “Se alguém entre vós cuida ser religioso e não refreia a sua língua, antes, engana o seu coração, a religião desse é vã. A religião pura e imaculada para com Deus, o Pai, é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações e guardar-se da corrupção do mundo” (Tg 1.26, 27).

O termo *threskéia* se refere a uma expressão externa de crença. É verdade que muitas vezes o cristão hesita em usar a palavra “religião”, pois prefere substituí-la por “minha fé” ou pela “igreja à qual pertencço”, em vez de “minha religião”. Isso acontece pelo fato de ser o cristianismo diferente de todas as religiões do mundo! Está acima de todas, principalmente porque o seu

Fundador é vivo!

No Antigo Testamento usa-se com frequência a palavra hebraica *'avôdâ*, que significa “trabalho, serviço, serviço sagrado, culto religioso”; por exemplo: “Ao SENHOR teu Deus temerás e a ele servirás” (Dt 6.13). A Septuaginta traduziu esse termo por *latreusis*, também usado pelo Senhor Jesus na tentação do deserto: “Ao SENHOR, teu Deus, adorarás e só a ele servirás” (Mt 4.10) ou “Ao SENHOR, teu Deus, adorarás, e só a ele darás culto” (ARA). O substantivo *latreia* significa “serviço sagrado, culto, adoração”.

A palavra *dāt*, que aparece no Antigo Testamento, é de origem semítica e usada nas línguas aramaica e hebraica. A ideia em aramaico é de “lei, ordem, decreto”. A lei, *dāt*, em aramaico, segundo Gesenius, tem o sentido de sistema de religião: “Nunca encontraremos motivo para acusar Daniel, a não ser que seja alguma coisa que tenha a ver com a religião dele” (Dn 6.5 – NTLH); “e cuidará em mudar os tempos e a lei” (Dn 7.25) ou: “Procurará mudar a Lei de Deus e os tempos das festas religiosas” (NTLH).<sup>10</sup> Isto significa que o anticristo tentará implantar uma nova religião. Gesenius afirma ainda que: “Os rabinos aplicaram esta palavra ao cristianismo e ao islamismo” (GESENIUS, 1982, p. 211). Ainda hoje em Israel, *dāt* é a palavra usada para “religião”, a mesma empregada na versão hebraica do Novo Testamento, em Atos 26.5. Mas o termo significa também “lei” em hebraico, como aparece com frequência no livro de Ester (1.8, 13, 15, 19; 2.14; 3.8 etc.) ou ainda “ordem, edito, decreto” (Ed 8.36).

# O NOVO NASCIMENTO

Novo nascimento é regeneração, transformação de vida pelo poder atuante do Espírito Santo na vida do pecador (Tt 3.5). Não se trata simplesmente de mudança de hábito ou de pertencer a uma nova religião. A ideia de que o propósito de Deus é levar as pessoas à religião é falsa. Geralmente se ouve dizer que determinada pessoa precisa de religião. É até compreensível, pois quem se expressa dessa maneira, às vezes, está querendo dizer que tal pessoa precisa de Jesus. Mas há religiões que ensinam e acreditam que basta ter uma religião e estará tudo bem diante de Deus. Mahatma Gandhi dizia que não há necessidade de se converter a Cristo, basta ser bom religioso: o cristão, bom cristão; o muçulmano, bom muçulmano; o hindu, bom hindu, e assim por diante.

Há no islamismo a ideia de que Deus estabeleceu ao longo da história três religiões: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Os muçulmanos acreditam que Deus enviou primeiro Moisés para estabelecer o judaísmo, mas, dada a desobediência dos judeus, eles foram dispersos pelo mundo todo e depois Deus enviou Jesus para estabelecer o cristianismo. Porém, no século 5, o cristianismo corrompeu-se tanto que Deus enviou Maomé a fim de estabelecer o islamismo, “sua revelação final”. Eles creem que o islamismo inclui tanto o judaísmo como o cristianismo.

Essa ideia islâmica destoa completamente do pensamento bíblico. O Senhor Jesus não veio ao mundo porque os judeus desobedeceram a Deus, mas para salvar os pecadores: “Esta é uma palavra fiel e digna de toda aceitação: que Cristo Jesus veio ao mundo, para salvar os pecadores, dos quais eu sou o principal” (1 Tm 1.15), e isso já havia sido anunciado pelo próprio Deus

desde a Queda do Éden: “E porei inimizade entre ti e a mulher e entre a tua semente e a sua semente; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar” (Gn 3.15). Além disso, a Igreja veio para ficar: “e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (Mt 16.18); “a esse glória na igreja, por Jesus Cristo, em todas as gerações, para todo o sempre. Amém!” (Ef 3.21). A validade da obra redentora realizada pelo Senhor Jesus é para sempre: “Portanto, pode também salvar perfeitamente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles” (Hb 7.25). O cristianismo, portanto, não precisa de remendo.

Apesar da contribuição da religião na construção de uma sociedade melhor na avaliação deles, ela em nada ajuda na salvação ou na transformação de vida do pecador. Não basta ser bom religioso, Gandhi estava equivocado. Nicodemos, Cornélio e Saulo de Tarso, entre tantos outros, eram também bons religiosos; no entanto, Jesus disse que Nicodemos precisava nascer de novo para ver o reino de Deus (Jo 3.1-5); Cornélio precisou se converter a Cristo (At 10.1-6), e Saulo, com toda a sua sinceridade e religiosidade (At 26.5; Gl 1.14), reconheceu depois de sua experiência com Jesus no caminho de Damasco o seu estado de miséria espiritual: “a mim, que, dantes, fui blasfemo, e perseguidor, e opressor; mas alcancei misericórdia, porque o fiz ignorantemente, na incredulidade” (1 Tm 1.13), e conclui afirmando ser o “principal dos pecadores” (1 Tm 1.15).

A vontade de Deus não tem nada que ver com religião; o que Ele deseja é a comunhão com suas criaturas inteligentes. Quando Adão pecou no Éden, ele e sua mulher por si mesmos procuraram se esconder do Criador, mas a iniciativa de comunhão de uma relação que acabara de ser rompida foi do próprio Deus (Gn 3.7-10). Quando Deus mandou Moisés construir o tabernáculo, disse: “E

me farão um santuário, e habitarei no meio deles” (Êx 25.8). Era o lugar santíssimo, também chamado de “santo dos santos” (1 Rs 6.16; Hb 9.3), uma das dependências do tabernáculo, onde ficava a arca da aliança (Êx 26.33; Lv 16.2, 3). Nesse lugar santíssimo, Deus se revelava aos filhos de Israel e falava ao povo, a princípio por meio de Moisés (Êx 25.22; Nm 7.89) e depois falava com o povo por meio do sumo sacerdote (1 Rs 8.10, 11). A importância do tabernáculo e posteriormente do templo não estava nos sacrifícios, mas na presença de Deus. Tudo isso se consumou na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo ao mundo: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade” (Jo 1.14). O restabelecimento da plena comunhão com Deus por Jesus Cristo será no mundo vindouro: “Eis aqui o tabernáculo de Deus com os homens, pois com eles habitará, e eles serão o seu povo, e o mesmo Deus estará com eles e será o seu Deus” (Ap 21.3).

A vontade de Deus não é que as pessoas se tornem religiosas, mas a sua comunhão com elas. Essa comunhão com Deus é restabelecida no novo nascimento: “Se alguém está em Cristo, nova criatura é: as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo” (2 Co 5.17). É assim que o pecador é transformado e regenerado pelo poder do Espírito Santo.

---

<sup>10</sup> Algumas porções do Antigo Testamento foram escritas originalmente em aramaico, sendo preservadas até hoje nessa língua. São elas: Jeremias 10.11 e duas palavras em Gênesis 31.47, além de Esdras 4.8–6.18; 7.12-26 e Daniel 2.4–7.28.

# CAPÍTULO 8

## A igreja de Cristo

**A** Igreja é a comunidade do Senhor Jesus Cristo formada por pessoas de todos os lugares ao longo dos séculos. Ela já existia no plano divino antes dos tempos dos séculos, mas iniciou a sua jornada histórica no dia de Pentecostes (At 2), com um grupo de 120 discípulos e discípulas, incluindo os apóstolos que estavam reunidos no cenáculo em Jerusalém aguardando a “promessa do Pai” (At 1.4, 5, 13-15). A descida do Espírito Santo no dia de Pentecostes marcou o início da sua longa jornada (At 2.1-12) com a conversão de “quase três mil pessoas” (At 2.41) como primícias de uma grande colheita que se iniciava naquela ocasião.

A igreja, como corpo espiritual de Cristo, é um organismo vivo com suas reuniões em torno do Senhor Jesus e suas ordenanças; como congregação ou assembleia, é também uma organização, com sua forma de governo. O ponto de partida de sua proclamação é a ressurreição de Cristo. A existência da Igreja não é resultado de um entusiasmo coletivo, mas a manifestação do poder de Deus.



# A IGREJA

O termo grego *ekklēsia*, usado no Novo Testamento para “igreja”, vem do verbo *ekkaleō*, “chamar, convocar”, que a Septuaginta traduziu do hebraico *qārā‘ el*, “chamar para” em: “E chamaram Ló e disseram-lhe...” (Gn 19.5). A *ekklēsia*, “eclésia, assembleia, ajuntamento, igreja”, era a Assembleia do Povo na antiga Grécia que funcionava como poder legislativo, mas formada por todos os cidadãos; apesar disso, segundo Mário Curtis Giordani, “na prática, era relativamente pequeno o número de cidadãos que compareciam às reuniões” (GIORDANI, 1986, p. 172). Mas os tradutores da Septuaginta empregaram *ekklēsia* para traduzir o hebraico *qāhal*, “assembleia, multidão humana reunida”, em referência à congregação de Israel, além de outros termos que aparecem com menos frequência no Antigo Testamento.

O Novo Testamento grego usa *ekklēsia* para se referir à congregação de Israel: “Este é o que esteve entre a congregação no deserto, com o anjo que lhe falava no monte Sinai, e com nossos pais, o qual recebeu as palavras de vida para no-las dar” (At 7.38). Só mais uma vez *ekklesia* se aplica à comunidade de Israel no Novo Testamento (Hb 2.12). Três vezes se usa para o ajuntamento ou a assembleia provocada por Demétrio contra o apóstolo Paulo no teatro em Éfeso (At 19.32, 39, 41); e 110 vezes o termo se refere à Igreja. Nesse sentido, a comunidade do Senhor é uma congregação especial formada por pessoas de todas as épocas e de todos os lugares chamadas pelo Senhor Jesus para pertencerem a Cristo (Rm 1.6), ter comunhão com ele (1 Co 1.9) e fazer parte da família espiritual de Deus (Ef 2.19), como afirma a

*Declaração de Fé.* O termo “igreja” refere-se também a um grupo de crentes em cada localidade geográfica (Rm 16.16; 1 Co 1.2; Gl 1.2).

A Igreja é um organismo, um corpo espiritual em que todos os crentes em Jesus estão unidos uns aos outros e todos eles com a sua cabeça, que é o Senhor Jesus Cristo: “o constituiu como cabeça da igreja, que é o seu corpo” (Ef 1.22, 23); “ele é a cabeça do corpo da igreja” (Cl 1.18). Trata-se de uma congregação espiritual cujos membros foram remidos pelo sangue de Jesus, que veio a existir no palco da história como resultado da obra da cruz, do triunfo da ressurreição de Cristo e da vinda do Espírito Santo; é exatamente o que o Senhor Jesus chamou de “minha igreja” (Mt 16.18). Em resumo, “a Igreja é a assembleia universal dos santos de todos os lugares e de todas as épocas, cujos nomes estão escritos nos céus: “À universal assembleia e igreja dos primogênitos, que estão inscritos nos céus, e a Deus, o juiz de todos, e aos espíritos dos justos aperfeiçoados” [Hb 12.23]” (*Declaração de Fé*).

É o novo povo que o Senhor Jesus formou dentre judeus e gentios (Ef 2.12-14) em torno de Si mesmo como o próprio corpo de Cristo (1 Co 12.12-27), para adoração e louvor da glória de Deus e para anunciar o evangelho da salvação ao mundo inteiro (Ef 1.11, 12; Mc 16.15). Cada crente em Jesus é a morada de Deus: “Não sabeis vós que sois o templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?” (1 Co 3.16); “Ou não sabeis que o nosso corpo é o templo do Espírito Santo, que habita em vós, proveniente de Deus, e que não sois de vós mesmos?” (1 Co 6.19); “no qual também vós juntamente sois edificados para morada de Deus no Espírito” (Ef 2.22).

# AS ORDENANÇAS

A ordenança é um rito simbólico universal e pessoal que aponta para as verdades centrais da fé cristã. São duas as ordenanças da Igreja. A primeira é o batismo em águas: “Portanto, ide, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28.19); e a segunda, a Ceia do Senhor: “Tomando o pão e tendo dado graças, partiu-o e deu aos discípulos, dizendo: Este é o meu corpo que é dado por vós; fazei isto em memória de mim. Depois da ceia tomou do mesmo modo o cálice, dizendo: Este cálice é a nova aliança em meu sangue, que é derramado por vós” (Lc 22.19, 20).

Essas duas cerimônias ou ritos sagrados são conhecidos também como sacramentos por alguns grupos protestantes e também pelos católicos. Mas a Igreja Católica acrescentou mais cinco sacramentos, ao passo que os protestantes mantiveram os dois ritos bíblicos. No entanto, nem sempre os dois termos são intercambiáveis, pois isso depende da interpretação e cada grupo sobre o assunto. O termo *sacramentum* vem do latim que originalmente era para um juramento público de fidelidade do soldado romano, mas, antes disso, era o nome dado ao depósito feito em lugar sagrado pelas partes envolvidas numa questão jurídica até o pronunciamento da sentença. Os pais latinos empregaram essa palavra para o vocábulo grego *mystērion*, “mistério, secreto”, que veio a significar ordenança ou rito sagrado. Para muitos, esses rituais transmitem graça espiritual ou salvífica levando a pessoa da morte espiritual para a vida. Para os grupos que pensam dessa maneira, ordenanças e sacramentos não são termos alternativos. A Assembleia de Deus não emprega o termo “sacramento”, mas a palavra

“ordenança”, do latim *ordo*, “fileira, ordem”, conforme o capítulo XI da sua *Declaração de Fé*.

Essas ordenanças não produzem nenhuma mudança espiritual em quem se submete ao batismo e participa da ceia do Senhor. Mas isso não diminui a sua importância; antes, pelo contrário, elas são de grande valor. Esses rituais são ordens de nosso Senhor Jesus Cristo, pois ele mesmo pediu para ser batizado (Mt 3.14, 15). E também se trata de um símbolo da nossa união com ele e ao mesmo tempo a confissão pública dessa união (Rm 6.3-5). A ceia do Senhor é o memorial de sua morte em nosso lugar (1 Co 11.23-26). Essas são razões pelas quais os crentes nunca tratam dessas coisas sagradas com leviandade. Assim, o batismo em águas e a ceia do Senhor foram instituídos por ordem de Jesus para que fossem observados na Igreja, não porque transmitem algum poder místico ou graça salvífica, mas porque simbolizam o que já aconteceu na vida de quem aceitou a salvação de Cristo.

## **O batismo**

O batismo em águas é o rito que simboliza o início da vida espiritual. É um testemunho público de “nossa identificação com Jesus, em sua morte e ressurreição, que tornou possível a nossa vida que temos nEle (Rm 6.1-4)” (MENZIES & HORTON, 2001, p. 93). Trata-se de um ato significativo e importante em que o crente em Jesus é mergulhado nas águas, o corpo inteiro de uma só vez, “em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28.19), conforme ordenou o Senhor Jesus. Muitos debates surgiram ao longo dos séculos sobre o *modus operandi* desse ritual, como o batismo por imersão, por aspersion e assim por diante. Mas o Novo Testamento deixa claro

que o ato era realizado por imersão: “porque havia ali muitas águas; e vinham ali e eram batizados” (Jo 3.23); “E, sendo Jesus batizado, saiu logo da água” (Mt 3.16); “E mandou parar o carro, e desceram ambos à água, tanto Filipe como o eunuco, e o batizou. E, quando saíram da água, o Espírito do Senhor arrebatou a Filipe” (At 8.38, 39). A ilustração paulina do batismo em águas reforça a do batismo por imersão: “Ou não sabeis que todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo fomos batizados na sua morte? De sorte que fomos sepultados com ele pelo batismo na morte; para que, como Cristo ressuscitou dos mortos pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida” (Rm 6.3, 4); “Sepultados com ele no batismo, nele também ressuscitastes pela fé no poder de Deus, que o ressuscitou dos mortos” (Cl 2.12). Todas essas declarações são evidências de um batismo por imersão.

O batismo era efetuado conforme a fórmula ordenada pelo Senhor Jesus: “batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28.19), e isso é confirmado num antigo documento da Igreja, chamado *Didaquē*<sup>11</sup>, ou *Instrução dos Doze Apóstolos*: “Depois de ditas todas essas coisas, batizem em água corrente, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Se você não tem água corrente, batize em outra água; se não puder batizar em água fria, faça-o em água quente” (*Didaquē*, 7.1, 2). Hoje, os unicistas batizam só em nome de Jesus e colocam essa forma de batismo como condição para a salvação.

O batismo “em nome de Jesus” não é uma fórmula. A prova disso é que não existe um padrão nessas palavras para que seja possível uma fórmula. A expressão só aparece quatro vezes no Novo Testamento: “em nome de Jesus Cristo” (At 2.38), “em nome do Senhor Jesus” (At 8.16; 19.5) e “em nome do

Senhor” (At 10.48). Isso apenas significa ser o batismo realizado na autoridade do nome de Jesus. Afinal, tudo o que fazemos é em nome de Jesus (Cl 3.17), isto é, na sua autoridade, como a oração (Jo 14.13; Ef 5.20), a pregação do evangelho (Lc 24.47; At 8.12), a cura de coxos (At 3.6), de paráliticos (At 9.34) e de enfermos (Tg 5.14, 15) e a expulsão de demônios (At 16.18), entre outros milagres.

O batismo não é essencial para a remissão de pecados. A frase “Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para perdão dos pecados” (At 2.38) tem sido motivo de controvérsias sem fim. Uma leitura isolada parece isso mesmo. Muitos pais da Igreja a interpretavam dessa maneira. Isso aparece no Credo Niceno-Constantinopolitano (ver capítulo 4). Mas, segundo A. T. Robertson, a exegese do texto permite outro significado. Ele afirma que a preposição grega eis, traduzida por “para”, aqui, tem amplo significado, por isso deve ser compreendida à luz do contexto. Há outro emprego tão correto quanto o de propósito ou objetivo. Veja o uso dessa preposição em três versões diferentes de um mesmo versículo bíblico: “Quem recebe um profeta na qualidade de profeta receberá galardão de profeta; e quem recebe um justo na qualidade de justo, receberá galardão de justo” (Mt 10.41 – ARC); “no caráter de profeta... no caráter de justo” (ARA); “por ser profeta... por ser justo” (TB). A mesma preposição é usada aqui para “na qualidade de profeta ... na qualidade de justo, no caráter de profeta... no caráter de justo ... por ser profeta... por ser justo”. Poderíamos dizer ainda: “em nome de profeta... em nome de justo”. Os ninivitas “se arrependeram com a pregação de Jonas” (Mt 12.41). O “com” nessa passagem é a mesma preposição eis. Diante disso, Robertson é da opinião que o apóstolo apelava ao “batismo para cada um daqueles que já se

havam arrependido, e que isso foi feito em nome de Jesus Cristo com base no perdão dos pecados que eles já tinham recebido” (ROBERTSON, tomo 3, 1989, p. 50).

A salvação é pela fé somente (Ef 2.8, 9). O Novo Testamento mostra que o batismo não salva: “Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado” (Mc 16.16). A segunda cláusula não diz: “Quem não for batizado será condenado”. João batizava as pessoas depois de manifestarem “frutos dignos de arrependimento” (Mt 3.8; Lc 3.8); as pessoas batizadas no dia de Pentecostes haviam primeiramente recebido a palavra (At 2.41). O malfeitor crucificado ao lado do Senhor Jesus não foi batizado; no entanto, Jesus lhe disse: “Em verdade te digo que hoje estarás comigo no Paraíso” (Lc 23.43).

A prática do batismo infantil se fundamenta basicamente na interpretação de que o batismo é um meio da graça salvadora, para uns; e outros o interpretam como sinal e selo da aliança, que teria sido substituído pela circuncisão dos israelitas, mas está escrito: “Porque em Cristo Jesus nem a circuncisão, nem a incircuncisão tem virtude alguma, mas sim o ser uma nova criatura” (Gl 6.15). Essas interpretações não se sustentam bíblicamente. O batismo é somente para os crentes em Jesus e é necessário primeiro crer nele e também pedir para ser batizado (At 8.36-38). Para isso, é necessário arrependimento e fé. A criança não preenche esses requisitos. O Novo Testamento mostra o batismo seguido da fé (At 2.41; 8.12). Isso não deixa margem para o batismo infantil. Os que defendem essa prática costumam apelar para o testemunho de Lídia (At 16.15), do carcereiro de Filipos (At 16.33, 34), de Crispo, o principal da sinagoga de Corinto, juntamente com os demais que receberam a Jesus como seu Salvador (At 18.8) e a família de Estéfanos que o apóstolo Paulo batizou (1 Co 1.16).

Nenhum desses testemunhos remete a crianças; é uma interpretação forçada querer introduzir batismo infantil nessas passagens bíblicas.

## **A Ceia do Senhor**

A Ceia do Senhor é o rito da comunhão e significa a continuação da vida espiritual (1 Co 11.20). A Ceia do Senhor foi instituída diretamente pelo Senhor Jesus após a refeição da Páscoa na companhia de seus discípulos (Mt 26.26-28). Desde então a Igreja vem celebrando esse memorial e proclamando a nova aliança: “Semelhantemente também, depois de cear, tomou o cálice, dizendo: Este cálice é o Novo Testamento no meu sangue; fazei isto, todas as vezes que beberdes, em memória de mim” (1 Co 11.25). Essa solenidade envolve o passado, a morte de Jesus; o presente, a nossa comunhão; e o futuro, a sua vinda – “Porque, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciais a morte do Senhor, até que venha” (1 Co 11.26).

As palavras de Jesus “Isto é o meu corpo” (Mt 26.26) e “Isto é o meu sangue” (Mt 26.28) são os seus dois elementos da ceia do Senhor. O Senhor Jesus estava pessoalmente com os seus discípulos quando disse essas palavras. Isso mostra que o corpo e o sangue aqui não são literais; trata-se de uma linguagem metafórica (1 Co 5.8). Os católicos romanos ensinam que, no ato da consagração, o pão e o vinho são literalmente transformados no verdadeiro corpo e sangue de Cristo, uma mudança metafísica; eles afirmam que essa mudança é na essência ou substância, não nos acidentes, como eles chamam, mantendo o pão a forma, a textura e o sabor do pão. Essa doutrina é chamada de transubstanciação, aprovada no Concílio de Latrão IV em 1215 e reafirmada no Concílio de Trento no século 16. Durante a Reforma Protestante, surgiram novas interpretações. Lutero rejeitou a doutrina da

transubstanciação, mas defendia a ideia de que o corpo e o sangue de Jesus estão presentes “em, com e sob” o pão e o vinho, mas as moléculas não são transformadas em carne e sangue. Essa doutrina foi chamada mais tarde de consubstanciação. No entendimento dos católicos romanos, o pão e o vinho *são* o corpo e o sangue físico de Cristo; na concepção luterana, o pão e o vinho *contêm* o corpo e o sangue físico. As igrejas reformadas defendem a *presença espiritual* do corpo e do sangue, mas o apóstolo Paulo não fala sobre essa presença na reunião porque Jesus já está presente conosco e principalmente nos cultos (Mt 18.20; 28.20; Jo 14.23). Zwinglio, reformador suíço contemporâneo de Lutero, ensinava que esses elementos são emblemas que representam o corpo e o sangue de Jesus. Na verdade, esses elementos são metafóricos e *representam* o corpo e o sangue de Jesus. A Ceia do Senhor é um momento sublime de relacionamento e comunhão com Jesus.

---

<sup>11</sup> Trata-se de um compêndio de preceitos morais e de instrução sobre a organização das comunidades cristãs sobre diversos assuntos, como batismo, ceia do Senhor, oração, jejum e assim por diante. O texto foi produzido entre os anos 70 e 120, mas, segundo Eusébio de Cesareia, não é obra de nenhum apóstolo (*História eclesiástica*, livro 3.XXV).

# CAPÍTULO 9

*A necessidade e a  
possibilidade de termos  
uma vida santa*

**A** doutrina da santificação pertence em parte à doutrina de Deus e em parte à doutrina da salvação, a soteriologia; é a santidade como atributo divino e a santidade como elemento constituinte da salvação. Deus é absolutamente santo, sua santidade é infinita e inigualável, Ele é santo em Si mesmo, em sua essência e natureza; no entanto, está escrito: “Santos sereis, porque eu, o SENHOR, vosso Deus, sou santo” (Lv 19.2). Essa passagem é citada no Novo Testamento (1 Pe 1.16). Deus exige santidade de seu povo porque Ele é santo. Temos aqui a santidade em Deus e nas pessoas; isso explica a dúbia classificação, apesar de haver enorme e incomparável diferença entre a santidade de Deus e a santidade do ser humano.

# SANTIDADE COMO ATRIBUTO DIVINO

A santidade é uma das perfeições de Deus conhecidas como atributos morais ou transitivos, pois há nos humanos alguma ressonância. Ele é absolutamente santo em natureza e conduta; sua santidade é *sui generis* e se distingue de tudo o que há no universo, porque lhe é próprio, é uma característica inerente ao seu Ser, absoluta e perfeita. É o atributo mais solenizado nas Escrituras. Sua Pessoa é santa: “o nosso Deus é santo” (Sl 99.9); seu nome é santo: “Porque assim diz o Alto e o Sublime, que habita na eternidade e cujo nome é Santo” (Is 57.15); sua morada é santa: “Olha desde a tua santa habitação, desde o céu” (Dt 26.15); Cale-se, toda a carne, diante do SENHOR, porque ele despertou na sua santa morada” (Zc 2.13); santo é o seu templo: “Mas o SENHOR está no seu santo templo” (Hc 2.20); sua promessa é santa: “Porque se lembrou da sua santa palavra” (Sl 105.42).

A conclusão de tudo isso é: “Não há santo como é o SENHOR” (1 Sm 2.2); “Ó SENHOR, quem é como tu entre os deuses? Quem é como tu, glorificado em santidade, terrível em louvores” (Êx 15.11); “E clamavam uns para os outros, dizendo: Santo, Santo, Santo é o SENHOR dos Exércitos; toda a terra está cheia da sua glória” (Is 6.3); “E os quatro animais tinham, cada um, respectivamente, seis asas e, ao redor e por dentro, estavam cheios de olhos; e não descansam nem de dia nem de noite, dizendo: Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-poderoso, que era, e que é, e que há de vir” (Ap 4.8); “Quem te não temerá, ó Senhor, e não magnificará o teu nome? Porque só tu és santo; por isso, todas as nações virão e se prostrarão diante de ti, porque os teus juízos são manifestos” (Ap 15.4). Isso é ensinado ao longo das páginas da

Bíblia; não se trata apenas de um dos seus atributos comunicáveis, mas de algo fundamental a tudo o que se refere a Deus. Sua santidade é em majestade e transcendência; Ele é separado e acima de todos os povos e muito distante de tudo o que é pecaminoso.

# DEFININDO OS TERMOS

A raiz do verbo hebraico *qādash* e seus termos derivados como substantivo e adjetivo têm um significado amplo, e não é possível descrevê-los por causa da escassez do espaço. Os dicionários e léxicos da língua hebraica ocupam muitas páginas para descrever e explicar esses termos. O significado básico de *qādash* é “ser santo, ser santificado, santificar, ser posto à parte” (Êx 29.21). O adjetivo *qādôsh*, “santo”, designa o próprio Deus: “Santo, Santo, Santo é o SENHOR dos Exércitos” (Is 6.3). Isso diz respeito à santidade como pureza ética. O equivalente grego é *hágios*: “Quem não te temerá, Senhor, e quem não glorificará o teu nome? pois só tu és santo” (Ap 15.4). Deus é santo em si mesmo completamente separado de tudo o que comum e impuro ou pecaminoso: “Porque assim diz o Alto e o Sublime, que habita na eternidade e cujo nome é Santo: Em um alto e santo lugar habito e também com o contrito e abatido de espírito, para vivificar o espírito dos abatidos e para vivificar o coração dos contritos” (Is 57.15). A revelação aqui mostra um Deus transcendente e imanente. Ele é exaltado e elevado das nações e habita na eternidade do tempo e do espaço, e seu nome, natureza e caráter é Santo [*qādôsh*]. Isso é transcendência. Mas habita também com o contrito e abatido para vivificar o pecador abatido de espírito e contrito de coração. É a graça salvadora de Deus para todas as pessoas (Tt 2.11).

A etimologia da raiz de *qādash* é ainda incerta; parece ser uma combinação que indica “queimar no fogo”, uma referência à oferta queimada, ou “brilho, brilhante”, especificamente divino, como no substantivo

“sanidade”, *qōdesh*: “Quem é semelhante a ti, glorioso em santidade, terrível em louvores, operando maravilhas? (Êx 15.11 – TB), mas a ideia básica é de “separar, retirar do uso comum”. A natureza essencial do substantivo *qōdesh* pertence ao domínio do sagrado; a ideia é de santidade, que distingue daquilo que é comum ou profano: “para fazer diferença entre o santo e o profano e entre o imundo e o limpo” (Lv 10.10); “e profanam as minhas coisas santas; entre o santo e o profano não fazem diferença, nem discernem o impuro do puro” (Ez 22.26); “E a meu povo ensinarão a distinguir entre o santo e o profano e o farão discernir entre o impuro e o puro” (Ez 44.23).

Mas “*qādôsh*, que significa santo, era uma palavra cananeia antes de se tornar uma palavra hebraica. Na religião cananeia essa palavra não tinha um sentido ético especial. Os sacerdotes e sacerdotisas eram chamados de *qādôsh* no sentido de serem devotados a um deus ou deusa, mas não no sentido de pureza ética. Eles, na verdade, eram impuros, como as deidades. A prostituição sagrada fazia parte de suas práticas religiosas” (CULVER, 2012, p. 146). Isso esclarece o uso do termo *qādēsh* e do feminino *qedēshâ*, “consagrado a/consagrada a”, que se aplicava a homens e mulheres consagrados aos santuários pagãos e se traduz também como “prostituto/prostituta cultual, sodomita, rameira” devido à licenciosidade da adoração aos deuses cananeus. Era o culto à fertilidade. Na cultura pagã, não havia aí conotação moral, nem bom nem mal, apesar de se tratar de uma prática repugnante aos olhos de Deus.

A palavra *qedēshâ* e o termo masculino *qādēsh* são traduzidos por

“rameira” e “sodomita”, respectivamente: “Não haverá rameira dentre as filhas de Israel; nem haverá sodomita dentre os filhos de Israel” (Dt 23.17). Dizem respeito à chamada “prostituição sagrada” ou “cultural”. Aqui se refere à proibição de os filhos de Israel participarem dos rituais de fertilização prática dedicada a certos deuses dos cananeus (Jz 8.33). A palavra *qādēsh* é também traduzida por “rapazes escandalosos” (1Rs 14.24; 15.12) ou “sodomitas” (TB), ou ainda “prostitutos-cultuais” (ARA) e também por “prostituto sagrado” (NVI).

O verbo hebraico *zānāh*, “cometer fornicação, praticar prostituição”, designa primariamente um relacionamento sexual fora de uma união formal, uma relação sexual irregular e ilegal entre um homem e uma mulher. O particípio do verbo *zānāh* é *zonāh*, “prostituta, meretriz”, e se refere à mulher que se entrega a tal prática, à mulher que recebe pagamento por favores sexuais (Pv 6.26; Ez 16.31, 33, 34). Essa palavra se aplica à Raabe (Jo 2.1; 6.17) e à mãe de Jefté (Jz 11.1), entre outras. Esse mesmo termo é usado para a nora de Judá (Gn 38.15), mas, logo adiante, ela é identificada como *qedēshâ* (Gn 38.21, 22). A Septuaginta traduziu *zonāh* (Gn 38.15) e *qedēshâ* em Gênesis 38.21, 22, por *pornē*, “prostituta, meretriz”, a mesma palavra usada para Raabe no Novo Testamento (Hb 11.31; Tg 2.25). A referência à rameira e ao sodomita é no sentido cultural; a raiz da palavra hebraica é a mesma, mas esses pagãos eram consagrados ou dedicados à imundícia, à prostituição cúltica e à idolatria, e não à santidade.

A Septuaginta emprega os vocábulos *hagiazō*, “santificar”, *hagiasmós*, “santificação”, e *hágios*, “santo”, que são os termos mais usados no Novo

Testamento com o mesmo sentido. A influência da Septuaginta nos escritores do Novo Testamento foi determinante, servindo de ponte linguística e teológica entre o hebraico do Antigo Testamento e o grego do Novo. Os apóstolos encontraram nela uma fonte de conceitos e termos teológicos para expressar o conteúdo e o pensamento cristão.

# A NECESSIDADE DE UMA VIDA SANTA

Os deuses da mitologia greco-romana apresentavam os mesmos vícios e as mesmas características dos homens – ódio, inveja, ciúme, imperfeições – e além disso cometem prostituição, comem, bebem etc. Os deuses do paganismo antigo eram tão imorais quanto os seus adoradores. O caráter e a atividade das pessoas eram iguais aos dos deuses que eles serviam. Elas se comportavam como seus deuses sem temê-los. De modo, que é dedicado a eles, pois que praticam as mesmas coisas. Isso transmite a ideia de legitimidade às pessoas sobre as mesmas práticas dos deuses. Resumindo, as pessoas têm o direito de fazer tudo os que os deuses fazem. É exatamente isso o que se vê na sociedade greco-romana.

Mas com o verdadeiro Deus revelado nas Escrituras as coisas são diferentes. O seu caráter é puro e santo por natureza, completamente isento de pecado, portanto, e todos os que pertencem a ele precisam igualmente de pureza e santidade: “Os deuses do paganismo antigo eram tão imorais quanto os seus adoradores” (Lv 19.2); “Santificai-vos e sede santos, pois eu sou o SENHOR, vosso Deus” (Lv 20.7). Essa exortação não se restringe aos filhos de Israel, pois ela reaparece no Novo Testamento ensinando aos cristãos a necessidade de uma vida santa: “Mas, como é santo aquele que vos chamou, sede vós também santos em toda a vossa maneira de viver, porquanto escrito está: Sede santos, porque eu sou santo” (1 Pe 1.15, 16).

Quando Deus introduz os dez mandamentos com as palavras “Eu sou o SENHOR, teu Deus” (Êx 20.2), está se referindo ao resgate dos israelitas da terra do Egito, à grande libertação das garras de Faraó. Esta redenção é o tema

do livro de Êxodo. A “casa da servidão” é o símbolo da opressão social. Quem paga o preço do resgate tem o direito legal de posse. A santificação dos filhos de Israel era uma exigência porque eles pertencem a um Deus que é santo em Si mesmo e também porque Ele os resgatou.

A Igreja é agraciada com a mesma bênção e herança de Israel. Dentre todos os povos da terra, Deus separou os israelitas para serem nação santa: “E ser-me-eis santos, porque eu, o SENHOR, sou santo e separei-vos dos povos, para serdes meus” (Lv 20.26); “Porque povo santo és ao SENHOR, teu Deus; o SENHOR, teu Deus, te escolheu, para que lhe fosses o seu povo próprio, de todos os povos que sobre a terra há” (Dt 7.6); “Porque és povo santo ao SENHOR, teu Deus, e o SENHOR te escolheu de todos os povos que há sobre a face da terra, para lhe seres o seu povo próprio” (Dt 14.2). Esse chamado à santidade se fundamentava no fato de agora ter se tornado possessão de Deus, que é santo, e por isso os israelitas deviam estar separados de tudo aquilo que é profano ou comum, tudo o que contamina; Ele exige santidade do seu povo (Lv 11.44, 45).

A Bíblia ensina que as bênçãos de Israel são equivalentes às da Igreja. Há certa correspondência entre o chamado de Israel e o da Igreja, pois os mesmos três privilégios de Israel – “propriedade peculiar”, “reino sacerdotal e povo santo” (Êx 19. 5, 6) – são também concedidos à Igreja: “Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anuncieis as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” (1 Pe 2.9). O compromisso de santidade dos israelitas é o mesmo dos cristãos, pois Israel foi resgatado do Egito, da casa da servidão, e nós fomos libertados do poder das trevas. É assim que pertencemos a Cristo e devemos viver em santidade.

Há certa correspondência entre o padrão das antigas nações cananeias e também dos diversos povos pagãos da Antiguidade com a sociedade atual. O estilo de vida da Antiguidade e o de hoje mantêm os mesmos princípios, como o desprezo pelos valores cristãos. A idolatria é a manifestação pública da infidelidade a Deus, comparada ao adultério e a diversas formas de prostituição (Ap 2.20). O povo de Deus em todas as épocas precisa se afastar dessas coisas, e não somente isso, mas também combater essas práticas com a pregação do evangelho. Aí estava a diferença entre as nações cananeias e a nação de Israel (Lv 11.44) e entre os cristãos e o mundo (Rm 12.1, 2; Fp 2.15). E isso vale para os nossos dias.

# MODOS DE SANTIFICAÇÃO

A santificação apresenta três estágios ou aspectos na vida do cristão: começo, desenvolvimento e conclusão; passado, presente e futuro; instantânea, progressiva e completa. O pecador é santificado no ato de sua conversão a Cristo; ela é imediata e coloca o convertido na posição de filho de Deus (Hb 3.1) e de posicionalmente santo: “mas haveis sido lavados, mas haveis sido santificados, mas haveis sido justificados em nome do Senhor Jesus e pelo Espírito do nosso Deus” (1 Co 6.11). Essa santificação é chamada de passada ou posicional e foi realizada por Cristo (Jo 17.17; Hb 10.10). É posicional por causa da mudança de pecador para santo ou santificado (At 26.18; 1 Co 1.2). Essa mudança moral coincide com a regeneração (Tt 3.5). É a santificação definitiva em que o pecador rompe de uma vez por todas o seu relacionamento com o pecado e assume um novo relacionamento com o Senhor Jesus (Rm 6.1, 2, 18; 1 Pe 2.24). É uma santificação que não se baseia no que fazemos ou no que devemos fazer, mas tem consequência na nossa vida; é uma ação do Deus trino (1 Pe 1.2).

A santificação presente é progressiva, também conhecida como santificação real, (Pv 4.18) e continua em desenvolvimento (Hb 12.14). Apesar do seu caráter instantâneo, não significa que seja estagnada; ela se desenvolve na vida cristã: “Mas todos nós, com cara descoberta, refletindo, como um espelho, a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória, na mesma imagem, como pelo Espírito do Senhor” (2 Co 3.18). Gradualmente o cristão vai se tornando cada vez mais semelhante a Cristo (Fp 3.13, 14; Cl 3.10). À medida que o crente em Jesus se afasta do pecado, mais ele se aproxima de Deus: “Deixemos todo o embaraço e o pecado que tão de perto

nos rodeia e corramos, com paciência, a carreira que nos está proposta, olhando para Jesus, autor e consumidor da fé” (Hb 12.1, 2). A expectativa revelada no Novo Testamento é no sentido de que cada crente aumente a santificação durante o curso da vida.

A santificação presente não é ainda completa e perfeita porque o cristão não está totalmente isento do pecado: “Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e não há verdade em nós” (1 Jo 1.8). Por maior que seja o grau de santidade, ela nunca será plena enquanto estivermos neste corpo mortal (Rm 6.12, 13). Mas o terceiro estágio da santificação, a santificação futura e completa (1 Co 15.49; 2 Co 7.1; 1 Ts 5.23), será quando Senhor vier; Ele mesmo “transformará o nosso corpo abatido, para ser conforme o seu corpo glorioso, segundo o seu eficaz poder de sujeitar também a si todas as coisas” (Fp 3.21). É a glorificação dos salvos (Rm 8.30), uma promessa de transformação futura de nosso corpo mortal (1 Co 15.43).

# CAPÍTULO 10

## *As manifestações do Espírito Santo*

O batismo no Espírito Santo, ter alguém o Espírito, os dons do Espírito Santo ou dons espirituais, os dons ministeriais, todos procedem de uma mesma fonte, o Deus trino e uno, mas se trata de manifestações distintas do poder de Deus. A conceituação ou definição de cada operação do Espírito distingue os pentecostais dos demais cristãos evangélicos. Tudo isso são capacitações especiais e sobrenaturais concedidas pelo Espírito de Deus ao crente para serviço especial na execução dos propósitos divinos por meio da Igreja. O presente estudo, apesar do seu tom apologético, pretende esclarecer as principais manifestações do Espírito Santo na vida da Igreja, no sentido coletivo, e na vida pessoal do cristão.

# O BATISMO NO ESPÍRITO SANTO

O batismo no Espírito Santo é um revestimento sobrenatural do poder do Espírito de Deus que o cristão recebe em sua vida, como promessa feita por Cristo antes da sua ascensão (Lc 24.49). Jesus disse: “Mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria, e até aos confins da terra” (At 1.8). O batismo é para o crente ter poder para testificar de Jesus e glorificá-lo com ousadia (At 4.31; Jo 16.14). O revestimento de poder tem sido a força propulsora da Igreja, não só naqueles dias, mas em todas as eras da história da Igreja. O batismo no Espírito Santo se constitui num revestimento de poder que vem do alto e nos capacita a falar em outras línguas, e esse fenômeno é o sinal inicial e visível do batismo no Espírito Santo (At 2.4; 10.44-46; 19.6).

O batismo no Espírito é uma promessa para a Igreja em todos os lugares e em todas as eras, independentemente da capacidade intelectual, emocional e espiritual: “E recebereis o dom do Espírito Santo; porque a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão longe: a tantos quantos Deus nosso Senhor chamar” (At 2.39). O derramamento do Espírito Santo foi prometido para os últimos dias (Jl 2.28-32; At 2.16-21) e não tem prazo de validade enquanto a Igreja estiver na terra. O Senhor Jesus Cristo é o mesmo (Hb 13.8), e a sua Igreja é a mesma (Mt 28.20). Assim, estamos ainda na mesma dispensação — a Dispensação da Graça. Há evangélicos chamados tradicionais que não criticam os pentecostais; há os que creem, mas têm um conceito diferente das manifestações das línguas; e há também os que admitem que esse fenômeno ocorreu apenas na era apostólica.

O livro de Atos dos Apóstolos termina deixando o apóstolo Paulo em prisão domiciliar em Roma (At 28.30). O leitor pode observar que a narrativa foi cortada bruscamente. Não apresenta o fim do ministério de Paulo. Isso revela que a jornada da Igreja ainda não terminou. Marcos 16.20 mostra que os discípulos partiram por toda a parte pregando a Palavra de Deus, com os sinais que se seguiram. Essa Igreja, que começou ali a sua marcha histórica, continua ainda hoje sua jornada, com os mesmos sinais; eles não cessaram. Só em Apocalipse é que encontramos o final gloriosos da jornada da Igreja.

A liturgia da maioria das igrejas pentecostais está muito próxima do padrão que vemos nos tempos apostólicos: “Que fareis, pois, irmãos? Quando vos ajuntais, cada um de vós tem salmo, tem doutrina, tem revelação, tem língua, tem interpretação. Faça-se tudo para edificação” (1 Co 14.26). Era comum em Corinto a manifestação de profecias, curas, milagres e ações sobrenaturais do Espírito Santo. Isso está muito claro nos ensinamentos de 1 Coríntios 12 a 14.

É comum a citação de Atos 2.4, 8 para provar que as línguas são inteligíveis, ou seja, línguas estrangeiras. Sabemos que os peregrinos de Jerusalém, no dia de Pentecostes, entenderam a mensagem dos discípulos ao vir sobre eles o Espírito Santo; mas as línguas não eram terrenas. O milagre não foi simplesmente o fato de os apóstolos as falarem, mas também de os peregrinos as entenderem (At 2.8). Os 120 discípulos glorificavam a Deus, anunciavam as grandezas de Deus, e os de fora os ouviam na sua própria língua. Deus capacitou os peregrinos para entenderem a mensagem, assim como operou através do seu Espírito nos discípulos para falarem em línguas. Como sabemos que as línguas são estranhas, e não estrangeiras? O apóstolo Paulo disse: “Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse caridade, seria como o metal que soa ou como sino que tine” (1 Co

13.1). Ele introduz o capítulo 13 falando a respeito das línguas dos homens; incluem-se aqui as línguas estrangeiras, e as línguas dos anjos, as línguas estranhas, ou as novas línguas (Mc 16.17). Paulo disse que o homem não entende essas línguas, pois são ininteligíveis: “Porque o que fala línguas estranhas não fala aos homens, senão a Deus, porque ninguém o entende, e em espírito fala de mistérios” (1 Co 14.2).

# DEFENDENDO A DOCTRINA PENTECOSTAL

Há seitas, como as testemunhas de Jeová, ensinam que é o espírito de Satanás que habilita os crentes a falar línguas. Admitem ser um poder sobrenatural, mas o atribuem ao Maligno. Os fariseus também chegaram a uma conclusão semelhante com respeito à Pessoa de Jesus (Mt 12.22-32; Mc 3.22-30; Lc 11.14-23). Jesus operou uma obra maravilhosa pelo poder do Espírito Santo. Os opositores de Jesus viram que tal obra fugia ao poder humano e só podia ser um poder sobrenatural, e assim atribuíram este poder a Belzebu. Jesus apresentou todas as credenciais do Messias de Israel: seu poder, seus ensinamentos, seu sistema doutrinário, seu *modus vivendi*, um padrão de conduta moral perfeito e belo, jamais vivido por um ser humano. Nasceu e viveu conforme a lei (Mt 5.17; Gl 4.4). Mesmo assim, os fariseus atribuíram a Belzebu uma obra que Jesus fez pelo poder do Espírito Santo.

Em nossos dias, as coisas não são diferentes. Alguns movimentos religiosos nos comparam com os espíritas, os mórmons e demais pagãos. Essa comparação é perigosa e ao mesmo tempo uma atitude preconceituosa e sem base bíblica. Duvidar da fonte das línguas manifestas entre os pagãos, mórmons e espíritas é uma coisa, pois os espíritas não creem na Bíblia, rejeitam o sacrifício de Cristo, acreditam em reencarnação e praticam a necromancia, coisas que contrariam os princípios bíblicos. Os mórmons têm um credo doutrinário peculiar. Dizem que creem na Bíblia, mas na prática seguem o Livro Mórmon, rejeitando as doutrinas cristológicas ensinadas no Livro Sagrado. Os pagãos não têm a Bíblia nem Cristo. Como é possível o Espírito Santo de Deus operar nessas reuniões? O próprio sistema com suas

crenças está fora do padrão da Palavra de Deus. O Espírito Santo não opera onde se contraria a Bíblia. O sistema pentecostal difere de tudo isso.

Nós temos a Bíblia como a única regra de fé e prática. Cremos na sua inspiração e autenticidade. Professamos a nossa fé na Trindade, num Deus trino e uno, na concepção e no nascimento virginal de Jesus, que morreu pelos nossos pecados e ressuscitou para a nossa ressurreição. Defendemos os mesmos pontos cardiais da fé cristã ensinados pelos reformadores. Duvidar do espírito que opera entre nós é um insulto. A blasfêmia contra o Espírito Santo se constitui nisto: os fariseus atribuíram a Belzebu uma obra que Jesus realizou pelo Espírito Santo. Isso significa que a blasfêmia contra o Espírito Santo consiste em atribuir a Satanás uma operação do Espírito Santo. O Senhor Jesus fez esse duro pronunciamento aos líderes religiosos, e não à população ignorante no tocante às coisas de Deus, por isso Ele concluiu: “Portanto, eu vos digo: todo pecado e blasfêmia se perdoará aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito não será perdoada aos homens. E, se qualquer disser alguma palavra contra o Filho do Homem, ser-lhe-á perdoado, mas, se alguém falar contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem neste século nem no futuro” (Mt 12.31, 32).

# OS DONS DO ESPÍRITO SANTO

Os dons do Espírito Santo são capacitações especiais e sobrenaturais que o Espírito concede aos crentes em Jesus a realização dos propósitos divinos por meio da Igreja. São uma demonstração do poder de Deus perante o mundo, para a edificação interna da vida da Igreja, para conforto e crescimento espiritual. O apóstolo Paulo introduz o assunto usando o termo grego *tōn pneumatikōn*, “coisas do espirituais” (1 Co 12.1), e mais adiante ele chama essas “coisas espirituais” de *chárisma*, “dom” (v. 4). São os dons espirituais.

## Os grupos de dons

São três classes dessas manifestações revelando a atuação da santíssima Trindade: diversidade de dons, atribuídos ao Espírito Santo (v. 4), diversidade de ministérios, em relação ao Filho (v. 5), e diversidade de operações, que vem do Pai (v. 6). Os dons espirituais não tornam as pessoas mais espirituais que as outras, nem as tornam melhores ou superiores a outros crentes. Os dons são concessões da graça do Espírito conforme a medida de fé de cada um (Rm 12.6). Não para exibição ou superioridade particular no seio da Igreja, a manifestação “é dada a cada um para o que for útil” (1 Co 12.7), e isso conforme a vontade do Espírito Santo: “Mas um só e o mesmo Espírito opera todas essas coisas, repartindo particularmente a cada um como quer” (1 Co 12.11).

Depois de revelar sua fonte e natureza, o texto apresenta uma lista de nove dons: “Porque a um, pelo Espírito, é dada a palavra da sabedoria; e a outro,

pelo mesmo Espírito, a palavra da ciência; e a outro, pelo mesmo Espírito, a fé; e a outro, pelo mesmo Espírito, os dons de curar; e a outro, a operação de maravilhas; e a outro, a profecia; e a outro, o dom de discernir os espíritos; e a outro, a variedade de línguas; e a outro, a interpretação das línguas” (vv. 8-10). Eles são geralmente classificados em três grupos de três, por exemplo: **1) dons de revelação:** palavra da sabedoria, palavra da ciência e o discernimento dos espíritos; **2) dons de poder:** fé, dons de curar e operação de maravilhas; **3) dons de inspiração:** profecia, variedade de línguas e interpretação de línguas. Mas essa classificação e outras similares são meramente didáticas. Parece haver uma divisão funcional do próprio apóstolo, pois ele usa duas vezes o pronome grego *héteros*, “outro”, mas de um tipo diferente, e isso mostra três categorias de dons na sequência dois, cinco e dois que Stanley M. Horton, citando David Lim, chama de **dons de ensino (pregação)**, os dois primeiros; **dons de ministério**, para a Igreja e para o mundo; e os últimos dois são os **dons de adoração** (HORTON, 1996, pp. 472, 473). A *Declaração de Fé*, no capítulo XX, define e esclarece a função de cada um desses dons. Na outra lista dos dons espirituais: “E a uns pôs Deus na igreja, primeiramente, apóstolos, em segundo lugar, profetas, em terceiro, doutores, depois, milagres, depois, dons de curar, socorros, governos, variedades de línguas” (1 Co 12.28). Os primeiros três são ministérios (Ef 4.11), e os demais são dons gratuitos; alguns deles são repetição da lista anterior, como “milagres”, que se referem aos dons de operação de maravilhas, além dos “dons de curar” e do dom de “variedades de línguas”.

O apóstolo Paulo apresenta ainda outra lista dos dons espirituais: “De modo que, tendo diferentes dons, segundo a graça que nos é dada: se é profecia, seja

ela segundo a medida da fé; se é ministério, seja em ministrar; se é ensinar, haja dedicação ao ensino; ou o que exorta, use esse dom em exortar; o que reparte, faça-o com liberalidade; o que preside, com cuidado; o que exercita misericórdia, com alegria” (Rm 12.6-8). Aqui estão sete dons: profecia, ministério, ensino, exortação, o dom de repartir (contribuição), liderança (presidir) e misericórdia. O de profecia é comum às listas anteriores. O de ensino parece ser o mesmo de “doutores” (1 Co 12.28) ou “mestres” (ARA). Não existe no Novo Testamento uma lista completa ou exaustiva dons espirituais. Eles são muitos e não há como delimitar seu número. O apóstolo Paulo inclui ainda entre os dons espirituais o celibato (1 Co 7.7) e os dons ministeriais (Ef 4.11).

# CAPÍTULO 11

## A segunda vinda de Cristo

**E**scatologia é a doutrina das últimas coisas. O termo vem de dois vocábulos gregos: *éskhatos*, “último”, e *logos*, “palavra, tratado, estudo”. A segunda vinda de Cristo é parte da escatologia, uma doutrina da teologia de fundamental importância na vida cristã porque envolve a esperança dos crentes em Jesus. O assunto envolve os sinais que precederão a vinda de Cristo, o próprio evento em si, a ressurreição dos mortos, o juízo divino sobre as nações incrédulas, o destino glorioso dos crentes e a recompensa dos infiéis.

Todas as profecias do Antigo Testamento concernentes à vida do Messias se cumpriram cabalmente em Jesus (Lc 24.44). Os profetas anunciaram também de antemão o destino de Israel e dos grandes impérios da Antiguidade, como Assíria, Babilônia, Grécia, Roma; tais oráculos se cumpriram no passado, e outros se cumprem na atualidade. A história é testemunha disso. Os fatos estão aí à disposição de todos. Os eventos do porvir elencados na doutrina

escatológica são a consumação da história humana. O livro de Apocalipse é a revelação do epílogo da história da humanidade. O cumprimento das profecias bíblicas na Antiguidade e ao longo da história é igualmente a garantia do cumprimento das coisas futuras.

# SINAIS QUE PRECEDERÃO A SEGUNDA VINDA DE CRISTO

Nenhum dos seres humanos nem mesmo os anjos têm conhecimento da data da vinda de Cristo. Mas o Senhor Jesus deixou sinais claros e evidentes, positivos e negativos que nos mostram que esse evento está próximo. O Senhor Jesus chama nossa atenção para a Israel na parábola da figueira: “Olhai para a figueira e para todas as árvores. Quando já começam a brotar, vós sabeis por vós mesmos, vendo-as, que perto está já o verão. Assim também vós, quando virdes acontecer essas coisas, sabeis que o Reino de Deus está perto” (Lc 21.29-31). A “figueira” é Israel (Jr 8.13; Os 9.10; Jl 1.7) e as outras “árvores” são uma referência às outras nações. A restauração da nação de Israel dar-se-á em duas etapas, conforme as profecias bíblicas. A restauração nacional de Israel como nação autônoma já aconteceu desde 29 de novembro de 1947, quando a primeira assembleia geral das Nações Unidas aprovou a criação de um estado judeu em *Éretz* Israel. Muitas profecias bíblicas se cumpriram, entre elas Amós 9.14-15 e Ezequiel 36.24; 37.21. O renascimento do Estado de Israel é um sinal evidente de que vinda de Jesus está próxima.

Os sinais positivos são diversos, entre eles a agitação mundial e o avanço da ciência (Dn 12.4), e a efusão do Espírito Santo como nunca depois do dia de Pentecostes. Os pentecostais juntamente com os neopentecostais já são o segundo maior grupo cristão. A palavra profética anuncia esse acontecimento para os últimos dias (Jo 2.28-32; At 2.16-21). A obra da evangelização mundial é um fenômeno cada vez mais crescente na atualidade. Nunca houve na história da igreja um despertamento como vem acontecendo nestes últimos dias (Mt 24.14). É bom lembrar que, com os recursos dos meios de

comunicação da atualidade, principalmente a Internet, é possível se evangelizar o mundo em questão de horas. Portanto, ninguém deve dormir nem se acomodar, pois o arrebatamento da igreja pode ocorrer a qualquer momento.

Os sinais negativos são ainda mais visíveis, como o aparecimento de falsos cristos e falsos profetas (Mt 24.5, 11). É verdade que muitos falsos cristos se já levantaram ao longo da história do cristianismo. À medida que a vinda de Cristo se aproxima, o número deles vai aumentando. A quantidade é alarmante. É praticamente impossível apresentar uma lista completa deles. Alguns servirão de exemplos: David Koresh, da Califórnia, sobre o qual a imprensa internacional noticiou recentemente, dizia ser o Cristo e fez vários adeptos. O reverendo Moon também declarou-se ser o Cristo e teve muitos adeptos. Em Curitiba, Inri Cristo declara ser o Cristo. Muitos outros têm declarado ser o Messias. Isso aponta para o sinal dos tempos. Jesus advertiu-nos de antemão sobre estas coisas. O crescimento da apostasia nos últimos anos tem alcançado proporções estarrecedoras. O apóstolo Paulo afirma que a apostasia generalizada é coisa para os últimos tempos (1 Tm 4.1-3; 2 Tm 3.1-5). A crescente violência nas principais capitais do mundo, assim como a expansão do terrorismo e do narcotráfico acontecem nos dias atuais, porque a iniquidade está se multiplicando (Mt 24.12). Estamos vivendo na época do princípio de dores.

Outros sinais negativos visíveis: “Levantará nação contra nação, reino contra reino, e haverá fomes, e pestes, e terremotos, em vários lugares” (Mt 24.6, 7). O v. 5 refere-se aos distúrbios mundiais e a uma crise na política internacional. As guerras no Oriente Médio parecem não ter fim. Testemunhamos a fome generalizada em muitos países, e o avanço de doenças

como a aids e o ebola, entre outras. Trata-se de uma crise de caráter mundial, e não apenas local. É verdade que desde os tempos de Jesus sempre houve guerras, pestilências, fomes, imoralidades etc. Mas o ensino de Jesus consiste no fato de essas coisas irem aumentando e se intensificando dia após dia, à medida que a vinda de Cristo se aproxima, até chegar a um ponto insuportável. Os dias que estamos vivendo, à luz das palavras de Jesus, caracterizam o princípio das dores (Mt 24.8).

O cenário mundial já está pronto para que o apocalipse se cumpra. A palavra “fim” (Mt 24.14) é ambígua e há muitas controvérsias sobre o assunto entre os expositores da Bíblia. Ninguém pode garantir que isso seja o arrebatamento da igreja ou a vinda de Cristo em glória; ela pode aplicar-se aos dois eventos. Há quem afirme que Isaías 66.18, 19 está no contexto de Mateus 24.14. Se isto puder ser confirmado, é possível que a pregação continue durante a Grande Tribulação, pelos 144 mil remanescentes de Israel (Ap 7.1-8), e assim a profecia tenha o seu completo cumprimento.

# CRISTO VOLTARÁ

Há diversas interpretações escatológicas, principalmente sobre a segunda vinda de Cristo. Mas todas elas têm um ponto em comum: Ele virá! Isso é tão certo quanto a sucessão dos dias e das noites (Os 6.3). É algo que não se discute. É uma esperança cristalina nas Escrituras que desde os primeiros pais da Igreja é ensinada e aparece ainda nos credos ecumênicos. A diferença está no *modus operandi*, em como essa promessa divina vai se cumprir. Stanley M. Horton, em sua obra intitulada *Nosso destino*, publicação da CPAD de 1998, apresenta um estudo criterioso e esclarecedor das diversas interpretações sobre o fim dos tempos.

O Antigo Testamento fala sobre a vinda do Messias como homem, na encarnação no Verbo, como servo sofredor, mas revela também a sua vinda em glória. Mas Justino, o Mártir precisou explicar isso aos judeus no século 2 (*Diálogo*, 80.5; 81.14), uma vez que não era do conhecimento de Israel nem de suas autoridades religiosas. Da mesma maneira, a segunda vinda de Cristo em duas fases é uma doutrina genuinamente bíblica; no entanto, isso só veio à tona a partir de 1830, na Escócia. Seus principais expoentes no século 19 foram John Darby e Scofield, na sua *Bíblia Anotada*.

Há passagens nas Escrituras que mostram a repentina vinda de Jesus, rápida e invisível aos olhos humanos; por outro lado, elas também anunciam vinda de Jesus visível a todos os moradores da terra. Isso mostra com clareza meridiana que se trata de dois acontecimentos distintos. O Senhor Jesus Cristo virá em duas etapas distintas. Na primeira, levará os santos ao céu, que é o arrebatamento da Igreja (1 Co 15.51-53; 1 Ts 4.14-17). Esse acontecimento será em fração de segundos, simultâneo no mundo inteiro e invisível aos olhos

dos moradores da terra. Essa é a expectativa e a esperança da Igreja. Jesus prometeu nos buscar (Jo 14.3). Com o arrebatamento da Igreja será estabelecido o império do anticristo, identificado no livro de Apocalipse, capítulo 13, como a besta. Ele é chamado também de “o homem do pecado, o filho da perdição... o iníquo” (2 Ts 2.3, 8). O termo “anticristo” só aparece nas epístolas de João (1 Jo 2.18, 22; 4.3; 2 Jo 7). Essa personagem fará um concerto com Israel depois que a Igreja for raptada da terra. Os detalhes desse período estão em Apocalipse dos capítulos 6 a 19.

Esse período se chama a Grande Tribulação. Terá a duração de sete anos, ou uma semana de anos, e na metade da semana os judeus descobrirão que fizeram acordo com o anticristo. O concerto será rompido na metade da semana (Dn 9.27). Só a partir daí começa o período da angústia de Jacó (Jr 30.7). A cidade de Jerusalém será ainda tomada, por pouco tempo, pois, no final da Grande Tribulação, o Senhor Jesus descera para livrar seu povo (Zc 14.2-4). Por isso que a metade da Grande Tribulação terá a duração de três anos e meio, ou, usando a linguagem bíblica, “um tempo, de tempos e metade de um tempo” (Dn 12.7), que em Apocalipse aparece descrito como “tempos e metade de um tempo” (Ap 12.14) ou ainda “mil duzentos e sessenta dias” (Ap 12.6) e “quarenta e dois meses” (Ap 13.5).

O falso profeta é o porta-voz da besta e ambas as personagens serão lançadas no lago de fogo (Ap 19.20). A Grande Tribulação é o período de transição entre a Dispensação da Igreja e o Milênio. É um período de angústias e sofrimentos sem precedentes na história e será universal. Há quatro passagens clássicas sobre a Grande Tribulação nas Escrituras (Jr 30.7; Dn 12.1; Jl 2.2; Mt 24.21) e a passagem paralela em Marcos 13.19. Este período foi determinado por Deus para fazer justiça contra a rebelião dos

moradores da terra e para preparar a nação de Israel para o encontro com o seu Messias (Am 4.12). Mas haverá pregação do evangelho nesse período. Esses pregadores são os 144 mil judeus que se converterão ao Senhor Jesus no período da Grande Tribulação, que não se contaminarão com as falsas doutrinas (Ap 14.1-5) e que substituirão a igreja na pregação do evangelho: “... primeiro do judeu e também do grego” (Rm 1.16).

Enquanto o cálice da ira de Deus está sendo derramado sobre os moradores da terra, a Igreja é recepcionada pelo Senhor Jesus no céu. Após o arrebatamento da Igreja, os salvos se apresentarão diante do tribunal de Cristo (2 Co 5.10). Esse julgamento é para que cada um receba o seu galardão conforme a obra realizada na terra pela causa do evangelho (1 Co 3.12-15). Haverá outro evento glorioso no céu enquanto a Grande Tribulação acontece na terra: as Bodas do Cordeiro (Ap 19.7). Esta celebração é a festa de recepção da Igreja pelo Senhor Jesus.

Depois disso, o Senhor Jesus virá em glória com a sua Igreja glorificada, os salvos raptados da terra por ocasião do arrebatamento da Igreja (1 Ts 3.13; Jd 14), e todo o olho verá (Mt 24.30; Ap 1.7). Ele voltará da mesma maneira que subiu ao céu na presença dos seus discípulos (At 1.9-11). Essa é a segunda fase da segunda vinda de Cristo para destruir o império do anticristo.

A batalha do Armagedom (Ap 16.16)<sup>12</sup> é o símbolo de todas as batalhas nas quais Deus manifesta o seu poder, quando o seu povo, em condições de inferioridade em efetivo e em equipamento bélico, se vê diante de seus inimigos. É a Batalha Final, a última batalha da história da humanidade do Senhor Jesus Cristo contra Satanás e o seu império representado pelo do anticristo (Ap 19.20). Nesse contexto, está a libertação de Israel (Zc 12.10; 14.8, 9), o conflito decisivo com a interferência direta do Senhor Jesus em

favor de seu povo.

Nessa ocasião, o Senhor Jesus julgará as nações (Mt 25.31, 32). Não se deve confundir esse julgamento com o do Juízo Final mencionado em Apocalipse. Aqui o juízo é sobre todas as nações (Jl 3.12), e não sobre todas as pessoas. As bem-aventuranças citadas aqui são recompensas pelas boas obras; no entanto, ninguém é salvo pelas obras, mas pela graça mediante a fé (Gl 2.16; Ef 2.8). Os irmãos aqui de Jesus são os judeus e, agora, as nações vão receber a recompensa pelo tratamento dado a eles ao longo da história. O Reino preparado desde a fundação do mundo (Mt 25.34) não é o céu, mas o Milênio.

Nessa vinda de Jesus em glória se cumprirá também a promessa de Deus que o anjo Gabriel anunciou a Maria: “E o Senhor Deus lhe dará o trono de Davi, seu pai, e reinará para sempre na casa de Jacó, e o seu reino não terá fim” (Lc 1.32, 33). E, assim, será estabelecido o Milênio, com o lançamento no lago de fogo da besta e do falso profeta (Ap 19.20).

---

<sup>12</sup> O termo “Armagedom” significa literalmente “monde de Megido”, duas palavras hebraicas: *har*, “monte”, e *magidó*, “Megido”. O vale de Megido está no norte de Israel e foi palco de grandes batalhas nos tempos do Antigo Testamento (Jz 5.19), lá morreu o rei Josias na batalha contra Faraó-Neco, rei do Egito (2 Rs 23.29, 30). É nesse local que será realizada a Batalha do Armagedom, a batalha da história de Cristo contra o anticristo e seus seguidores.

# CAPÍTULO 12

## O mundo vindouro

O mundo vindouro é parte da escatologia bíblica, uma doutrina da teologia sistemática. O presente estudo trata do que acontecerá após a vinda do Senhor Jesus em glória, que é a segunda fase da segunda vinda de Cristo, conforme estudado no capítulo anterior. Os eventos que se seguirão a esse retorno de Cristo à terra são o Milênio, a ressurreição dos mortos, o Juízo Final e o destino dos injustos, a Nova Jerusalém e o destino dos justos.

# O MILÊNIO

A palavra “milênio” não aparece no Novo Testamento. O termo vem do latim *mille*, “mil”, e *annus*, “ano”, portanto “mil anos”; é uma referência aos mil anos mencionados em Apocalipse 20.1-7. Esse período tem relação direta com Isaías 11 e Miqueias 4. O período se inicia com a vinda de Cristo em glória, ocasião em que um anjo vai amarrar e prender a Satanás por mil anos (Ap 20.1). Essa prisão impedirá que ele engane as nações (v. 2). É o período da paz universal, o governo de justiça e paz anunciado pelos profetas (Is 2.3-5; 9.7; 11.1-10; 65.20-25; Mq 4.1-5). A sede desse governo é Jerusalém: “E virão muitos povos e dirão: Vinde, subamos ao monte do SENHOR, à casa do Deus de Jacó, para que nos ensine o que concerne aos seus caminhos, e andemos nas suas veredas; porque de Sião sairá a lei, e de Jerusalém, a palavra do SENHOR” (Is 2.3). O poder daquele que causa todos os males e as desgraças estará neutralizado nesse período. É a restauração do reino de Davi em Jerusalém (Am 9.11; Zc 8.20-22).

Sob o governo de Jesus Cristo, haverá saúde nas nações: “E morador nenhum dirá: Enfermo estou; porque o povo que habitar nela será absolvido da sua iniquidade” (Is 33.24). Os cegos, surdos, mudos e paráliticos serão curados (Is 35.5, 6). A morte terá seu efeito reduzido ao máximo (Is 65.20), e a longevidade humana voltará à terra (Is 65.22). A segurança será perfeita, sem assalto, roubo, furto ou violência (Is 65.21-23); as indústrias bélicas serão transformadas em fábricas de instrumentos agrícolas (Is 2.4), e a produção do campo será uma bênção (Am 9.13). Até mesmo entre os animais ferozes e perigosos haverá harmonia (Is 11.6-9; 65.25). Trata-se de um período em que “a terra se encherá do conhecimento do SENHOR, como as

águas cobrem o mar” (Is 11.9), e as orações de seus moradores serão atendidas antes mesmos de concluídas com o “amém” (Is 65.24). Mas ainda não será a consumação dos séculos; será, na verdade, um período probatório até que o plano de Deus seja totalmente concluído, quando o Senhor Jesus, depois de ter o domínio sobre todas as coisas, entregará o Reino ao Pai (1 Co 15.24-28).

A terra virá a ser um paraíso sob o governo de Cristo, e os seus santos reinarão com ele: “E vi tronos; e assentaram-se sobre eles aqueles a quem foi dado o poder de julgar. E vi as almas daqueles que foram degolados pelo testemunho de Jesus e pela palavra de Deus, e que não adoraram a besta nem a sua imagem, e não receberam o sinal na testa nem na mão; e viveram e reinaram com Cristo durante mil anos” (Ap 20.4). Aqui estão incluídos os santos do Antigo Testamento e todos os crentes provenientes da era da Igreja, os quais serão investidos de poder para governar a terra (Ap 2.26, 27; 3.21). Os doze apóstolos governarão sobre as doze tribos de Israel (Mt 19.28; Lc 22.30) juntamente com os santos do Antigo Testamento (Lc 13.28, 29). Integrarão o grupo dos súditos de Cristo os mártires da Grande Tribulação (Ap 6.9-11). “Julgar” ou “julgamento” aparece na Bíblia com o sentido de governar ou governo (1 Sm 4.18; 2 Rs 23.22; 2 Cr 1.11). Esse parece ser o significado aqui.

# O DESTINO DOS INJUSTOS

É sensato imaginar que tudo na vida tem seu lado positivo e seu lado negativo. Assim, como há o bem, há também o mal; como há galardão, há castigo; como há amigos, há inimigos; como há bênção, há maldição; como há verdadeiro, há mentiroso; como há justo, há injusto; como há vida, há morte; assim também, como há céu, há inferno. Como pode um Deus benigno e tão cheio de amor condenar alguém? Os nossos sentimentos ou pensamentos nada têm que ver com os de Deus. Quem contesta o inferno tem opinião contrária à de Deus. A doutrina do inferno, conforme ensina a Bíblia e conforme nós cremos, não neutraliza o amor de Deus, porque não pode haver amor sem justiça (Na 1.3). Deus não tem prazer em condenar ninguém, por isso “quer que todos os homens se salvem e venham ao conhecimento da verdade” (1 Tm 2.4). O profeta Ezequiel diz que Deus não tem prazer na morte do ímpio (Ez 18.23). A prova do amor de Deus está no Calvário: Ele deu o seu Filho Unigênito para que pudéssemos ser salvos (Jo 3.16) e franqueou a todas as pessoas a sua salvação: “Porque a graça de Deus se há manifestado, trazendo salvação a todos os homens” (Tt 2.11); “Mas Deus, não tendo em conta os tempos da ignorância, anuncia agora a todos os homens, e em todo o lugar, que se arrependam” (At 17.30).

Cada pessoa será responsável por seus atos diante de Deus. Trata-se de uma realidade baseada nos princípios básicos da moral. O castigo eterno dos ímpios é uma vindicação da lei e a manifestação da santidade de Deus, pois o pecado não significa apenas um só ato, mas diz respeito a uma condição da alma, a um estado impuro.

O castigo divino é escalonado; cada um recebe de acordo com a sua obra:

“E o servo que soube a vontade do seu senhor e não se aprontou, nem fez conforme a sua vontade, será castigado com muitos açoites. Mas o que a não soube e fez coisas dignas de açoites com poucos açoites será castigado. E a qualquer que muito for dado, muito se lhe pedirá, e ao que muito se lhe confiou, muito mais se lhe pedirá” (Lc 12.47, 48). Jesus disse que haverá menos rigor para Sodoma do que para Cafarnaum (Mt 11.24). O apóstolo Paulo afirma que cada um receberá o castigo conforme a sua obra (Rm 2.5, 6; 2 Tm 4.14).

O destino dos injustos é o inferno ardente, um lugar de suplício eterno dos ímpios. Esse lugar aparece nas Escrituras Sagradas com diversos nomes, tais como: *abismo*, literalmente “lugar sem fundo, insondável, profundez”, a tradução da palavra grega *ábyssos* (Lc 8.31; Ap 9.2-4); *fornalha de fogo*, lugar onde “haverá pranto e ranger de dentes” (Mt 13.50); *trevas exteriores*, outra expressão para designar o inferno como lugar de maldição eterna, e “ali, haverá pranto e ranger de dentes” (Mt 22.13); *fogo eterno* (Mt 25.41); *tormento eterno* (Mt 25.46) ou “suplício eterno” (TB); *vergonha e desprezo eterno* (Dn 12.2).

A palavra “inferno” vem do latim *infernus*, que significa “lugar inferior”. Foi usada por Jerônimo, na Vulgata Latina, para traduzir do hebraico a palavra *she'ól*, no Antigo Testamento que significa, “o mundo invisível” (Sl 89.48) e o seu equivalente grego na Septuaginta e no Novo Testamento é a palavra *hadēs*. O “Hades é a região dos mortos” (Lc 16.23-, 24). Jerônimo translitera

os termos *geenna* (Mt 5.22, 29, 30) e *tártaro* (2 Pe 2.4). *Geena* é o inferno, o lago de fogo apocalíptico (Ap 19.20; 20.10, 14, 15). *Tártaro* significa “lançar ao inferno; prender no inferno”.

# A RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

A morte é uma das consequências primárias do pecado, sua punição e castigo. Por essa razão, o mundo inteiro tem de experimentar esse terrível golpe: “Aos homens está ordenado morrerem uma vez, vindo, depois disso, o juízo” (Hb 9.27). Esse é o resultado do pecado original de Adão (Rm 5.12, 17). A morte é inevitável, mas temos promessas de Deus, desde o Antigo Testamento, da nossa libertação desse veredicto: “Deus remirá a minha alma do poder da sepultura, pois me receberá” (Sl 49.15). A ressurreição de Jesus é a garantia de que seremos ressuscitados. O nosso Salvador é vivo. Jesus disse: “Porque eu vivo, e vós vivereis” (Jo 14.19). O apóstolo Paulo ensina que: “Se cremos que Jesus morreu e ressuscitou, assim também aos que em Jesus dormem Deus os tornará a trazer com ele” (1 Ts 4.14), e isso vincula a nossa ressurreição à de Cristo.

O verbo grego mais usado para “ressuscitar”, no Novo Testamento, é *egeiro*, “despertar, levantar” e o segundo, *anístēmi*, “levantar, levantar-se, ressuscitar”. O substantivo é *anástasis*, “ressurreição”; de *aná*, “acima”, e *hístēmi*, “pôr em pé”. Ressuscitar, portanto, significa “levantar dentre os mortos”, isso é voltar a viver no mesmo corpo, em uma ressurreição corporal: “Aquele que dos mortos ressuscitou a Cristo também vivificará o vosso corpo mortal, pelo seu Espírito que em vós habita” (Rm 8.11).

A Bíblia fala em duas ressurreições – a dos justos e dos injustos: “E muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna e outros para vergonha e desprezo eterno” (Dn 12.2); “Não vos maravilheis disso, porque vem a hora em que todos os que estão nos sepulcros ouvirão a sua voz.

E os que fizeram o bem sairão para a ressurreição da vida; e os que fizeram o mal, para a ressurreição da condenação” (Jo 5.28, 29); “Há de haver ressurreição de mortos, tanto dos justos como dos injustos” (At 24.15). A ressurreição dos justos se dará por ocasião do arrebatamento da Igreja: “Porque o mesmo Senhor descera do céu com alarido, e com voz de arcanjo, e com a trombeta de Deus; e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro; depois, nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles nas nuvens, a encontrar o Senhor nos ares, e assim estaremos sempre com o Senhor” (1 Ts 4.16, 17). A ressurreição dos santos é também conhecida como primeira ressurreição (Ap 20.5, 6). Ela inclui ainda a ressurreição dos salvos que foram mortos por causa do testemunho que deram de Jesus no período da Grande Tribulação (Ap 20.4). Na linguagem do profeta Daniel e até mesmo na do Senhor Jesus Cristo e do apóstolo Paulo, parece ser simultânea a ressurreição dos justos e injustos. Mas o contexto mostra que se trata de duas ressurreições num intervalo de mais de mil anos entre elas. Isso só vai acontecer depois do Milênio: “Mas os outros mortos não reviveram, até que os mil anos se acabaram” (Ap 20.5). Essa ressurreição é para o Juízo Final e inclui todos os incrédulos desde o princípio do mundo (Ap 20.12, 13).

# O JUÍZO FINAL

O Juízo Final é conhecido também como o Juízo do Grande Trono Branco e aparece no Novo Testamento como “o dia do juízo” (Mt 11.22, 24; 12.36; 2 Pe 3.7) ou, simplesmente, “o juízo” (Hb 9.27). O Juiz é o Senhor Jesus Cristo: “O Pai a ninguém julga, mas deu ao Filho todo o juízo” (Jo 5.22). Assim, Deus executará esse juízo por meio de Jesus Cristo (At 10.42; 2 Tm 4.1).

11 E vi um grande trono branco e o que estava assentado sobre ele, de cuja presença fugiu a terra e o céu, e não se achou lugar para eles. 12 E vi os mortos, grandes e pequenos, que estavam diante do trono, e abriram-se os livros. E abriu-se outro livro, que é o da vida. E os mortos foram julgados pelas coisas que estavam escritas nos livros, segundo as suas obras. 13 E deu o mar os mortos que nele havia; e a morte e o inferno deram os mortos que neles havia; e foram julgados cada um segundo as suas obras. 14 E a morte e o inferno foram lançados no lago de fogo. Esta é a segunda morte. 15 E aquele que não foi achado escrito no livro da vida foi lançado no lago de fogo (Ap 20.11-15).

Esse julgamento não é o mesmo mencionado pelo Senhor Jesus em Mateus 25.31-46, pois Ele estava falando a respeito do julgamento das nações, no vale de Josafá, em Jerusalém, no final da Grande Tribulação (Is 3.13; Jo 3.12). O juízo aqui não é em Jerusalém: “de cuja presença fugiu a terra e o céu, e não se achou lugar para eles” (v. 11), não será na terra; e se trata de pessoas individuais (vv. 12, 13), não de nações; não há presença de vivos, mas somente mortos; nem há menção de salvos, só de condenados (v. 15). Não é o que ocorre no julgamento das nações.

Os “grandes e pequenos” (v. 12) não se referem a adultos e crianças, mas aos poderosos da terra e aos cidadãos comuns. A “morte e o Hades” (v. 13 –

TB) são termos sinônimos aqui. Já foi mostrado que Sheol e Hades aparecem com o sentido de morte. Assim, o Hades devolverá todos os mortos incrédulos para o julgamento segundo as obras de cada um deles. O destino final dos injustos é o lago de fogo, e não o Hades, por isso os mortos precisam se apresentar diante de Deus para ser julgados. Tudo o que alguém faz na vida é escrito nesses livros, por isso cada um é julgado segundo as coisas que estão escritas neles. O livro da vida está presente nesse julgamento para mostrar que o nome desses réus não consta ali.

A própria morte será lançada no lago de fogo (v. 14). É a derrota da morte; ela terá fim um dia, e o dia é esse. É cumprimento da promessa divina (Os 13.14; 1 Co 15.54, 55). O lago de fogo é a Geena, cuja definição foi dada anteriormente. Ele é descrito como “lago de fogo e enxofre”, no qual serão lançados vivos a besta e o falso profeta (Ap 19.20) e, mil anos depois, o diabo será também lançado nesse mesmo lugar (Ap 20.10). É, de fato, como o Senhor Jesus disse, “o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos” (Mt 25.41). E para esse mesmo lugar irão os perdidos da terra (v. 15).

A expressão “segunda morte”, *ho thanatos ho deuterios*, em grego, significa a condenação eterna. A palavra grega, aqui, para “morte” é *thanatos*, que traz a ideia de “separação”, e não “extinção”. Na morte física, a alma e espírito separam-se do corpo. Essa é a primeira morte. Aqui, é a pessoa que será separada de Deus, banida da sua glória para todo o sempre, para nunca mais ver a luz. E essa separação é chamada de “segunda morte” (2 Ts 1.9), em que “de dia e de noite serão atormentados para todo o sempre” (Ap 20.10).

# O DESTINO DOS JUSTOS

Depois do Juízo Final, Deus cumprirá a sua promessa de criar um novo céu e uma nova terra desde o Antigo Testamento: “Porque eis que eu crio céus novos e nova terra; e não haverá lembrança das coisas passadas, nem mais se recordarão” (Is 65.17). A partícula “mas”, no versículo seguinte (18), uma enfática conjunção adversativa hebraica *ki-im*, “mas antes, contudo”, mostra que a promessa divina de criar os novos céus e a nova terra não anula o seu compromisso com Jerusalém sobre as bênçãos para o Milênio. A promessa de novos céus e nova terra é reiterada mais adiante: “Porque, como os céus novos e a terra nova que hei de fazer estarão diante da minha face, diz o SENHOR” (Is 66.22). Jesus também ensinou sobre o assunto quando disse: “O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras não hão de passar” (Mt 24.35). A declaração bíblica de que a terra durará para sempre (Ec 1.4) é a garantia divina de que sempre haverá uma terra, mas isso não significa necessariamente a mesma terra.

Tudo isso aqui já está extremamente contaminado pelo pecado, e o universo físico não suportará o esplendor da santidade, da pureza da glória de Deus. O céu e a terra desaparecerão da presença daquele que está assentado sobre o Grande Trono Branco (Ap 21.11). “E vi um novo céu e uma nova terra. Porque já o primeiro céu e a primeira terra passaram, e o mar já não existe” (Ap 21.1). Na visão do apóstolo João, os céus e a terra de hoje serão substituídos. O universo físico que vemos hoje não será transformado; Deus vai criar tudo novo. A frase “o mar já não existe” mostra uma nova ordem, pois “os oceanos são necessários à oxigenação da atmosfera na terra. A falta de mares, portanto, sugere que toda a economia da nova terra será diferente” (HORTON, 1995, p.

304).

Que o céu e a terra que conhecemos vão desaparecer, isso é anunciado desde o Antigo Testamento (Sl 102.25, 26; Is 51.6). A profecia do Salmo 102 é citada no Novo Testamento (Hb 1.10-12). Essa terra e esse céu estão reservados para o fogo: “Mas o Dia do Senhor virá como o ladrão de noite, no qual os céus passarão com grande estrondo, e os elementos, ardendo, se desfarão, e a terra e as obras que nela há se queimarão. Havendo, pois, de perecer todas estas coisas, que pessoas vos convém ser em santo trato e piedade, aguardando e apressando-vos para a vinda do Dia de Deus, em que os céus, em fogo, se desfarão, e os elementos, ardendo, se fundirão?” (2 Pe 3.10-12). Os sistemas teológicos, em geral, dão pouca importância aos temas escatológicos ou espiritualizam demais essas profecias forçando a exegese, principalmente os que criticam o sistema dispensacionalista. Não há exagero algum na interpretação literal e futurista desses fatos.

# A NOVA JERUSALÉM

Depois da visão do novo céu e da nova terra, João viu a nova Jerusalém: “E eu, João, vi a Santa Cidade, a nova Jerusalém, que de Deus descia do céu, adereçada como uma esposa ataviada para o seu marido” (Ap 21.2). Ela é a nossa pátria, como disse o apóstolo Paulo: “Mas a nossa cidade está nos céus, donde também esperamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo” (Fp 3.20). Há diversas descrições da nova Jerusalém na literatura apocalíptica do período interbíblico e nos pseudoepígrafos (como o Testamento de Dã 5.12; 2 Baruque 32.2-4; 2 Esdras 7.26; 10.49). É bom lembrar que o evento aqui é o pós-milênio. A Jerusalém do Milênio é em Israel, portanto, na terra (Is 2.2-3; 65.18-20), mas a nova Jerusalém, o apóstolo a viu descendo do céu; ela é celestial, e seu arquiteto e construtor é Deus (Hb 11.10). Não é ela a mesma do Milênio. Não é essa a primeira vez que ela é mencionada no Novo Testamento: “Mas a Jerusalém que é de cima é livre, a qual é mãe de todos nós” (Gl 4.26); “Mas chegastes ao monte Sião, e à cidade do Deus vivo, à Jerusalém celestial, e aos muitos milhares de anjos” (Hb 12.22). É a cidade que esperamos (Hb 13.14), a cidade de Deus (Ap 3.12).

A descrição da cidade é incompatível com a do Milênio, e as características são completamente fora de qualquer realidade terrena. Deus habitará com o seu povo: “Eis aqui o tabernáculo de Deus com os homens, pois com eles habitará, e eles serão o seu povo, e o mesmo Deus estará com eles e será o seu Deus” (Ap 21.3). O tabernáculo foi construído no deserto porque é a vontade de Deus habitar no meio do seu povo: “E me farão um santuário, e habitarei no meio dele” (Êx 25.8). Era a presença de Deus no meio dos filhos de Israel (Lv 26.11; Ez 37.27). Em Cristo, “o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo

1.14). O verbo grego para “habitar” aqui é *skēnoō*, que significa “habitar em tenda” ou “em tabernáculo”; isso fala de habitação temporária, mas o substantivo para “tabernáculo” é *skēnē*. Do verbo *skēnoō*. A presença de Deus é contínua na Igreja, a sua habitação (1 Co 3.16; Ef 2.22). Mas, na nova Jerusalém, o “mesmo Deus”, ou seja, o próprio Deus estará com os salvos, homens e mulheres, de forma literal (1 Jo 3.2). Trata-se da eterna morada dos santos.

As palavras “E Deus limpará de seus olhos toda lágrima, e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor, porque já as primeiras coisas são passadas” (Ap 21.4), mostram que os benefícios aqui transcendem a qualquer período da história e até mesmo do Milênio. Trata-se de uma nova ordem de coisas, por isso a profecia diz que o sofrimento é coisa do passado, pois Satanás e a morte já estão definitivamente fora de ação, vencidos e para sempre no lago de fogo e enxofre.

Depois da descrição externa da nova Jerusalém, do formato e dimensão, dos muros e portões, e do material de construção (Ap 21.9-21), temos a informação de que a cidade não necessita de sol e nem de lua, pois a glória de Deus a alumia e o Senhor Jesus é a sua lâmpada (Ap 21.23). Essa declaração mostra que aqui já estamos na eternidade. A presença de nações e “reis da terra” fora da Jerusalém celestial depois do Juízo Final (vv. 24-26) tem levado muita gente a confundir o mundo vindouro dos santos com o Milênio. Na verdade, há certo paralelismo entre os benefícios e as bênçãos do Milênio com o lar eterno e definitivo dos santos do Senhor. Mas isso são prenúncios da bênção vindoura e não significam dois períodos.

# CAPÍTULO 13

## A família

O tema “família” é vasto e complexo porque abrange a diversas áreas do saber humano. No contexto religioso, envolve a área bíblica, teológica e doutrinária; no campo social, envolve sociologia, antropologia, psicologia e o campo jurídico. Desde a Antiguidade, os judeus tinham uma legislação específica sobre o assunto, a interpretação dos diversos preceitos sobre da Lei de Moisés relativos à família na sua amplitude. É a terceira parte da *Mishná*, intitulada, *Nashim*, “mulheres”, que legisla sobre noivado, casamento e divórcio. A *Mishná* é a segunda parte do Talmude, antiga literatura judaica, a Lei Oral identificada no Novo Testamento como a “tradição dos anciãos” ou “dos antigos” (Mt 15.2; Mc 7.3).

Muitas obras sobre o tema aqui em tela já foram publicadas com grande sucesso, trazendo bênçãos para as igrejas, e vários seminários sobre a família são promovidos pelas igrejas, e têm sido uma bênção. Não se pretende aqui repetir o que os outros já disseram com clareza e muita propriedade, nos seus escritos e seminários. O enfoque do presente estudo se restringe a alguns pontos já conhecidos dos crentes, como reiterar e reafirmar alguns aspectos da

tradição cristã com respeito ao conceito de família, reiterando os princípios do casamento estabelecido por Deus na criação: “Portanto, deixará o varão o seu pai e a sua mãe e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne” (Gn 2.24), da monogamia, da heterossexualidade e de sua indissolubilidade. A Igreja, como um povo especial, zeloso e de boas obras, está muito distante de tais práticas, e os crentes em Jesus jamais terão formadores de opinião como referência.

# O CONCEITO DE FAMÍLIA

Os dois principais termos hebraicos para “família” no Antigo Testamento são *mishpāhâ*, “família, clã, parentes”, e *bayît*, “casa, lar, templo, família”. Mas o termo “família” na Bíblia tem significado amplo; pode indicar o lar, o clã, a tribo e a própria nação, como também uma dinastia e até a Igreja. Mas o sentido que nos interessa aqui é família composta de pai e mãe ou pai, mãe e filhos, a família nuclear (Gn 35.2; Hb 11.7). No entanto, a família nuclear é também identificada como “casa” nas Escrituras Sagradas: “Eu e a minha casa serviremos ao SENHOR” (Js 24.15); “Crê no Senhor Jesus Cristo e serás salvo, tu e a tua casa” (At 16.31).

O significado de *mishpāhâ* está claro em Josué 7.14-18, no caso do pecado de Acã, na ordem para determinar por sorteio o culpado, primeiro a tribo [*shebet*], depois a família [*mishpāhâ*], em seguida a casa [*bayît*] (vv. 14, 17, 18). Essa mesma ordem reaparece mais adiante: “Fazendo chegar a tribo de Benjamim pelas suas famílias, tomou-se a família de Matri; e dela tomou Saul, filho de Quis” (1 Sm 10.21); “Não sou eu o menor da tribo de Benjamin? E a minha família, a menor de todas as famílias da tribo de Benjamin?” (1 Sm 9.21). A tribo é a *shebet* de Benjamim, a família ou clã é a *mishpāhâ* de Matri, de onde procedeu o pai de Saul, Quis. A ordem é a seguinte: tribo, clã e família nuclear. O clã é a família estendida. A palavra *bayît* indica geralmente os moradores de uma única casa, ao passo que *mishpāhâ* é uma subdivisão da tribo.

A família no contexto deste capítulo é a nuclear, composta de pai, mãe e

filhos (Sl 128.1-4). Nem todos os casais têm filhos, ou seja, não é sempre que a família tem filhos. Abraão e Sara só tiveram Isaque já avançados em idade e em cumprimento das promessas de Deus (Gn 18.9-15); da mesma forma, Zacarias e Isabel só tiveram João Batista na velhice (Lc 1.5-25). O termo “família” expressa em si mesmo a ideia de que o homem não foi criado para viver só, isolado e na solidão, mas em amor, companheirismo e responsabilidade de pacto (Gn 2.18).<sup>13</sup> Família é um conceito de pacto, que une um homem e uma mulher (Ml 2.14). O casamento é o início de uma nova família, um novo lar, uma nova vida que começa como realização dos sonhos dos noivos.

O casamento é uma instituição estabelecida pelo Criador (Gn 2.18-24) e sancionada pelo Senhor Jesus Cristo, com sua presença nas bodas de Caná da Galileia (Jo 2.1-6). Consiste na união de um homem e uma mulher que se amam e se respeitam. É a melhor e a mais sólida estrutura social que Deus estabeleceu, com três propósitos, a saber: a) para que o casal edifique um altar de adoração a Deus em seu lar; b) para a felicidade humana; c) para conservar a raça humana sobre a terra – a procriação. O apóstolo Paulo ressaltou a pureza e a santidade do ato conjugal ao compará-lo com a união mística entre Cristo e a sua Igreja (2 Co 11.2; Ef 5.22-33).

A família não é invenção humana; ela é sagrada e foi instituída por Deus na criação: “E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou. E Deus os abençoou e Deus lhes disse: Frutificai, e multiplicai-vos, e enchei a terra” (Gn 1.27, 28) e ratificada e sanificada pelo Senhor Jesus com a sua presença no casamento de Caná da Galileia (Jo 2.1-11). As palavras “macho e fêmea os criou” mostram que o homem, *'ādām*,

em hebraico aqui, significa ser humano. A recente edição da Bíblia, *Nova Versão Transformadora* (NVT), traduz assim o v. 27: “Assim, Deus os criou seres humanos à sua própria imagem, à imagem de Deus os criou; homem e mulher os criou”, explicando no rodapé o significado *'ādām*. Sem dúvida, o relato da criação aqui remete à igualdade ontológica de ambos (Gl 3.28), pois ambos são portadores da imagem divina; a diferença é em sexualidade (1 Pe 3.7).

A Bíblia ilustra essa união entre um homem e uma mulher com a comunhão de Deus com seu povo Israel (Is 54.5) e de Cristo com a sua Igreja (2 Co 11.2; Ef 5.22-33). Deus instituiu a família para a procriação do gênero humano sobre a terra, para a multiplicação da espécie humana: “Frutificai, e multiplicai-vos, e enchei a terra”, e para o bem-estar espiritual, emocional e físico, o companheirismo e a felicidade do casal, isto é, do homem e da mulher (Gn 2.18-25). Ao unir esse casal, Adão e Eva, estava Deus instituindo o casamento. É de Myer Pearlman essa declaração: “A natureza dessa união foi instituída por Deus com o primeiro casal humano, Adão e Eva, lá no jardim do Éden; seu propósito foi proporcionar felicidade à raça humana. Desde então os seres humanos a têm praticado, e, para dar-lhe consistência, a têm legalizado. Pode dizer-se que o matrimônio é o contrato legal de uma união espiritual” (PEARLMAN, 1987, pp. 6, 7).

A família é um dos temas importante da Bíblia. A atenção que Deus dá a família não deve passar despercebida. A família consta desde o relato da criação. O Gênesis é o livro das origens de todas as coisas: dos céus e da terra, do homem e do pecado, do sacrifício e da promessa de redenção, do casamento e da família, do homicídio, das nações, das línguas e da nação de

Israel. A historicidade dos seus três primeiros capítulos é confirmada em toda a Bíblia. Há no Decálogo pelo menos três preceitos em defesa da família – o quinto: “Honra a teu pai e a tua mãe” (Êx 20.12; Dt 5.16), o sétimo: “Não adulterarás” (Êx 20.14; Dt 5.18), e o último: “Não cobiçarás a mulher do teu próximo” (Êx 20.17; Dt 5.21). A Lei de Moisés dispõe de diversos preceitos para proteger a família. O Antigo Testamento traz diversos conselhos e orientações para a harmonia e a alegria no lar. O Novo Testamento não é diferente. Quando o Senhor Jesus Cristo trata do assunto do divórcio, condenando o adultério e toda a formação de prostituição, e mencionando os preceitos do Decálogo, está na mesma linha do Antigo Testamento. O apóstolo Paulo é mais específico no aconselhamento de casais e no relacionamento de pais e filhos (1 Co 7.1-40; Ef 5.22-33; 6.1-4; Cl 3.18-21; 1 Tm 2.9-15; 3.4, 5, 8-16; Tt 2.1-8). O apóstolo Pedro também aconselha os casais (1 Pe 3.1-7).

O ensino transmitido pelas famílias cristãs aos filhos é uma contribuição importante na construção de uma sociedade justa e solidária. Mas o mundo espera uma solidariedade sem Deus, e paz e justiça sem Jesus; o modelo mundano é uma afronta a Deus, por isso os expoentes ateus e incrédulos veem na família uma ameaça e assim procuram eliminá-la com suas leis. Tudo o que é de Deus ou provém dele é odiado pelo reino das trevas. Jesus disse: “Se o mundo vos aborrece, sabeis que, primeiro do que a vós, me aborreceu a mim” (Jo 15.18). Daí esse desprezo pela família cristã.

# PRINCÍPIOS BÁSICOS

São três os princípios básicos originais do casamento estabelecido pelo Criador: “Portanto, deixará o varão o seu pai e a sua mãe e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne” (Gn 2.24). O fato de o homem deixar pai e mãe e “apegar-se-á à sua mulher” remete a dois princípios fundamentais: a heterossexualidade, pois o casamento é entre um homem e uma mulher; e a monogamia, porque está escrito “à sua mulher” e não “às suas mulheres”. O homem deve se casar com uma só mulher. O terceiro princípio original é o da indissolubilidade, “e serão ambos uma carne”.

A heterossexualidade é o relacionamento conjugal com aprovação divina dentro do casamento. Quando Deus disse: “Frutificai, e multiplicai-vos, e enchei a terra” (Gn 1. 28), estava se referindo ao casal “macho e fêmea” (v. 27). Isso diz respeito à procriação, que só é possível pelo ato conjugal entre um homem e uma mulher. Com o avanço dos recursos científicos, é possível o invento de muitas coisas, mas esses princípios são invioláveis, a heterossexualidade e dentro do casamento, numa relação sexual responsável. Ninguém tem o direito de fazer o que quiser com o seu corpo, pois está escrito que ele pertence a Deus e não a nós mesmos (1 Co 6.20; 7.23), e nem a outrem sem responsabilidade. A ideia gnóstica é de que o corpo é por natureza mau, mas não danifica a pureza do espírito; assim pode-se fazer dele o que quiser é completamente falsa, pois Deus veio ao mundo num corpo (Jo 1.14; Hb 10.5), o nosso corpo é a morada de Deus e do Espírito Santo (1 Co 3.16; 6.19) e Deus irá ressuscitá-lo (1 Co 15.42). Assim, o corpo deve ser conservado em santidade (1 Ts 5.23). A heterossexualidade é pecado fora do casamento; isso se chama adultério ou fornicação.

A prática homossexual é condenada de ponta a ponta na Bíblia (Gn 19.4, 5; Lv 18.22; 20.13; Jz 19.22; Rm 1.24-28; 1 Co 6.10; 1 Tm 1.9, 10; Jd 7); mesmo assim, há um esforço concentrado de eliminar essa condenação exarada no Livro de Deus, até mesmo por alguns “teólogos”. Eles podem até convencer as Nações Unidas, a Organização Mundial de Saúde, os parlamentares do mundo inteiro, todos os governantes da terra, mas jamais poderão convencer o Deus do céu, autor da Bíblia.

A monogamia é o sistema que estabelece o casamento de um homem com uma única mulher e vice-versa, estabelecido por Deus na criação: “apegar-se-á à sua mulher” (Gn 2.24). O texto não diz “às suas mulheres”; este é o princípio original. O vocábulo vem de dois termos gregos: *monós*, “único”, e *gamos*, “casamento”. O sistema monogâmico é o oposto da poligamia e da poliandria.<sup>14</sup> O modelo divino original é resgatado no cristianismo, a começar pelo Senhor Jesus ao ratificar a instituição no relato da criação (Mt 19.4-6). O apóstolo Paulo também reafirma esse princípio: “Mas, por causa da prostituição, cada um tenha a sua própria mulher, e cada uma tenha o seu próprio marido” (1 Co 7.2). E, mais adiante, nos requisitos para os presbíteros, cujo ensino vale para todos os cristãos, o apóstolo afirma: “marido de uma só mulher” (I Tm 3.2). Havia no começo do cristianismo muitas famílias polígamas, provenientes tanto dos judeus como dos gentios. Eram situações que não podiam ser facilmente resolvidas. Essas pessoas abraçaram o evangelho de Jesus, nasceram de novo. O que deviam fazer com suas mulheres e filhos? Muitos ficaram assim, nessa condição, mas não podiam exercer cargos na Igreja.

O termo “poligamia” vem de duas palavras gregas: *polys*, “muito”, e

*gamos*, “casamento”. Trata-se do sistema social que permite a um homem se casar com mais de uma mulher ao mesmo tempo, e isso foi introduzido pelo pecado (Gn 4.19). No antigo Oriente Médio, era mais uma ostentação de poder (1 Rs 11.1-3). A poligamia nunca foi um mandamento; simplesmente aparece na legislação mosaica (Êx 21.9, 10; Dt 21.15). Os judeus abandonaram essa prática, mas os muçulmanos ainda a mantêm. Ela não aparece no Antigo Testamento depois da monarquia, exceto no caso de alguns reis, como Davi e Salomão, isso mostra que nesse período não era estilo de vida do povo, mas exceção.

A indissolubilidade do casamento está no propósito divino desde o princípio da criação, como disse Jesus: “Não tendes lido que, no princípio, o Criador os fez macho e fêmea e disse: Portanto, deixará o homem pai e mãe e se unirá à sua mulher, e serão dois numa só carne? Assim não são mais dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não separe o homem” (Mt 19.4-6). O Senhor Jesus está dizendo que a vontade de Deus expressa nas palavras de Gênesis 2.24 é a indissolubilidade. Isso é da natureza do casamento, independentemente da confissão religiosa dos nubentes. Deus está presente no voto solene durante o pacto do casamento, a cerimônia, qualquer que seja o regime, cultura regional ou época. Essa verdade está presente numa repreensão divina à falta de fidelidade conjugal: “Porque o SENHOR foi testemunha entre ti e a mulher da tua mocidade, com a qual tu foste desleal, sendo ela a tua companheira e a mulher do teu concerto” (Ml 2.14). Assim, o casamento é mais que um contrato jurídico; é uma união espiritual e indissolúvel.

O divórcio é um remédio amargo para uma solução inglória. A Bíblia não

incentiva nem encoraja o divórcio (1 Co 7.10, 11); apenas o permite em situações específicas por causa da pecaminosidade humana (Mt 19.7, 8). Em termos genéricos, pode-se afirmar que casamento só termina pela morte de um dos cônjuges (Rm 7.4), pela infidelidade conjugal (Mt 5.31; 19.7) ou pela deserção por parte do cônjuge descrente (1 Co 7.14, 15). A nota de rodapé sobre 1 Coríntios 7.8-16 da *Bíblia de Estudo Apologia Cristã*, publicação da CPAD, conclui assim o assunto:

Paulo não estava contradizendo o ensinamento de Jesus, nem fazendo acréscimos a ele, mas aplicando-o a um contexto particular. As Escrituras apresentam duas claras infrações ao concerto do casamento (Gn 2.24; Mt 19.5): a deserção (que infringe a instrução de “apegar-se”) e o adultério (que infringe a instrução de ser “uma só carne”); em minha opinião, estas infrações são motivos legítimos para o divórcio (e, portanto, um novo casamento). Onde esta ruptura não tiver ocorrido, o novo casamento depois do divórcio não é opção aceitável. Quando possível, todavia, a reconciliação é o ideal.

O cônjuge vítima de traição e de deserção não estará em adultério se contrair novas núpcias.

---

<sup>13</sup> Pacto é o mesmo que uma aliança, um concerto; o termo vem do hebraico berît e do grego diathēkē, é uma obrigação entre pessoas, como amigos, marido e mulher; entre grupos de pessoas; ou entre divindade e indivíduo ou um povo. O verbo “fazer” presente em “fazer aliança, pacto, concerto” corresponde ao hebraico kārāt berît, que literalmente significa “cortar aliança, pacto ou concerto”. Isso porque sua origem está no sacrifício de animais que são partidos ao meio durante a cerimônia de um pacto (Gn 15.9-18; 31.44-54).

<sup>14</sup> A poliandria é o sistema social e familiar que inclui a pluralidade de maridos; é a poligamia às avessas, quando uma mulher pode ter mais de um marido ao mesmo tempo. Não é muito comum, mas ainda pode ser visto na região do Tibet.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus*, 2 partes, 3. ed. São Paulo: Vozes, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A doutrina cristã*. São Paulo: Paulus, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A Trindade*. São Paulo: Paulus, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Confissões*, 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- ATANÁSIO. Discursos contra los Arrianos. Madrid, España: Ciudad Nueva, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Epístolas a Serapión sobre el Espíritu Santo*. Madrid, España: Ciudad Nueva, 2007.
- BARRERA, Julio Trebolle. *A Bíblia judaica e a Bíblia cristã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BASÍLIO DE CESAREIA. *Against Eunomius*. The Catholic University of America Press: Washington, D. C., 2011.
- \_\_\_\_\_. *Homilia sobre Lucas 12 – Homilias sobre a origem do homem – tratado sobre o Espírito Santo*. São Paulo: Paulus, 1999.
- \_\_\_\_\_. ROBERTS, Alexander, D.D. & DONALSON, LL.D. *The Nicene and Post-Nicene Fathers*, vol. VIII, Hendrickson Publishers: Massachusetts, USA, 1996.
- BENTZEN, A. *Introdução ao Antigo Testamento*, 2 vols. S. Paulo: ASTE, 1968.
- BERARDINO, Angelo di (Editor). *Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs*. Petrópolis RJ/S. Paulo: Vozes/Paulus, 2002.
- BULGÁKOV, Sergui. *El Paráclito*. Salamanca, España: Sígueme, 2014.
- CARSON, D. A. *A exegese e sua falácias*. São Paulo: Vida Nova, 1992.
- CIPRIANO DE CARTAGO. *Obras completas*. Madrid, España: Biblioteca de Autores Cristianos, 2013.
- CIRILO DE JERUSALÉM. *El Espíritu Santo*. Madrid, España: Ciudad Nueva, 1998.
- CLEMENTE DE ALEJANDRIA. *Stromata I*. Madrid, España: Ciudad Nueva, 2010.
- CULVER, Robert D. *Teologia sistemática, bíblica e histórica*. São Paulo: Shedd Publicações, 2012.
- ERICKSON, Millard J. *Teologia sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 2015.

- EUSÉBIO DE CESAREIA. *História eclesiástica*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Preparación evangélica*. Madrid, España: Biblioteca de Autores Cristianos, 2016.
- FISCHER, Alexander Achilles. *O texto do Antigo Testamento*. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.
- GEISLER, Norman. *Enciclopédia de apologética: respostas aos críticos da fé cristã*. São Paulo: Vida, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Teologia sistemática*, 2 vols. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2010.
- GESENIUS. *Gesenius's Hebrew-Chaldee Lexicon to the Old Testament*. Eerdmans Publishing Company: Grand Rapids, MI, USA: 1982.
- GIORDANI, Mário Curtis. *História da Grécia – Antiguidade Clássica I*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- GREGÓRIO DE NAZIANZO. *Los Cinco Discursos Teológicos*. Madrid, España: Ciudad Nueva, 1996.
- GRONINGEN, Gerard Van. *Revelação messiânica no Velho Testamento*. Campinas, SP: Luz Para o Caminho, 1995.
- HORTON, Stanley M. *A vitória final – uma investigação exegética do Apocalipse*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Teologia sistemática*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Nosso destino – O ensino bíblico das últimas coisas*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O Avivamento Pentecostal*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2001pres.
- IRINEU DE LIÃO. *Contra as heresias*. São Paulo: Paulus, 1995.
- JUSTINO. *Justino de Roma (Diálogo com Trifão 40.3)*. São Paulo: Paulus, 1995.
- KELLY, John Norman Davidson. *Patrística – origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Primitivos Credos Cristianos*. Salamanca: Secretariado Trinitário, 2012.
- \_\_\_\_\_. *The Athanasian Creed*. London: Adan & Charles Black, 1964.
- LOURENÇO, Adauto. *Como tudo começou – Uma introdução ao criacionismo*. São José dos Campos, SP: Fiel, 2010.
- McCONNELL, Timothy P. *Illumination in Basil of Caesarea's Doctrines of the Holy Spirit*. Minneapolis, MN, USA: Fortress Press, 2014.
- McDOWELL, Josh. *Novas evidências*. São Paulo: Hagnos, 2013.

- McGRATH, Alister E. *Teologia sistemática, histórica e filosófica*. São Paulo: Shedd, 2005.
- MENZIES, William W.; HORTON, M. Stanley. *Doutrinas bíblicas*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2001.
- MORESCHINI, Claudio. *História da filosofia patrística*. São Paulo: Loyola, 2008.
- MULLER, Richard A. *Dictionary of Latin and Greek Theological Terms*. Grand Rapids, MI, USA: Baker Book House, 1993.
- ORÍGENES. *Contra Celso*. São Paulo: Paulus, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Tratado sobre os princípios*. São Paulo: Paulus, 2012.
- PEARLMAN, Mer. *O Manual do ministro*, Deerfeld, MI, SA: Vida, 1987.
- PHILO. *The Works of Philo* (YONGE, C. D. Editor). Grand Rapids, MI, USA: Hendrickson Publishers, 2002.
- ROBERTSON, A. T. *Imágenes Verbales en el Nuevo Testamento*, tomo 4. Barcelona, España: Clie, 1989/1990.
- SCHAFF, Philip. *The Creeds of Christendom*, 3 vols. Grand Rapids, MI, USA: Baker Book House Co., 1993.
- \_\_\_\_\_. *History of the Christian Church*, 8 vols. Grand Rapids, MI: Eerdmans Publishing Company, 1994.
- SOARES, Esequias. *Septuaginta: guia histórico e literário*. São Paulo: Hagnos, 2009.
- TERTULIANO. *El Apologético*. Madrid, España: Ciudad Nueva, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Contra Praxeas*. ROBERTS, Alexander, D.D. & DONALSON, LL.D. *Ante-Nicene Fathers*, vol. III, Hendrickson Publishers: Massachusetts, USA, 1994.
- \_\_\_\_\_. *“Prescripciones” contra todas las Herejías*. Madrid, España: Editorial Ciudad Nueva, 1997.
- TILLICH, Paul. *História do pensamento cristão*. São Paulo: Aste, 2004.
- VINE, W. E. *Diccionario expositivo de palabras del Nuevo Testamento*, 4 vols. Barcelona, España: Clie, 1989.



VALORES DIVINOS PARA UMA SOCIEDADE  
EM CONSTANTE MUDANÇA

ESEQUIAS SOARES

# Os Dez Mandamentos

Soares, Esequias

9788526312869

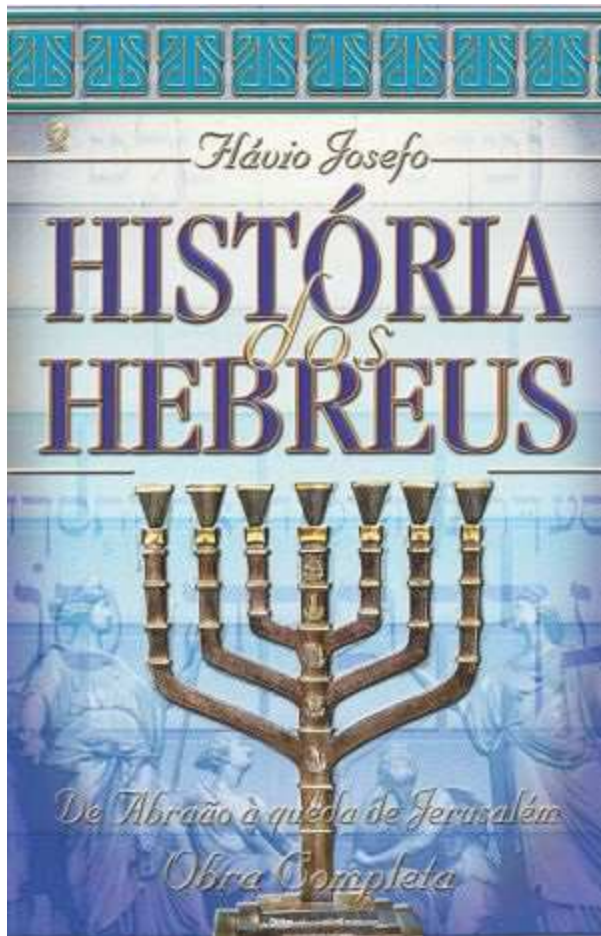
160 páginas

[Compre agora e leia](#)

Valores divinos para uma sociedade em constante mudança. Um comentário exegético e explicativo apresentado de forma prática para facilitar a compreensão dessa parte da lei de Moisés, ajudando o povo de Deus a distinguir entre Lei e Evangelho.

Um produto CPAD.

[Compre agora e leia](#)



# História dos Hebreus

Josefo, Flávio

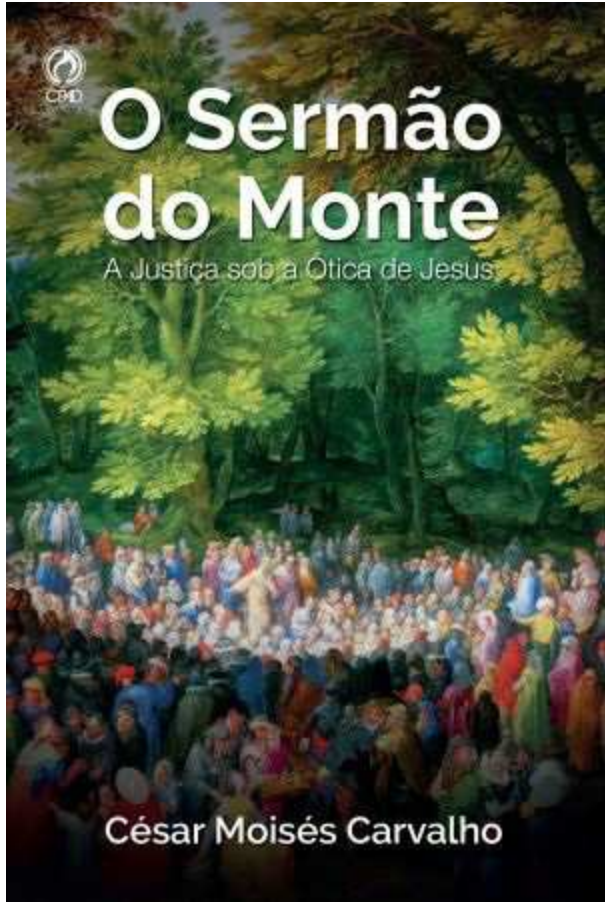
9788526313491

1568 páginas

[Compre agora e leia](#)

Em História dos Hebreus o autor escreve com detalhes os grandes movimentos históricos judaicos e romanos. Qualquer estudante da Bíblia terá em Flávio Josefo descrições minuciosas de personagens do Novo Testamento (Evangelhos e Atos), tais como: Pilatos, os Agripas, os Herodes e inúmeros outros pormenores do mundo greco-romano, tornando esta obra, depois da Bíblia, a maior fonte de informação sobre o povo Judeu. Um produto CPAD.

[Compre agora e leia](#)



# O Sermão do Monte

A Justiça sob a Ótica de Jesus

César Moisés Carvalho

# O Sermão do Monte

Carvalho, César Moisés

9788526314436

160 páginas

[Compre agora e leia](#)

Estudar o Sermão do Monte é um desafio pois a familiaridade com o material e a aparente facilidade dos seus enunciados esconde o fato de que se trata de um texto de difícil interpretação e, ainda pior, aplicabilidade.

Nesta obra, os capítulos foram organizados obedecendo a estrutura da revista Lições Bíblicas Jovens, porém desenvolvidos em forma de comentário bíblico valorizando, sobretudo, o aspecto teológico do mais popular e célebre dos sermões proferidos pelo Mestre.

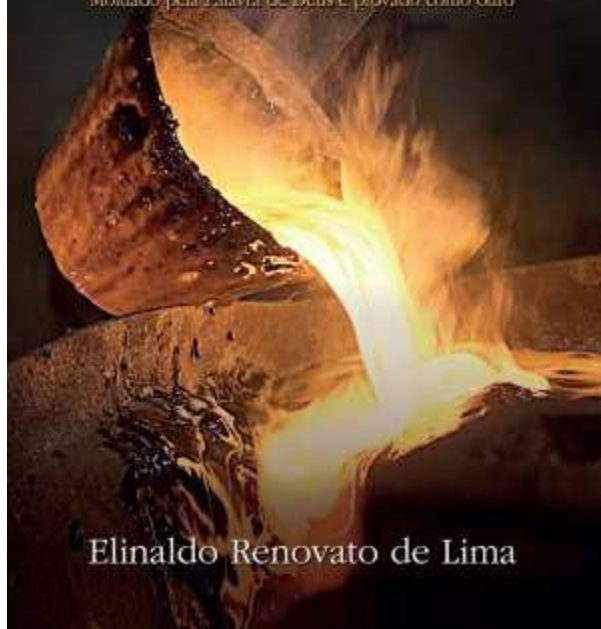
Um Produto CPAD.

[Compre agora e leia](#)



# o Caráter do Cristão

Moldado pela Palavra de Deus e provado como ouro



Elinaldo Renovato de Lima

# O Caráter do Cristão

de Lima, Elinaldo Renovato

9788526314429

160 páginas

[Compre agora e leia](#)

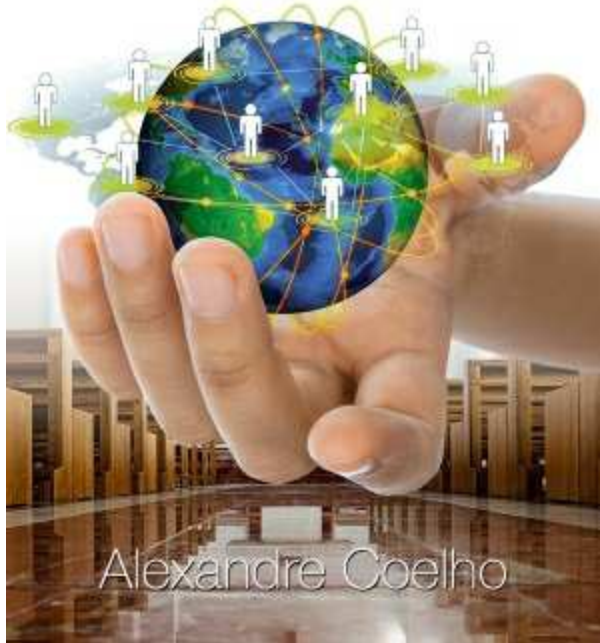
O pastor Elinaldo Renovato prepara um estudo completo de personagens bíblicos que nos ajudarão a entender o verdadeiro caráter Cristão. Começando com Abel, passando por Isaque, Jacó, Rute e Maria, e terminando com nosso maior referencial, Jesus, este livro é um alerta à igreja com relação aos maus exemplos deste mundo e um chamamento a termos a Bíblia como maior parâmetro de caráter.

[Compre agora e leia](#)



# A Igreja de **Jesus Cristo**

Sua origem, doutrina, ordenanças e destino eterno



Alexandre Coelho

# A Igreja de Jesus Cristo

Coelho, Alexandre

9788526314320

160 páginas

[Compre agora e leia](#)

"Temos um chamado radical para os nossos dias: ser da igreja e colaborar com ela. Diante de tantas críticas que são feitas contra a igreja, precisamos nos posicionar e agir de forma coerente com a nossa fé. Devemos ter uma postura de fazer algo por nossa igreja."

O que é a Igreja? No que ou em quem ela se fundamenta? Quais são seus objetivos? O que são ordenanças? Neste livro, o pastor Alexandre Coelho discorre sobre diversos temas de grande relevância tanto acerca das doutrinas da igreja quanto sobre a vida e da prática eclesial de uma igreja viva e

cheia do Espírito Santo.

Um Produto CPAD.

[Compre agora e leia](#)

**WWW.EBD-ESCOLA.COM.BR**

**WWW.EBD-ESCOLA.COM.BR**